

SAICA

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CUIABÁ - MT

CENTRO UINIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE
DISCENTE. KETILLY DO CARMO OLIVEIRA COELHO
ORIENTADORA. NATALLIA SANCHES E SOUZA

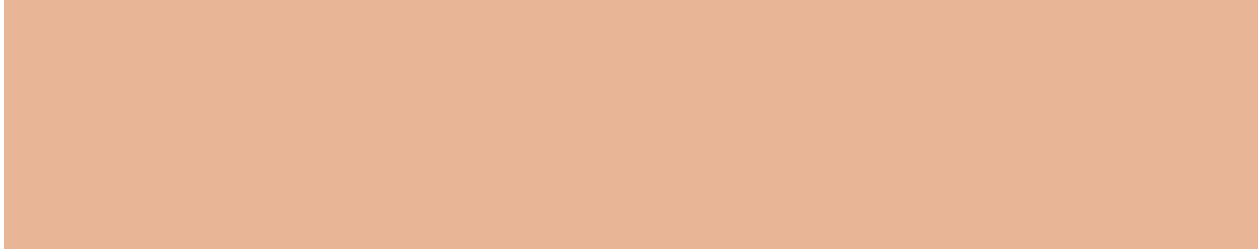
Centro universitário de Várzea Grande
Curso de graduação em arquitetura e urbanismo
Trabalho de diplomação em arquitetura, urbanismo e paisagismo

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CIDADE DE CUIABÁ

KETILLY DO CARMO OLIVEIRA COELHO

Monografia apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Várzea Grande (MT), como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em Arquitetura e Urbanismo.
Orientador: Prof. Natallia Sanches e Souza

Várzea Grande (MT), Julho de 2023.





SUMÁRIO

01 INTRODUÇÃO 11

1 TEMA
1.1 JUSTIFICATIVA
1.2 OBJETIVOS
1.2.1 OBJETIVO GERAL
.2.1 OBJETIVOS ESPECIFICOS
1.3 PROBLEMAS
1.4 METODOLOGIA

02 REFERENCIAL TEÓRICO 23

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA
2.2 FUNÇÕES E USOS - SAICA
2.3 BENEFÍCIOS SOCIAIS
2.4 BENEFÍCIOS AMBIENTAIS

03 CONDICIONANTES LEGAIS E INSTITUCIONAIS 35

3.1 LEGISLAÇÕES INCIDENTES NA ESFERA INTERNACIONAL
3.2 LEGISLAÇÕES INCIDENTES NA ESFERA NACIONAL
3.3 LEGISLAÇÕES INCIDENTES NA ESFERA REGIONAL

04 REFERÊNCIAS PROJETUAIS 43

4.1. PROJETOS E/OU ESTUDO DE CASO
4.1.1 CENTRO DE BEM-ESTAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
4.1.2 CASA DE ACOLHIMENTO
4.1.3 CRECHE HN
4.1.4 FAZENDA CANUANÃ
4.1.5 ABRIGO INFANTIL PEDRA PINTADA
4.1.6 VILLA DIVINA PROVIDÊNCIA
4.2. ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS

SUMÁRIO

06
PROPOSTA PROJETUAL 100

6.1. PROCESSO DE PROJETO
6.2. DIRETRIZES DE PROJETO
6.3 ENSAIOS GRÁFICOS

05
CONDICIONANTES DE PROJETO 80

5.1 ASPECTOS URBANOS
5.2 ÁREA DE INTERVENÇÃO
5.3 ASPECTOS FUNCIONAIS

07
CONSIDERAÇÕES FINAIS 143

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Roda dos expostos.
Figura 02: Asilo de menores abandonados – Rio de Janeiro (1907)
Figura 03: Ambiente mínimos requeridos pela norma.
Figura 04: Ambiente mínimos requeridos pela norma.
Figura 05: ODS 2030
Figura 06: Implantação edifício Maison d'accueil de l'enfance Eleanor Roosevelt.
Figura 07: Pátio do edifício.
Figura 08: Perspectiva externa da edificação.
Figura 09: Terraço do pavimento da creche.
Figura 10: Fachada da casa de acolhimento para menores.
Figura 11: Perspectivas da fachada.
Figura 12: Diagramação da forma.
Figura 13: Diagramação da forma.
Figura 14: Diagramação do entorno.
Figura 15: Perspectivas do entorno.
Figura 16: Diagramação da forma interna.
Figura 17: Perspectiva interna.
Figura 18: Perspectivas e combinação de materiais.
Figura 19: Implantação da creche CN.
Figura 20: Pátio externo.
Figura 21: Interior da creche.
Figura 22: Integração a natureza por meio das esquadrias.
Figura 23: Pátio ao ar livre.
Figura 24: Fachada lateral da edificação.
Figura 25: Implantação da Fazenda.
Figura 26: Perspectivas da edificação e entorno.
Figura 27: Diagramação da edificação.
Figura 28: Perspectiva do pátio interno.
Figura 29: Dormitório.
Figura 30: Pavimento superior.
Figura 31: Pavimento superior.
Figura 32: Perspectiva da edificação.
Figura 33: Perspectiva da edificação.
Figura 34: Perspectiva interior da edificação.
Figura 35: Perspectiva interior da edificação.
Figura 36: Acesso a edificação.
Figura 37: Acesso a edificação.
Figura 38: Pátio interno coberto.
Figura 39: Perspectiva dormitório.
Figura 40: Perspectiva da sala.
Figura 41: Perspectiva da cozinha.
Figura 42: Perspectiva ambiente de estudo.
Figura 43: fachada externa.
Figura 44: Pátio interno descoberto.
Figura 45: Pátio interno descoberto.
Figura 46: Quadra de esportes.
Figura 47: Quadra de esportes.
Figura 48: Mapa Mato Grosso e Cuiabá.
Figura 49: Evolução urbana.

Figura 50: Regiões administrativas de Cuiabá.
Figura 51: Mapa de zoneamento.
Figura 52: Gráfico de temperatura.
Figura 53: Gráfico de chuva.
Figura 54: Biomas.
Figura 55: Localização do terreno.
Figura 56: Bairros da região Oeste.
Figura 57: Densidade demográfica.
Figura 58: Mapa perfil de classe.
Figura 59: Mapa de educação.
Figura 60: Mapa de educação.
Figura 61: Mapa da saúde.
Figura 62: Mapa sistema viário.
Figura 63: Mapa de pavimentação.
Figura 64: Abastecimento de água.
Figura 65: Esgotamento sanitário.
Figura 66: Mapa de entorno.
Figura 67: Perspectivas do terreno.
Figura 68: Curvas de nível.
Figura 69: Estudo solar.
Figura 70: Perspectivas do terreno.
Figura 71: Fluxograma.
Figura 72: Setorização.
Figura 73: Implantação.
Figura 74: Localização casa 01.
Figura 75: Layout casa 01.
Figura 76: Localização casa 02.
Figura 77: Layout casa 02.
Figura 78: Localização administração.
Figura 79: Layout administração.
Figura 80: Localização educativo.
Figura 81: Layout educativo.
Figura 82: Localização lazer.
Figura 83: Layout lazer.
Figura 84: Localização casa 03.
Figura 85: Layout casa 03.
Figura 86: Localização casa 04.
Figura 87: Layout casa 04.
Figura 88: Planta baixa casa 02.
Figura 89: Planta baixa casa 01.
Figura 90: Planta baixa administrativo.
Figura 91: Planta baixa educativo.
Figura 92: Planta baixa lazer.
Figura 93: Planta baixa casa 03.
Figura 94: Planta baixa casa 04.
Figura 95: Cobertura casa 02.
Figura 96: Cobertura casa 01.
Figura 97: Cobertura administrativo.
Figura 98: Cobertura lazer.
Figura 99: Cobertura educativo.
Figura 100: Cobertura casa 03.
Figura 101: Cobertura casa 04.
Figura 102: Malha de pilares casa 02.
Figura 103: Malha de pilares casa 01.
Figura 104: Pilares administrativo.

Figura 105: Malha de pilares educativo.
Figura 106: Malha de pilares casa 03.
Figura 107: Malha de pilares casa 04.
Figura 108: Malha de pilares lazer.
Figura 109: Corte A.
Figura 110: Corte B.
Figura 111: Corte D.
Figura 112: Corte E.
Figura 113: Corte F.
Figura 114: Corte G.
Figura 115: Corte H.
Figura 116: Corte I.
Figura 117: Corte J.
Figura 118: Corte K.
Figura 119: Corte M.
Figura 120: Corte L.
Figura 121: Fachada principal casa 04.
Figura 122: Fachada lateral casa 04.
Figura 123: Fachada principal geral.
Figura 124: Fachada lateral geral.
Figura 125: Perspectivas do projeto.
Figura 126: Entrada de pedestres.
Figura 127: Entrada de veículos.
Figura 128: Detalhe rampa e escada.
Figura 129: Detalhe rampa e escada.
Figura 130: Planta de paisagismo.
Figura 131: Perspectivas do projeto.
Figura 132: Vista principal da edificação.
Figura 133: Fachada administrativo.
Figura 134: Fachada lazer e educativo.
Figura 135: Acesso veículos.
Figura 136: Lazer infantil.
Figura 137: Lazer infantil.
Figura 138: Horta.
Figura 139: Residência infantil.
Figura 140: Estacionamento.
Figura 141: Residência.
Figura 142: Pátio.
Figura 143: Quadra poliesportiva.
Figura 144: Residências.
Figura 145: Sala da residência.
Figura 146: Sala da residência.
Figura 147: Cozinha da residência.
Figura 148: Quarto de bebê..
Figura 149: Quarto de bebê..
Figura 150: Quarto infantil.
Figura 151: Quarto infantil.
Figura 152: Quarto para adolescentes.
Figura 153: Quarto para adolescentes.
Figura 154: Brinquedoteca da residência.
Figura 155: Brinquedoteca da residência.
Figura 156: Sala de ateliê.
Figura 157: Sala de ateliê.
Figura 158: Playground.
Figura 159: Playground.
Figura 160: Playground.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Análise geral das referências.
Tabela: 02 Demonstrativo da evolução urbana de Cuiabá.
Tabela 03: Faixa etária bairro do Porto.
Tabela 04: Índices urbanísticos.
Tabela 05: Pré-dimensionamento.
Tabela 06: Quadro de áreas.
Tabela 07: Quadros de esquadrias.
Tabela 08: Quadros de esquadrias.
Tabela 09: Quadros de esquadrias.
Tabela 10: Quadros de esquadrias.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CNS - Conselho nacional de saúde
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
NBR - Norma brasileira
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PDDE - Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá
PNAS - Política Nacional de assistência social
SAICA - Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes
TDAUP - trabalho de Diplomação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo
TJMT - Tribunal de justiça do Mato Grosso

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a quem me permitiu chegar até aqui e tem cuidado de cada um dos meus sonhos.

Aos meus pais, Marilza e Valdir, por sempre me apoiarem e incentivarem durante toda essa jornada. O amor e compreensão de vocês foi essencial.

Ao meu esposo, Gustavo, agradeço por tamanho cuidado, compreensão e incentivo nessa caminhada.

A família e amigos que estiveram ao meu lado, agradeço pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período em que me dediquei a este curso.

A minha dupla, Paolla Amorim, agradeço por toda a parceria e por tornar esses anos mais leves.

Aos professores, por todos os conselhos e ensinamentos, com o qual guiaram o meu aprendizado. A minha orientadora Natallia Sanches, por ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Aos meus colegas de turma, agradeço por compartilharem tantos momentos de aprendizado e por todo o companheirismo ao longo deste percurso.

01 INTRODUÇÃO

1 TEMA
1.1 JUSTIFICATIVA
1.2 OBJETIVOS
1.2.1 OBJETIVO GERAL
1.2.1 OBJETIVOS ESPECIFICOS
1.3 PROBLEMAS
1.4 METODOLOGIA

1.1 INTRODUÇÃO

A presente monografia trata-se de um Trabalho de Diplomação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo - TDAUP, e tem como tema um projeto arquitetônico para o serviço de acolhimento de crianças e adolescentes, na cidade de Cuiabá - MT. Nesta primeira fase o objetivo principal é apontar sobre a necessidade das crianças e adolescentes sobre um espaço adequado, e sobre os estatutos e normativas que garantem o direito da criança e adolescente sobre o acolhimento institucional, no modelo utilizado nos dias atuais. O documento Orientações técnicas: Serviço de acolhimento para crianças e adolescente (2009), no tópico 4.1.2 traz um maior direcionamento acerca do público alvo, especificidades e quantidade de usuários por equipamento, e o mesmo diz que o número máximo de usuários por equipamento é de 20 crianças e adolescentes, e deve ser garantido que em caso de necessidade, toda criança ou adolescente deve receber esse atendimento.

Segundo o art.º 94, do Estatuto da criança e adolescente (1990), as instituições que desenvolvem programas que abrigam ou recepcionam crianças nos quais são provenientes de abandono, maus-tratos, ou que foram afastadas judicialmente de suas famílias, devem prestar atendimento individualizado em pequenas unidades e grupos reduzidos, suas instalações físicas devem estar em condições adequadas de habitabilidade, segurança, salubridade e higiene, e ainda proporcionar atividades que integrem as crianças a cultura, esporte e ao lazer. Existe um déficit nas casas de acolhimento atualmente, e em sua maioria os lares existentes, são edificações antigas adaptadas, no qual faltam espaços, não possuem espaços de lazer e em alguns casos são afastadas das demais casas de acolhimento. A edificação precisa transmitir acolhimento e os dar a sensação de um lar, e permitir que sejam crianças e tenham suas infâncias restituídas, e o espaço em que vivem influência de forma direta no desenvolvimento dos menores.

O trabalho foi desenvolvido por meio de sete capítulos, no qual o primeiro é a introdução, onde há as justificativas que embasam esse tema; o segundo sobre referencial teórico, onde é contextualizado o assunto e apontado sobre suas funções e benefícios; o terceiro capitulo, discorre sobre as condicionantes legais e institucionais, e todas as legislações e normativas que regem esse tipo de edificação; e o quarto capítulo, foi apresentado as referências projetuais, sendo ao todo seis unidades, três nacionais e três internacionais;

Em conclusão, no capitulo cinco e seis, foi apresentado a finalidade geral desta monografia, que foi a elaboração de uma proposta de estudo preliminar de um projeto arquitetônico, visando a implementação do Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, na cidade de Cuiabá-MT.



1.1 TEMA

Abordagem do Tema: Desenvolvimento de projetos de edificações para acolhimento de crianças e adolescentes.

TEMA: ARQUITETURA DE ACOLHIMENTO.
Sub-Tema: Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA).
Local: Cuiabá-MT



1.1 JUSTIFICATIVA

Conforme as orientações técnicas do Serviço de acolhimento para criança e adolescente (2009), “o acolhimento institucional é o acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo”.

> O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. (Conanda, 2009, p.67).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), é o principal instrumento normativo do Brasil no qual assegura sobre os direitos da criança e do adolescente. Segundo a legislação vigente no país, no artº 7° do ECA (1990), diz “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”. Já o art. 34, § 1 diz “A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei”.

As normativas brasileiras asseguram a necessidade de espaços para acolhimento de crianças e adolescentes, devem ser espaços pensados para que eles possam se desenvolver da melhor forma possível. Hoje a maioria das crianças acolhidas são por motivos de abuso e maus tratos, dessa forma, o ambiente deve passar segurança e acolhimento, e trazer de volta a vontade de ser criança através de espaços lúdicos e confortáveis.

Segundo o artº 94, do ECA (1990), as instituições que desenvolvem programas que abrigam ou recepcionam crianças nos quais são provenientes de abandono, maus-tratos, ou que foram afastadas judicialmente de suas famílias, devem prestar atendimento individualizado em pequenas unidades e grupos reduzidos, suas instalações físicas devem estar em condições adequadas de habitabilidade, segurança, salubridade e higiene, e ainda proporcionar atividades que integrem as crianças a cultura, esporte e ao lazer.

Conforme as exigências do ECA e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é direito da criança e adolescente receber uma moradia digna e que permita a cada um dos acolhidos expressar sua individualidade, a fim de que possam se sentir em um lar. Seguindo também as orientações para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (2008, P. 28), as crianças e os adolescentes devem ter a oportunidade de realizar pequenas mudanças nos espaços privativos, fazer escolhas e participar da organização do ambiente de acolhimento, segundo seu grau de desenvolvimento e capacidades.

Segundo Aparecido Carmo (2022), no qual expõe dados em uma matéria acerca do aumento de abrigados no estado do Mato Grosso, no site Repórter MT:

"Em junho de 2022, Mato Grosso tinha 518 crianças e adolescentes acolhidos. Um valor 25,42% superior à quantidade observada em 2021, quando 413 foram acolhidos nas instituições de menores. Em todo o país, são 29.752 menores acolhidos".



Em matéria contida no site do Tribunal de justiça do Mato Grosso – TJMT, por Ranniery Queiroz (2022), são informados sobre a quantidade de crianças acolhidas em Cuiabá, e seus respectivos locais:

> Mato Grosso atualmente têm 525 crianças e adolescentes acolhidos. Somente em Cuiabá são 88 acolhidos. Casa Cuiabana 1, com 17 crianças; Casa Cuiabana 2, com 18 crianças; Casa Cuiabana 3, com 16; Projeto Nosso Lar (adolescentes sexo feminino), com 14 meninas; Casa Lar Família Social, com 5; Casa Caminho Redentor, outras 5 crianças; Projeto Nossa Casa (adolescentes do sexo masculino), com 9 acolhidos. (Queiroz, 2022)

Uma das maiores problemáticas das casas de acolhimento para crianças e adolescentes na cidade de Cuiabá, é a falta do espaço projetado, já que em sua maioria são residências que foram simplesmente adaptadas pela necessidade. Os acolhidos necessitam estar em um ambiente que ocasione neles o sentimento de pertencimento e os instiguem a serem crianças.



1.2 OBJETIVOS

1.2 OBJETIVO GERAL

Propor um projeto arquitetônico para Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes (SAICA), na cidade de Cuiabá – MT.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conceituar os termos relativos à proposição, abordando a contextualização histórica acerca da de Centros de Acolhimentos a Criança e ao Adolescente.
- Conhecer as influências do espaço físico e integração com a sociedade na formação da criança e adolescente.
- Conhecer as legislações pertinentes que garantem o direito da criança e adolescente.
- Analisar projetos de referências projetuais.



1.2 PROBLEMA

Um ponto agravante com relação a necessidade de acolhimento institucional, foi o aumento de órfãos durante a pandemia, segundo os dados do Conselho nacional de saúde – CNS (2021), as estimativas são de 113 mil menores de idade brasileiros perderam a mãe, o pai ou ambos para a Covid-19 entre março de 2020 e abril de 2021. Ao considerarmos o fato de que muitos avós/avôs eram os principais cuidadores de seus netos, então o número de crianças e adolescentes aumenta para 130 mil no País.

De acordo com (MANCUSO, 2021) em reportagem da CNN Brasil:

> Organizações não governamentais que atuam junto a órgãos de proteção da infância no Brasil, o atendimento social para menores de 18 anos de idade foi bastante afetado em 2020, em decorrência da suspensão das atividades presenciais. Muitos casos passaram meses sem encaminhamento, o que pode ter causado um "represamento" no levantamento real de órfãos, aponta a fala do ONG Aldeias Infantis SOS Brasil, organização de atuação nacional. (MANCUSO, 2021).

Segundo as orientações técnicas do Serviço de acolhimento para criança e adolescente (2009), "Em concordância com determinações do ECA, deve-se entrar com recurso para ao encaminhamento da criança ou adolescente a serviços de acolhimento quando esgotadas todas as possibilidades com a família de origem, família extensa ou o responsável".

> Todas as medidas devem ser realizadas no intuito de manter o convívio com a família e a comunidade, a fim de garantir que o afastamento da criança ou adolescente do contexto familiar seja uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grava risco à sua integridade física ou psíquica. (ECA, 2009).

Segundo a Política Nacional de assistência social PNAS (2004), a proteção social especial de alta complexidade deve priorizar a reorganização dos serviços de abrigamento de pessoas, que por diversos causas, não possuem a proteção e cuidados da família.

> Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. (PNAS, 2004).

Em sua maioria as casas de acolhimento para crianças e adolescentes existentes em Cuiabá atualmente até conseguem atender de forma parcial a necessidade dos pequenos, mas em muitas delas, o sentimento de lar e pertencimento não é correspondido. Residências com pouco espaço, sem espaço de lazer ou espaços que permitam as crianças explorarem a imaginação. A edificação necessita ser funcional e pratica, em todos os aspectos. Geralmente as residências não ficam próximas umas às outras, e são separadas por sexo e faixa etária.

Após serem levantadas as exigências normativas nacionais e problemáticas apresentadas, ficam alguns questionamentos; de que maneira as casas de acolhimento para crianças e adolescentes influência na vida dos mesmos? De que maneira a edificação pode ser um facilitador na integração dos acolhidos com a sociedade? Como manter uma rotina familiar nas residências e ainda assim o local possa proporcionar as crianças a serem crianças? De que forma essas crianças poderiam conviver mantendo o vínculo familiar mesmo sendo de idades ou sexos divergentes?

1.3 METODOLOGIA

Esta pesquisa corresponde em um estudo de processo descritivo e se caracteriza como qualitativo, com a finalidade de compreender a atual situação das crianças e adolescentes que necessitam do acolhimento institucional, e as leis que regem a qualidade dessas instituições no Brasil, e como a edificação influencia na vida dessas crianças e adolescentes.

Conforme Godoy (1995), "A abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques."

Segundo Marconi e Lakatos (2017), a metodologia descritiva aborda quatro aspectos: registro, análise, interpretação dos fatos atuais e planejando a sua funcionalidade no presente. O descritivo traça o que realmente é.

O estudo foi feito por meio de uma análise geral do acolhimento infantil e do adolescente no Brasil, mediante estudos de livros, artigos científicos e leis que nos trazem consciência sobre como o tema acolhimento foi tratado no passado e como deveria ser hoje segundo a regulamentação dos direitos das crianças e adolescente com o ECA, e de que forma o estatuto caracteriza hoje o funcionamento dos abrigos institucionais.

Foram feitas análises documentais, por meio de estudos e leituras para que o projeto arquitetônico proposto estivesse de acordo as legislações pertinentes. As normas e legislações são: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15575: Edificações habitacionais - Desempenho. 2013; ABNT NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2020; ABNT NBR 9077: Saídas de emergência em edifícios. 2001; Lei de uso e ocupação do solo do município de Cuiabá. 2015; E demais leis e portarias federais acerca do assunto.



Foram realizados estudos de caso de 6 projetos com a mesma abordagem de tema, a fim de obter maior conhecimento projetual acerca do assunto, de forma a absorver mais soluções e técnicas que agregam na proposta do projeto arquitetônico. Para abranger a qualidade do projeto foram realizados 3 estudos de caso nacionais, e 3 internacionais, e partir de tais analises pudemos definir os parâmetros de projeto, sendo elas: Morfologia; Ludicidade; Conforto; Cultura; Segurança; Funcionalidade;

02

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA
2.2 FUNÇÕES E USOS - SAICA
2.3 BENEFÍCIOS SOCIAIS
2.4 BENEFÍCIOS AMBIENTAIS

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

O abandono de crianças ocorreu em toda a história da humanidade. Existem diversos indicativos da prática desse ato em quase todas as grandes civilizações da Antiguidade. Foi no Código de Hamurábi, no II milênio A.C onde foi apurado a primeira regulamentação sobre o abandono de crianças: se um homem tomou uma criança para adotar com o seu próprio nome e a educou, esse filho adotivo não pode ser reclamado. (MARCÍLIO, 1998).

Foi em Roma onde ocorreu a primeira regularização ao direito a adoção, como forma de solução para os problemas existentes. Alguns membros da Igreja preocuparam-se com o abandono de crianças quando o cristianismo se difundiu no Império Romano. (MARCÍLIO, 1998, pg. 27).

Ocorreu no Século XIII onde a fase da caridade pública de proteção à infância teve início e foi assim que surgiram as primeiras instituições de proteção à infância órfã ou abandonada. A partir dessas associações surgiram as primeiras instituições caritativas de proteção à infância órfã e às crianças sem-família, conforme expõe Marcílio:

> A afluência dos necessitados exigiu a criação de obras especializadas. Os asilos para as crianças abandonadas, para os velhos, para os órfãos ou para os pobres, os albergues para os andarilhos; os hospitais para os doentes; os recolhimentos para as viúvas e as mulheres sós; e os isolamentos para os leprosos foram surgindo em toda parte. Essas instituições tomavam o nome de cada especialização – nosocômio para os doentes; brefotrófio para as crianças pobres e abandonadas; e orfanotrófio para os órfãos. (MARCÍLIO, 1998, p.51).

O mundo todo sofre mudanças em todas as áreas, demográficas, sociais, políticas e econômicas, a partir de 1929, com a quebra da bolsa de Nova lorque.

Após o término da Segunda Guerra Mundial e da promulgação da Declaração Universal dos Direitos das Crianças (1959) foram desenvolvidas inúmeras normas e leis em favor das crianças, a favor da adoção plena, estendida desde o nascimento da criança. Chegando à consciência atual de que a criança é um sujeito de Direito. (MARCÍLIO, 1998).

> A fase da filantropia dita cientifica estava encerrando-se. Depois da Segunda Guerra Mundial, os governados se conscientizaram de que a filosofa filantrópica não atendia mais as necessidades da assistência e da proteção à infância desvalida. Estava nascendo uma nova fase nas políticas sociais públicas de assistência, com a intervenção do Estado, que passava a ser o Estado do Bem-Estar Social. (MARCÍLIO, 1998, p. 87).

No Brasil, as primeiras instituições organizadas de proteção aos menores abandonados surgiram no século XVIII e eram denominadas de Rodas dos Expostos (conforme figura 01), organizadas e administradas pelas Santas Casas de Misericórdia. (RIZZINI e RIZZINI, 2004). Sobre a Roda dos Expostos no país, RIZZINI e RIZZINI (2004, p. 23) afirmam:

Uma modalidade de atendimento a bebês abandonados de longa duração foi o sistema das Rodas dos Expostos, surgido no período colonial por iniciativa da Santa Casa de Misericórdia e somente extinto na República. No século XVIII, Salvador, Rio de Janeiro e Recife instalaram as suas Casas de Expostos, que recebiam bebês deixados na Roda, mantendo no anonimato o autor ou a autora do abandono. Até o século XIX, outras dez Rodas dos Expostos surgiram no país, tendo o sistema persistido até meados do século XX. (RIZZINI e RIZZINI, 2004).



Figura 01: Roda dos expostos.
Fonte: Banzeiros, 2020.

Essas instituições recolhiam os recém-nascidos abandonados, garantindo o anonimato dos pais. Em muitos casos para manter os padrões sociais da época, e também para manter a honra das famílias no caso de gravidez fora do casamento, como também uma forma de reduzir o número de infanticídios e abortos (BRANT DE CARVALHO, 1993).

Em 1907 surgiu o primeiro estabelecimento público para acolhimento de crianças e adolescentes, na cidade do Rio de Janeiro, conforme figura 02.



Figura 02: Asilo de menores abandonados – Rio de Janeiro (1907).
Fonte: Arquivos de Assistência à Infância, IPAI, 1907.

Somente no 1919 foi criado o Departamento Nacional da Criança, órgão competente na época no qual controlava todas as atividades no campo da assistência à mãe, à criança e ao adolescente. Em 1921 instituiu-se o Serviço de Assistência e de Proteção à Infância e em 1924 o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores (MARCÍLIO, 1998).

Em 1927 foi aprovado o Código de Menores, um dos marcos históricos da assistência à infância.

> O discurso da assistência e da proteção aos menores desvalidos e ao Código de Melo Matos, de 1927, definiam um novo projeto jurídico e institucional, voltado para os menores – não punitivo, recuperador, disciplinar, tutelar e paternal – e articulado a uma tentativa de reorganização da assistência prestada, tornando-a mais ampla, sistemática e organizada de mais cientifica. Gradualmente, o Estado ia assumindo a assistência à infância desvalida e criando um aparato governamental para atender a essa nova função e, também, controlá-la. (MARCÍLIO, 1998, p. 222).

Antes de ser validado o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), as instituições para abrigamento de crianças e adolescentes eram os antigos orfanatos, ou colégios internos, amparadas pelo Código do Menor. Com o decorrer do tempo, essas instituições se deram como lugares de abandono, atuando como grandes instituições estremadas do meio social, pois nelas crianças e adolescentes permaneciam até completar 18 anos, e não havia nenhuma atividade que certificassem a convivência familiar e com a comunidade.

Foi estabelecido através do ECA (1990) que os atendimentos devem ser realizados em instituições de pequenos grupos e de forma individual, possuindo características familiares. Uma observação a ser feia é que de acordo com o Estatuto a convivência familiar é um dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, reforçando que as políticas devem objetivar o fortalecimento dos vínculos com a família de origem.

Com a priorização da convivência familiar, o ECA constituiu políticas de atendimento articuladas, garantindo assim que toda criança seja criada em sua família, e, em família substituta. O Art. 101 cita essas medidas, e cabe ao Conselho Tutelar que tais medidas sejam devidamente aplicadas. Porém, em alguns casos, é previsto que haja abrigamento de crianças de forma transitória, para que, depois, a mesma seja colocada em uma família substituta (ADRIÃO, 2013).

2.2 Funções e usos - SAICA

O documento Orientações técnicas: Serviço de acolhimento para crianças e adolescente (2009), a partir da página 68 o documento apresenta informações relevantes sobre o assunto. O tópico 4.1.1 traz a definição de um abrigo institucional, e seus aspectos mais relevantes:

> Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. (Serviço de acolhimento para crianças e adolescente, 2009)

O tópico 4.1.2 traz um maior direcionamento acerca do público alvo, especificidades e quantidade de usuários por equipamento:

> Geral: Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos sob medida protetiva de abrigo.
> Especificidades: Devem ser evitadas especializações e atendimentos exclusivos - tais como adotar faixas etárias muito estreitas, direcionar o atendimento apenas a determinado sexo, atender exclusivamente ou não atender crianças e adolescentes com deficiência ou que vivam com HIV/AIDS. A atenção especializada, quando necessária, deverá ser assegurada por meio da articulação com a rede de serviços, a qual poderá contribuir, inclusive, para capacitação específica dos cuidadores. O atendimento especializado, quando houver e se justificar pela possibilidade de atenção diferenciada a vulnerabilidades específicas, não deve prejudicar a convivência de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco (irmãos, primos, etc.), nem se constituir motivo de discriminação ou segregação.

> Desta forma, a organização da rede local de serviços de acolhimento deverá garantir que toda criança ou adolescente que necessite de acolhimento receberá atendimento e que haverá diversificação dos serviços ofertados, bem como articulação entre as políticas públicas, de modo a proporcionar respostas efetivas às diferentes demandas dos usuários. Número Máximo de Usuários por Equipamento: 20 crianças e adolescentes. (Serviço de acolhimento para crianças e adolescente, 2009)

O tópico 4.1.3 traz clareza sobre os aspectos físicos a serem respeitados na elaboração do projeto arquitetônico:

> Localização Áreas residenciais, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da realidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos. Fachada e aspectos gerais da construção deverá manter aspecto semelhante ao de uma residência, seguindo o padrão arquitetônico das demais residências da comunidade na qual estiver inserida. Não devem ser instaladas placas indicativas da natureza institucional do equipamento, também devendo ser evitadas nomenclaturas que remetam à aspectos negativos, estigmatizando e despotencializando os usuários. (Serviço de acolhimento para crianças e adolescente, 2009)

O tópico 4.1.4 discorre sobre os recursos humanos mínimos exigidos no abrigo institucional, especifica sobre os cuidadores mínimos e suas atribuições, também sobre as exigências mínimas que a edificação deve atender.

> Para que o atendimento em serviços de abrigo institucional possibilite à criança e ao adolescente constância e estabilidade na prestação dos cuidados, vinculação com o educador/cuidador de referência e previsibilidade da organização da rotina diária, os educadores/cuidadores deverão trabalhar, preferencialmente, em turnos fixos diários, de modo a que o mesmo educador/cuidador desenvolva sempre determinadas tarefas da rotina diária (p.ex: preparar café da manhã, almoço, jantar, dar banho, preparar para a escola, apoiar as tarefas escolares, colocar para dormir, etc.), sendo desaconselhável esquemas de plantão, caracterizados pela grande alternância na prestação de tais cuidados.(Serviço de acolhimento para crianças e adolescente, 2009)

Conforme o tópico 4.1.5 são especificados a Infraestrutura e espaços mínimos sugeridos:

Cômodo	Características
Quartos	▪ Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas / berços / beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada (armários, guarda-roupa, etc.). ▪ Nº recomendado de crianças/adolescentes por quarto: até 4 por quarto, excepcionalmente, até 6 por quarto, quando esta for a única alternativa para manter o serviço em residência inserida na comunidade. ▪ Metragem sugerida: 2,25 m² para cada ocupante. Caso o ambiente de estudos seja organizado no próprio quarto, a dimensão dos mesmos deverá ser aumentada para 3,25 m² para cada ocupante.
Sala de Estar ou similar	▪ Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores. ▪ Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante. Ex: Abrigo para 15 crianças / adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 17,0 m² Abrigo para 20 crianças / adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 22,0 m²
Sala de jantar / copa	▪ Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores. ▪ Pode tratar-se de um cômodo independente, ou estar anexado a outro cômodo (p. ex. à sala de estar ou à cozinha) ▪ Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante.
Ambiente para Estudo	▪ Poderá haver espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outros ambientes (quarto, copa) por meio de espaço suficiente e mobiliário adequado, quando o número de usuários não inviabilizar a realização de atividade de estudo/leitura.
Banheiro	▪ Deve haver 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 (seis) crianças e adolescentes ▪ 1 lavatório, 1 vaso sanitário e um chuveiro para os funcionários ▪ Pelo menos um dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência[88].
Cozinha	▪ Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores/educadores.

Cômodo	Características
Área de Serviço	▪ Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento.
Área externa (Varanda, quintal, jardim,etc)	▪ Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão sócio-econômico da realidade de origem dos usuários, tais como piscinas, saunas, dentre outros, de forma a não dificultar a reintegração familiar dos mesmos. ▪ Deve-se priorizar a utilização dos equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura, proporcionando um maior convívio comunitário e incentivando a socialização dos usuários. ▪ Os abrigos que já tiverem em sua infra-estrutura espaços como quadra poliesportiva, piscinas, praças, etc, deverão, gradativamente, possibilitar o uso dos mesmos também pelas crianças e adolescentes da comunidade local, de modo a favorecer o convívio comunitário, observando-se, nesses casos, a preservação da privacidade e da segurança do espaço de moradia do abrigo.
Sala para equipe técnica	▪ Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc) ▪ Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa / técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.
Sala de coordenação / atividades administrativas	▪ Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil / financeira, documental, logística, etc.). ▪ Deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo. ▪ Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa / técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.
Sala / espaço para reuniões	▪ Com espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias de origem.

Figura 03 e 04: Ambiente mínimos requeridos pela norma.
Fonte: Orientações técnicas: Serviço de acolhimento para crianças e adolescente, 2009.

As orientações técnicas contidas no documento trazem como observação a necessidade de toda infraestrutura do abrigo institucional oferecer acessibilidade para o atendimento de pessoas com deficiências. As figuras 03 e 04 foram obtidas no documento de orientações técnicas, e essas especificações devem ser seguidas e respeitadas a fim de proporcionar maior conforto as crianças e adolescentes, e para que eles se sintam o mais próximo de um lar.

2.3 Benefícios Sociais

De acordo com Adrião (2013), o propósito principal do trabalho dos abrigos é que crianças e adolescentes sejam reintegrados em suas famílias de origem, ou, como em vários casos, ser reinserida socialmente quando atingirem a maioridade ou por meio de adoção.

Para que os abrigos se mantenham atualmente há uma serie de especificações a serem atendidas, tendo que cumprir e realizar diversos métodos e procedimentos de acordo com as legislações em vigor e alinhadas com as diretrizes técnicas apontadas pela política de acolhimento institucional, contidas em documentos como Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006).

Segundo VECTORE; CARVALHO, 2008, é uma necessidade pensar em maneiras passíveis de promover um abrigamento de qualidade e promover o efetivo desenvolvimento das crianças ali institucionalizadas.

De acordo com as instruções presentes no documento de Orientações técnicas do Serviço de acolhimento para criança e adolescente (2009), “o acolhimento institucional é o acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo”.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2009), prediz aspectos essenciais que a moradia de institucionalização deve conter:

> O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. (Conanda, 2009, p.67).

As diretrizes especificadas pelo conselho são essenciais para proporcionar as crianças e adolescente um melhor convívio com a sociedade, de forma a prepara-los para a maioridade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), é o principal instrumento normativo do Brasil no qual assegura sobre os direitos da criança e do adolescente. Segundo a legislação vigente no país, no artº 7° do ECA (1990), diz “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”. Já o art. 34, § 1 diz “A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei”.

O ECA com seus 267 artigos tem como objetivo principal atender e aplicar medidas de proteção as crianças e adolescentes, garantindo a eles uma vida digna.

Como proposta para o projeto arquitetônico de uma edificação de serviço de acolhimento para crianças e adolescente, o projeto deve dar autonomia e liberdade aos acolhidos, o ambiente deve proporcionar uma rotina familiar e também ludicidade para que os abrigados explorem suas criatividades. O espaço deve ter a capacidade de receber eventos sociais que os integrem a sociedade.



2.4 Benefícios Ambientais

Segundo Fischer (1994) o Espaço é a razão ambiental que informa as relações humanas em sua complexidade ao mesmo tempo que é, como elas, o resultado de fatores culturais, sociais e institucionais. Fica conclusivo que a relação de troca entre o ser humano e o espaço físico vivenciado é recíproca havendo forte influência, ocasionando um sistema onde o ambiente atua diretamente sobre a pessoa. Dessa maneira, o meio-ambiente exerce influência sobre o comportamento humano em razão da existência dos valores nele inscritos, que atuam como elementos normativos sobre os comportamentos e as representações sociais.

Projetar um serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes que possuam um conceito sustentável, é projetar uma integração com a natureza, utilizar os recursos naturais é proporcionar maior conforto ambiental, acústico e térmico, tendo como objetivo proporcionar melhor qualidade de vida para as crianças e adolescentes.

De acordo com Fischer (1994), o qual define que a influência do meio-ambiente sobre o comportamento humano atua precisamente em razão da existência dos valores nele inscritos servindo como elementos normativos sobre os comportamentos e as representações. Essas relações são estabelecidas no espaço vivenciado diariamente pelo indivíduo que tem grande importância para a estruturação da relação da pessoa com o mundo.

Segundo Abarca (1991), as relações no qual as pessoas estabelecem com o ambiente, sendo ele construído, natural, ou social, o mesmo pode sobrecarregar o indivíduo de forma que seja exigido um grande esforço se adaptar, resultando em um estado de estresse com graves consequências negativas para a saúde mental e física.

Fica evidente a importância da arquitetura e na elaboração de um bom projeto arquitetônico, visto que este poderá influenciar tanto de forma positiva, quanto negativamente. O espaço físico é essencial no desenvolvimento do ser humano, principalmente de crianças e adolescentes, os quais estão aprendendo seus valores e identidade, o espaço é um grande influenciador nesse processo socioeducativo.

De acordo com Kellert, 2002, o espaço ao ar livre é espaçoso e aberto para o entorno no qual permite que as crianças se movam de forma livre, diferente do espaço fechado dentro de um edifício. Possibilitando ser um espaço em que seus sentidos são prontamente estimulados por vegetação e animais.

O ambiente natural e dinâmico permite as crianças vivenciar uma experiencia ao ar livre atemporal, divertida, lúdica e exploratória, experimentando os fenômenos da natureza.



03

CONDICIONANTES LEGAIS E INSTITUCIONAIS

3.1 LEGISLAÇÕES INCIDENTES NA ESFERA INTERNACIONAL
3.2 LEGISLAÇÕES INCIDENTES NA ESFERA NACIONAL
3.3 LEGISLAÇÕES INCIDENTES NA ESFERA REGIONAL

3. Condicionantes legais e institucionais

No tópico presente serão mencionadas as normativas vigentes que nortearam a elaboração do projeto arquitetônico de um Serviço de acolhimento para crianças e adolescente, na cidade de Cuiabá-MT, como finalidade ser um Trabalho de diplomação em arquitetura, urbanismo e paisagismo (TDAUP). Os aspectos normativos aqui apresentados são leis e /ou normas de domínio internacional, nacional e regional.

3.1 Legislações incidentes na esfera internacional

Por meio de aprovação unânime, a Assembleia Geral das Nações Unidas, constituiu no dia 20 de novembro de 1959, a Declaração dos Direitos da criança, assegurando o direito e liberdade das crianças.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), são citados 10 princípios que devem ser respeitados em todo o âmbito internacional, que são eles:

1° Não deve haver distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, nacionalidade, ou qualquer outro meio que impeça a igualdade.
2° Que sejam proporcionadas oportunidades e facilidades, que gerem desenvolvimento moral, físico, mental, social e espiritual, em circunstâncias que proporcionem liberdade e dignidade.
3° Direito a um nome e a uma nacionalidade.
4° Ter acesso aos benefícios da previdência social. Garantindo o direito a alimentação, habitação, recreação e assistência médica adequadas.
5° A criança com incapacidade física, mental ou social deve receber o tratamento, a educação e os cuidados especiais.

6° A criança precisa de amor e compreensão.
7° A educação, deverá ser gratuita pelo menos no grau primário. A criança deve ter a oportunidade para brincar e divertir-se.
8° A criança deve receber proteção e socorro.
9° A criança deve receber proteção contra qualquer forma de negligência, crueldade e exploração.
10° Deve viver em um ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade e de paz. (Declaração Universal dos Direitos da Criança, 1959).



No dia 25 de setembro de 2015, por meio de 193 líderes mundiais foram criadas 17 Metas Globais para alcançar 3 objetivos nos próximos 15 anos: 1- Erradicar a pobreza extrema; 2- Combater a desigualdade e a injustiça; 3- Suavizar as mudanças climáticas. Esses objetivos são conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme figura 05.



Figura 05: ODS 2030
Fonte: GT agenda 2030, 2015.

A elaboração do projeto de arquitetura para Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, colabora para alguns desses objetivos da ODS 2030, tais como, Educação de qualidade (4); tendo como objetivo garantir uma educação inclusiva e de qualidade, no qual deve promover um aprendizado que gere oportunidades marcando toda uma vida. Redução da desigualdade (10); como objetivo reduzir a desigualdade entre as pessoas e dentro do País, oportunizando a inclusão social e em todas as esferas. Paz, justiça e instituições fortes (16); tem como intuito fomentar uma sociedade inclusiva e pacifica, para que assim todos possam ter acesso a justiça de forma eficaz.

3.2 Legislações incidentes na esfera nacional

Diversas leis e normativas regem um projeto de arquitetura para casas de acolhimento de crianças e adolescente, são elas: O estatuto da criança e do adolescente, documento de Orientações técnicas do Serviço de acolhimento para criança e adolescente, constituição federal de 1988, e as normas específicas para o projeto.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), é o principal instrumento normativo do Brasil no qual assegura sobre os direitos da criança e do adolescente. Segundo a legislação vigente no país, no artº 7° do ECA (1990), diz “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

Segundo as instruções contidas no documento de Orientações técnicas do Serviço de acolhimento para criança e adolescente (2009), o capitulo III traz parâmetros de funcionamento, e o tópico 4.1 menciona as definições dos abrigos institucionais, o mesmo especifica:

> O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. (Orientações técnicas do Serviço de acolhimento para criança e adolescente, 2009)

A constituição federal de 1988, é uma importante lei no qual garante diversos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil para a sociedade. O capítulo II diz a respeito dos direitos sociais, e o art. 6° especifica sobre esses direitos: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ”

As NBR’s (Normas Brasileiras) são normas elaboradas pela ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS), com o intuito de padronizar e garantir a qualidade dos produtos gerados no Brasil, o mesmo se trata de um conjunto de diretrizes e normas de caráter técnico. Para a elaboração do projeto arquitetônico diversas normas são usadas para garantir a qualidade da edificação, sendo elas:

ABNT NBR 9077: Saídas de emergência em edifícios. 2001; é uma norma de segurança para o usuário, no qual garante o dimensionamento correto e seguro para que todos possam sair da edificação de forma rápida em caso de incêndio.

A ABNT. NBR 15575: Edificações habitacionais - Desempenho. 2013; a norma prevê sobre a necessidade dos usuários na edificação, no qual estabelece diversos requisitos e critérios. Os requisitos devem ser seguidos a fim de demonstrar de forma qualitativa o desempenho da edificação para o usuário.

ABNT NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2020; esta norma visa garantir a acessibilidade de uma edificação ou espaço, assegurando que os espaços possuam autonomia para qualquer usuário, para que o mesmo possua liberdade de executar com segurança e dignidade seus afazeres. Diversas determinações são trazidas acerca do uso dos mobiliários, circulação necessária, rampas de acesso, tipos de sinalização, e entre outros.

ABNT NBR 6492: Representação de projetos de arquitetura. 1994; Esta Norma afirma e especifica sobre a qualidade que um projeto de arquitetura deve conter em sua representação gráfica, garantindo que o mesmo possua uma boa compreensão e fácil leitura.

3.3 Legislações incidentes na esfera regional

Além das normativas internacionais e as nacionais, também existem as exigências na esfera regional, as quais norteiam principalmente quanto ao uso do solo de cada cidade. Sendo elas:

Lei Complementar Nº 389 - Lei de uso e ocupação do solo do município de Cuiabá, 2015.Lei Complementar Nº 516 – Código de obras do município de Cuiabá, 2022. O capitulo I diz sobre as disposições gerais, e o art. 2° afirma “Esta Lei estabelece normas e diretrizes gerais e específicas sobre o Zoneamento, Uso, Ocupação e Urbanização do Solo no Município de Cuiabá. ”

Lei Complementar Nº 105 - Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá (PDDE), 2007. O art. 3° da lei especifica: “O Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá visa proporcionar o desenvolvimento integrado, harmonioso, o bem-estar social e a sustentabilidade de Cuiabá e da Região do seu entorno, considerado instrumento básico, global e estratégico da política de desenvolvimento urbano e rural, determinante para todos os agentes públicos e privados atuantes no Município. ”

Lei Complementar Nº 516 – Código de obras do município de Cuiabá, 2007. O capitulo I especifica sobre as disposições preliminares, e o art. 2° cita: “Toda e qualquer construção, reforma, demolição ou ampliação de edifícios, efetuada por particulares ou entidades públicas, a qualquer título, é regulada por este Código, obedecida a Legislação Federal e Estadual pertinente a matéria, e em especial a Lei Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico e a Lei de Uso e Ocupação do Solo. “

Lei Complementar Nº 6.151 – Dispõe sobre o sistema único de assistência social do município de Cuiabá, e dá outras providências, 2016. O art. 1° do capitulo I, diz: “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. ”

O capitulo III, Art. 10. Especifica sobre os tipos de serviço prestados.

> A proteção social especial ofertará precipuamente os seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos: [...] II - proteção social especial de alta complexidade: a) Serviço de Acolhimento Institucional; b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. (Lei Complementar Nº 6.151, 2016).

As normativas acima são imprescindíveis para execução de um projeto arquitetônico na cidade de Cuiabá - MT, e a normativa de assistência social é quem ampara sobre os direitos de uma casa de serviço de acolhimento institucional.



04

REFERÊNCIAS PROJETUAIS

4.1. PROJETOS E/OU ESTUDO DE CASO
4.1.1 CENTRO DE BEM-ESTAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
4.1.2 CASA DE ACOLHIMENTO
4.1.3 CRECHE HN
4.1.4 FAZENDA CANUANÃ
4.1.5 ABRIGO INFANTIL PEDRA PINTADA
4.1.6 VILLA DIVINA PROVIDÊNCIA
4.2. ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

4. Referencias projetuais

4.1 Projetos e/ou Estudo de Caso

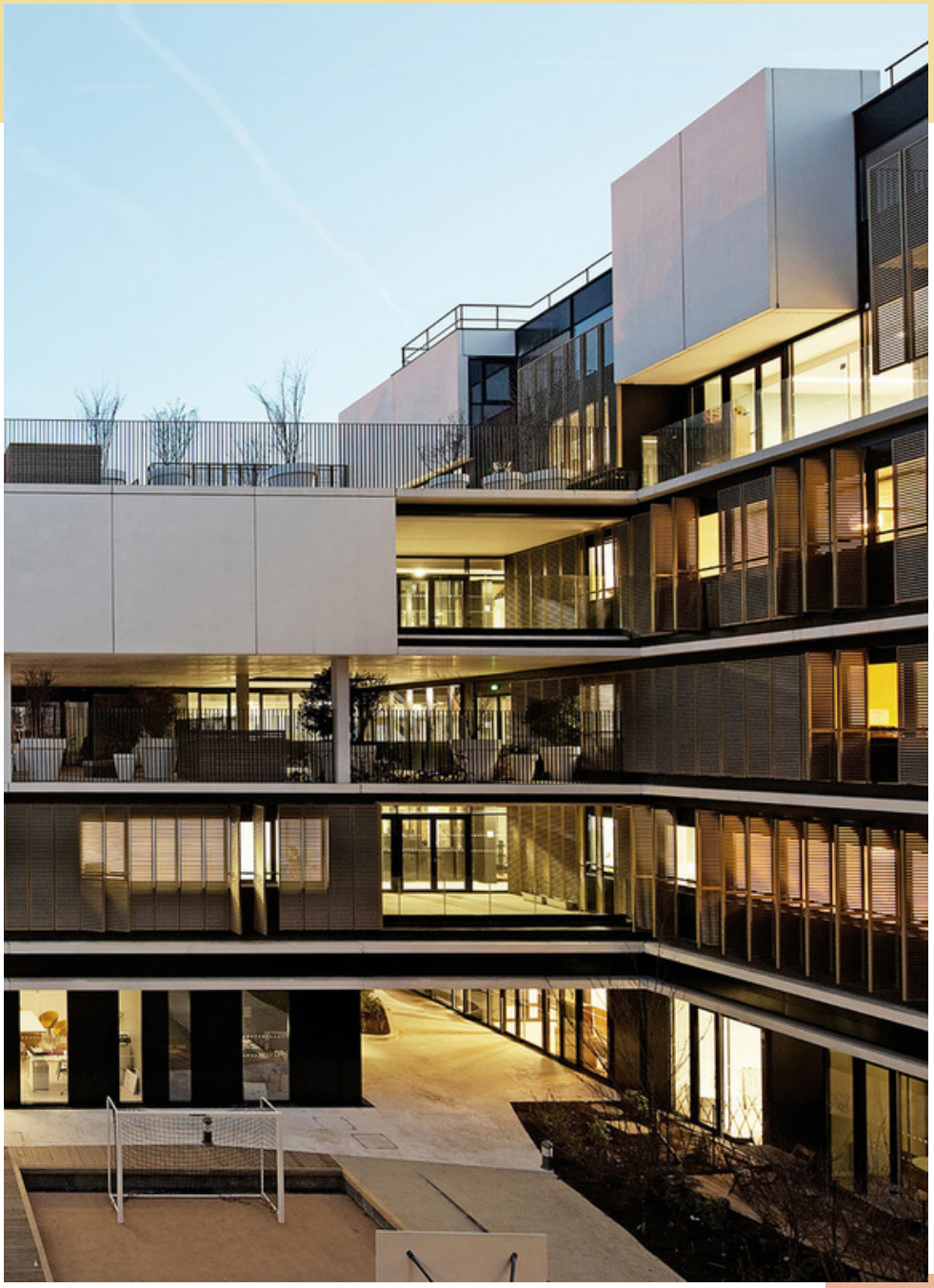
As referências projetuais aqui apresentadas, referem-se a um estudo de caso de projetos que seguem a mesma tipologia ou conceito do que será proposto para o projeto de TDAUP, ou seja, moradias infantis, internatos, abrigos, casas lares e casas de acolhimento. O estudo foi realizado por meio de consultas e pesquisas bibliográficas na internet.



4.1.1 Centro de Bem-Estar para Crianças e Adolescentes

FICHA TECNICA

Obra: Centro de Bem-Estar para Crianças e Adolescentes
Cidade: Paris, França
Arquitetos: Marjan Hessamfar & Joe Vérons
Área: 6225 m²
Ano: 2013



O edifício Maison d’accueil de l’enfance Eleanor Roosevelt, é um centro residencial de emergência, localizado em Paris, na França, a instituição é coordenada pelo departamento local do bem-estar infantil (Aide Sociale à l’Enfance - ASE). A edificação tem como finalidade servir como um abrigo emergencial para menores de idade sob tutela regular, sendo o objetivo principal amparar os menores, dando apoio prático, educacional e psicológico.

A obra foi projetada pelos arquitetos Marjan Hessamfar & Joe Vérons, no ano de 2013, com uma área total de 6.225 m². Houve grande preocupação com relação as sensações que seriam vividas no abrigo, no qual não deveria dar a sensação aos menores de "emergência", nem tampouco de desproteção. O intuito é fazer com que as crianças e adolescentes sintam-se em um lar, sendo um ambiente transição e de estímulo familiar, de modo que sejam bem atendidos e acolhidos mediante suas necessidades, e que singularidade de cada um seja respeitada.

O entorno é parte fundamental da transição dos menores abrigados, desta forma, a edificação está localizada em um distrito, local com a capacidade de expansão dos serviços que o centro oferece. A região já está em desenvolvimento, com uma nova área residencial, parque, jardim público, cinema, e entre outros.

A edificação foi disposta a abrigar as crianças e adolescentes em grupo, de modo que cada pavimento, fosse ocupado por uma faixa etária. Cada pavimento tem a autonomia para atender todas as suas necessidades, desde as atividades, até os momentos de lazer. A edificação foi proposta em forma de "L" com níveis escalonados no centro, amenizando uma das principais limitações do terreno, a falta de luz na edificação. A forma da edificação também permite grandes terraços para lazer em cada pavimento.

A organização do espaço é complexa, devido ao edifício ser aberto ao público, cada pavimento é como uma unidade própria, com suas próprias regulamentações de saúde e segurança, como exigem as normativas locais. A instituição foi projetada para ser flexível, permitindo mudanças com o passar do tempo, de acordo com as necessidades futuras, como exemplo, os amplos corredores, que podem receber novos usos, caso haja necessidade.

Na figura 06 observamos a implantação da edificação, no qual o mesmo possui uma forma irregular, e para melhor adequação e disposição dos ambientes foi adotado a forma em “L”, assim permitindo maior recebimento de luz natural e ventos dominantes. E ao criar pavimentos com tamanhos alternados, se cria grandes terraços para lazer e atividades.

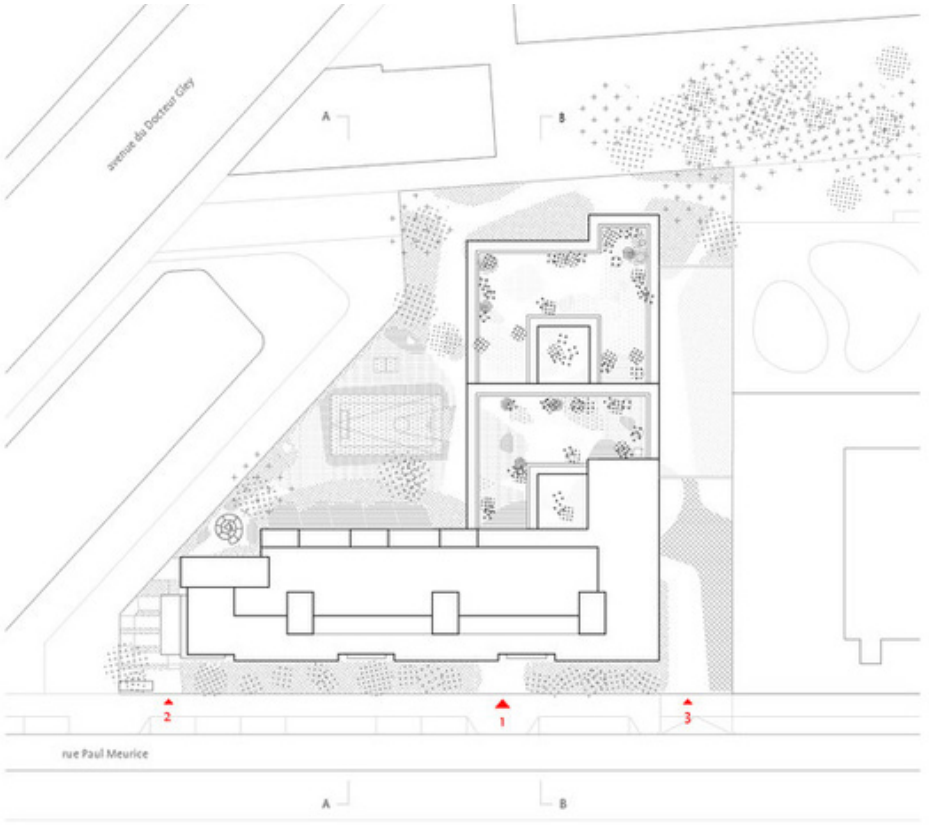


Figura 06: Implantação edifício Maison d’accueil de l’enfance Eleanor Roosevelt.
Fonte: Archdaily, 2013.

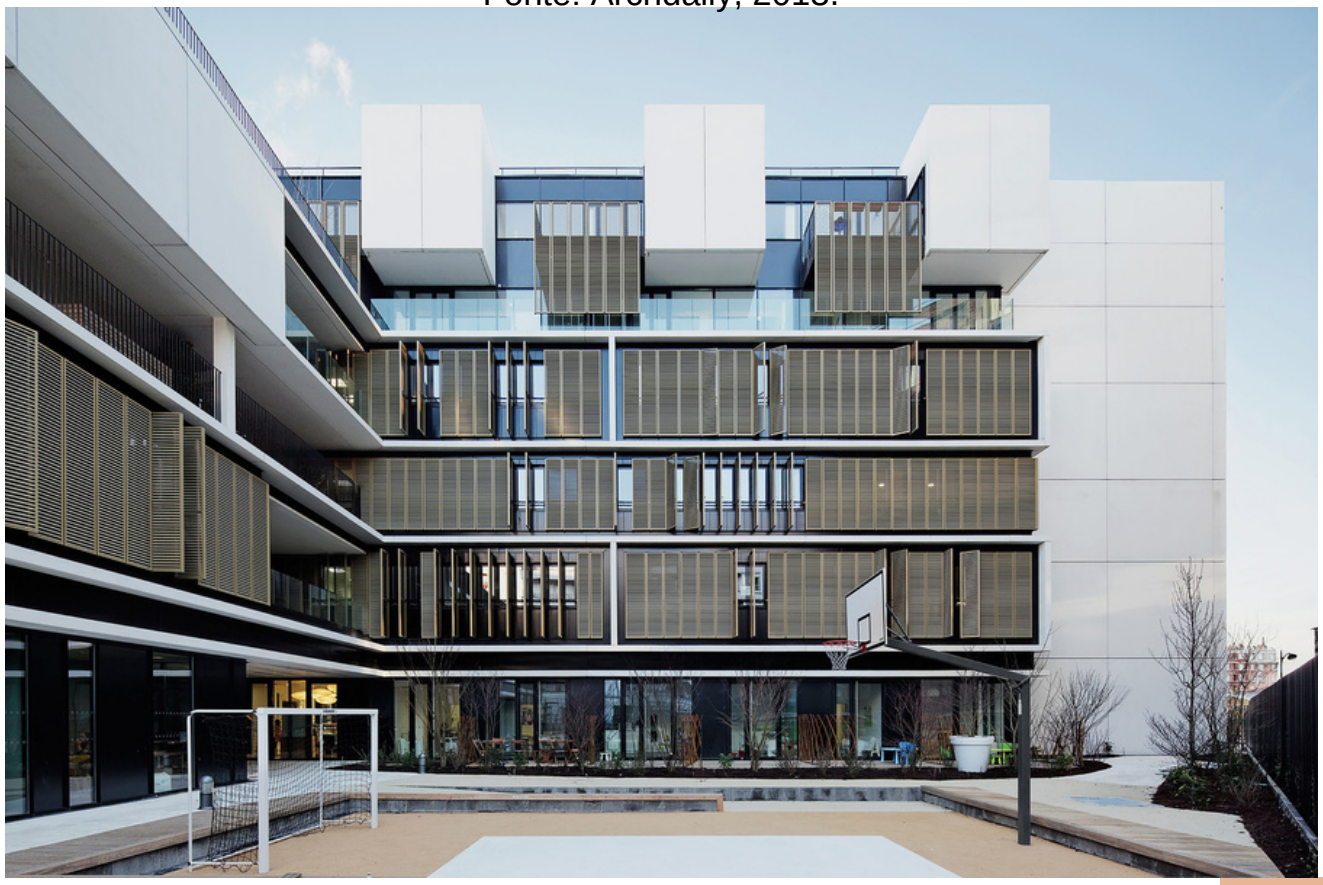


Conforme a figura 07 podemos observar o conjunto de elementos usados nas fachadas, como, persianas douradas, ferro preto, cimento branco. Os elementos reforçam a identidade moderna e atemporal da instituição. Houve grande empenho na estética da edificação, como também no conforto térmico no interior do edifício, assim o mesmo recebeu brises em todas as fachadas.

Figura 07: Pátio do edifício.
Fonte: Archdaily, 2013.

Conforme a figura 08, observamos a escolha dos elementos externos de concreto pré-fabricados, feitos em cimento branco, com tecnologia auto-limpante, para que sua cor não fosse alterada com as consequências do tempo e contaminação do clima gerado pelo trafego das vias próximas.

Figura 08: Perspectiva externa da edificação.
Fonte: Archdaily, 2013.



A creche para as crianças menores, está localizada no quinto pavimento, possuindo um pátio privado e seguro. O terraço foi projetado para ser lúdico e estimular os pequenos, utilizando diversos materiais e texturas, como também, grandes vasos e vegetações em todo o perímetro.

O projeto foi elaborado explorando todas as possibilidades de criar uma edificação singular, dessa forma foram criados pavimentos privatizados e espaços lúdicos, de forma que possam atender a necessidade de todas as faixas etárias. Na implantação também foi proposto jardins, espaços para contemplações e quadras para lazer.



Figura 09: Terraço do pavimento da creche.
Fonte: Archdaily, 2013.

4.1.2 Casa de Acolhimento para menores

FICHA TECNICA

Obra: Casa de Acolhimento para Menores
Cidade: Kerteminde, Dinamarca
Arquitetos: CEBRA
Área: 1500 m²
Ano: 2014



Figura 10: Fachada da casa de acolhimento para menores.
Fonte: Archdaily, 2014.

A casa de acolhimento para menores, é uma instituição para acolhimento de crianças e adolescentes. O projeto foi desenvolvido para a cidade de Kerteminde, Dinamarca, pelo escritório CEBRA, um escritório que preza pela arquitetura dinamarquês. O edifício foi construído no ano de 2014, com um total de 1.500m². A edificação tem como finalidade proporcionar amparo 24 horas aos menores, e foi projetado para que desde a sua forma exterior gerasse sensações aos pequenos, trazendo a eles sensação de um lar, um ambiente acolhedor, moderno e seguro.

A sua concepção estética foi projetada a partir do ideal que uma criança tem de casa, ao vermos desenhos feitos pelas crianças, em sua maioria, as casas são ilustradas em formato retangular, com cobertura de duas águas e chaminés. Desta forma, a edificação possui formas simples, e estética padrão as casas dinamarquesas, de modo que a edificação se integrasse na área residencial circundante, como também, e aparência reconhecível de uma casa.



Figura 11: Perspectivas da fachada.
Fonte: Archdaily, 2014.

Ao inserir as formas básicas de uma forma lúdica, trouxe a edificação uma identidade única. Para organização da edificação, foram conectadas quatro residências. Os grupos são separados por faixa etária, e cada um deles possui um espaço de uso privado e flexível, com relação a unidade central. Para que fosse gerado esses espaços separados, algumas alas foram alongadas em sua profundidade, assim se separam para formar uma edificação compacta e volumes de compensação. Essa formar de dispor os blocos, causa aos residentes o sentimento de pertencimento, de modo que podem ficar sozinhos, como se relacionar em grupos nas áreas interligadas.

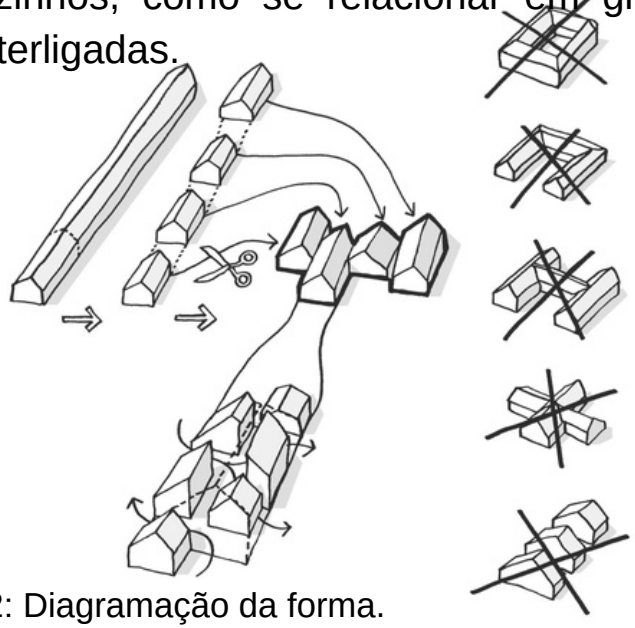


Figura 12: Diagramação da forma.
Fonte: Archdaily, 2014.

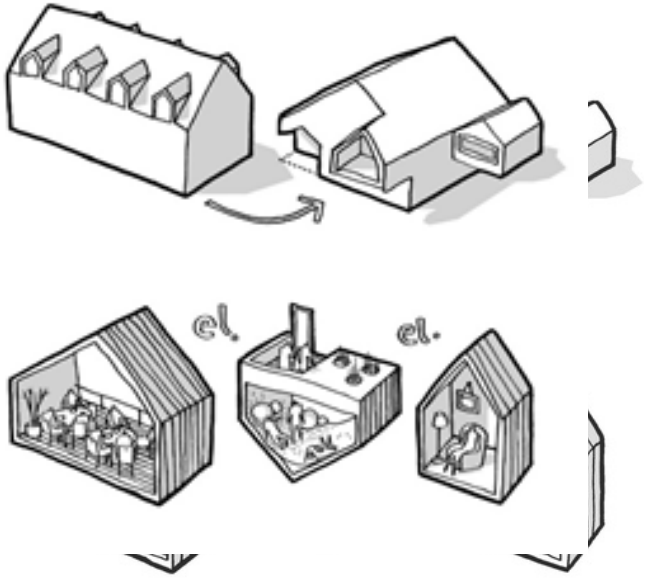


Figura 13: Diagramação da forma.
Fonte: Archdaily, 2014.

A disposição dos blocos por faixa etária tem o intuito de instigar as relações sociais e o pertencimento a comunidade local.

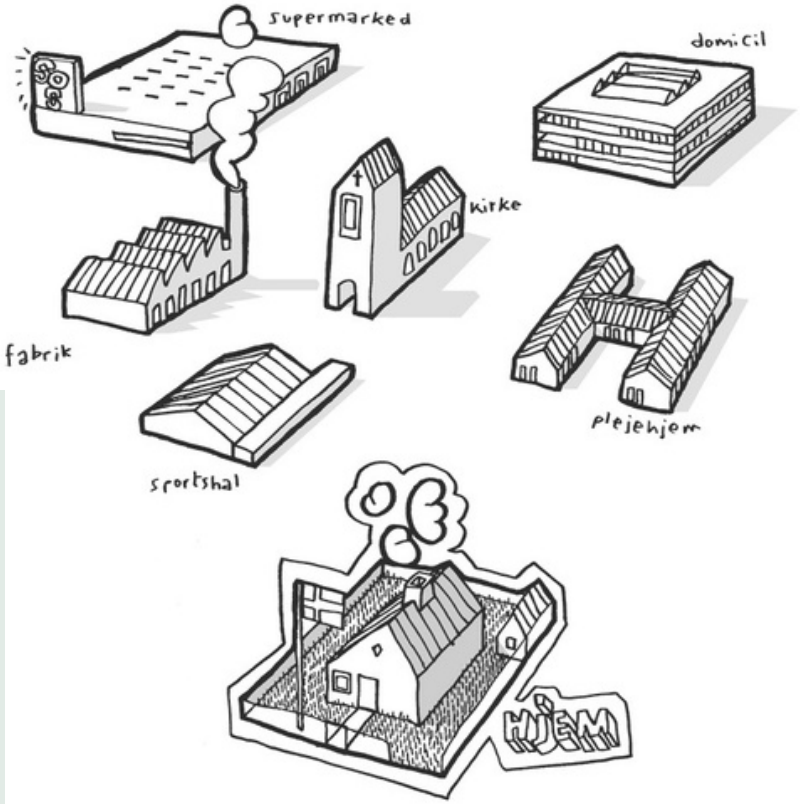


Figura 14: Diagramação do entorno.
Fonte: Archdaily, 2014.

O entorno imediato apoia o enfoque pedagógico a partir do apoio ativo e diário dos trabalhos com a crianças que possuem problemas de saúde mental e social. As crianças e adolescentes são incentivados a usar dos meios que cidade proporcionam, e participar das atividades sociais em conjunto com os colegas.



Figura 15: Perspectivas do entorno.
Fonte: Archdaily, 2014.

A unidade dos adolescentes é um ambiente mais descontraído e extrovertido, e sua face está orientada para a rua. A unidade das crianças menores está orientada para o jardim, e possui acesso direto para a área de jogos. Já a unidade central, contém o acesso principal pelo estacionamento, proporcionando uma visão geral de quem chega ou sai da edificação.

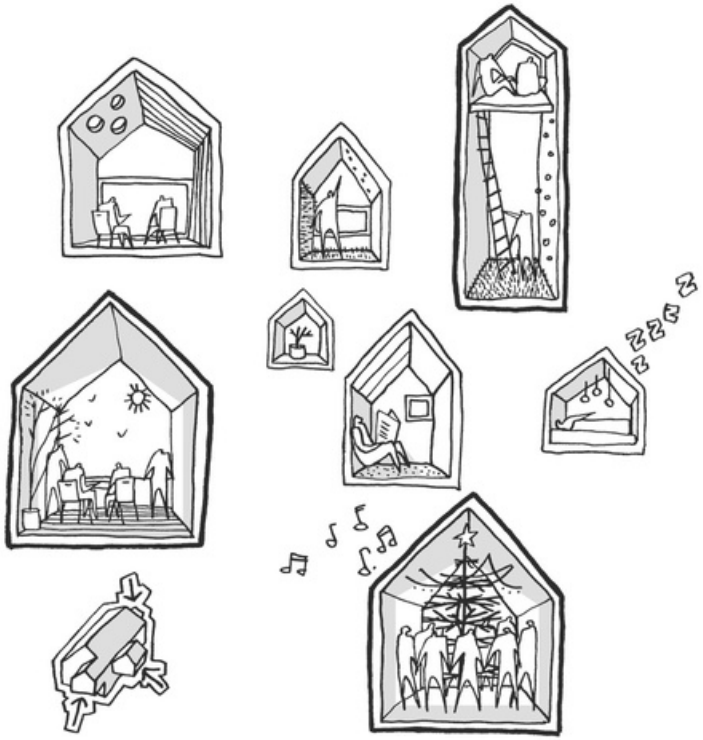


Figura 16: Diagramação da forma interna.
Fonte: Archdaily, 2014.



Fonte: Archdaily, 2014.

Os sótãos deram a possibilidade de diferentes volumes, as bases geométricas foram modificadas pelos diferentes perfis de sótão. Os sótãos proporcionam aos residentes a possiblidade de criar sua propria identidade no ambiente, através da decoração, já que são espaços bônus, usados de acordo com a necessidade do momento, alterando suas atividades e usos. Os mesmos são usados como espaço para filmes, leituras, salas de atividade, áreas para pinturas e atividades, e até mesmo para atos festivos em grupo. A funções institucionais, como, espaço para os trabalhadores, administrativo e dormitórios, também são locados nos sótãos e primeiro pavimento.

Na figura 18, observamos a continuidade de toda a edificação através da sua forma e materiais, as paredes recebem combinações de materiais na mesma tonalidade, e se intercalam ao serem revestidas de madeira ou tijolinhos de cerâmica, dando fluidez a cobertura também em cerâmica. E como contraste temos as esquadrias em alumínio preto com fechamento em vidro.

Figura 18: Perspectivas e combinação de materiais.
Fonte: Archdaily, 2014.



Como conclusão, a organização do edifício possibilita que as atividades e trabalhos sejam executadas de forma efetiva em suas rotinas diárias, possibilitando assim que os residentes tenham a sensação de lar, e não de instituição. De forma racional, a edificação foi pensada para que as crianças e colaboradores percorram curtos caminhos na edificação, facilitando e aproximando os uns aos outros no dia a dia.

4.1.3 Creche HN

FICHA TECNICA

Obra: Creche HN
Cidade: Japão
Arquitetos: hibinosekkei, youji no shiro;
Área: 2.651m²
Ano: 2017



Figura 10: Fachada da casa de acolhimento para menores.
Fonte: Archdaily, 2014.

A creche HN, é um jardim de infância localizado no Japão. O projeto foi elaborado pelo arquiteto Youji no Shiro, e construído no de 2017. A edificação foi projetada integrar os pequenos a natureza, proporcionando a eles um contato diário com o meio ambiente através de brincadeiras e atividades sensoriais, possibilitando também desenvolver sua criatividade e sensibilidade desde pequenos.

Em sua implantação grande parte do terreno é composta por áreas vegetadas. O terreno possui 2.651m² e 588m² de área construída, no qual são divididas em duas edificações, com uma grande área gramada entre eles.

Figura 19: Implantação da creche CN.
Fonte: Archdaily, 2018.

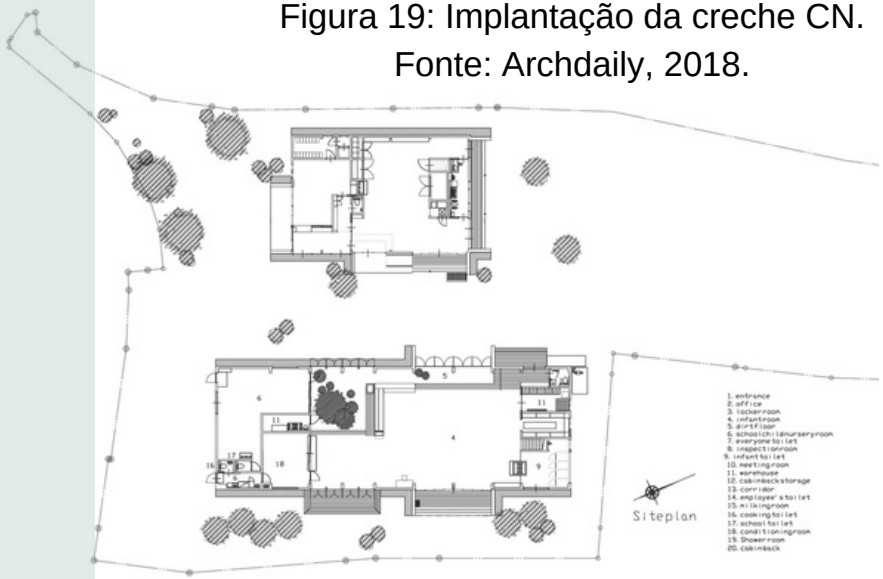




Figura 20: Pátio externo.
Fonte: Archdaily, 2018.

Mesmo no interior da creche onde as crianças brincam ou fazem atividades, eles continuam tendo contato com a natureza por meio de grandes esquadrias, teto de vidro e arborizações internas. A creche foi desenvolvida para que as crianças sintam e tenham contato com a natureza a qualquer momento ou lugar.



Figura 21: Interior da creche.
Fonte: Archdaily, 2018.

Na figura 21 e 22 podemos observar uma das salas do jardim de infância, onde há uma grande árvore plantada no qual as crianças podem brincar e na figura 22 a integração a área externa por meio das esquadrias de vidro.



Figura 22: Integração a natureza por meio das esquadrias.
Fonte: Archdaily, 2018.



Figura 23: Pátio ao ar livre.
Fonte: Archdaily, 2018.



Figura 24: Fachada lateral da edificação.
Fonte: Archdaily, 2018.

O pátio de recreação entre as edificações é composto por grama e vegetações. O pátio aberto permite as crianças brincarem ao ar livre e de forma lúdica, explorando suas possibilidades e sensações.

4.1.4 Fazenda Canuanã

FICHA TECNICA

Obra: Fazenda Canuanã
Cidade: Tocantins, Brasil
Arquitetos: Aleph Zero e Rosenbaum
Área: 23.344,17m² m²
Ano: 2017

Figura 32: Perspectiva da edificação.
Fonte: Rosenbaum, 2017.



A fazenda Canuanã é uma escola rural que funciona em regime de internato, mantidos pela Fundação Bradesco, localizado no Formoso do Araguaia – Tocantins – Brasil. O projeto foi desenvolvido pelos escritórios de arquitetura Aleph Zero e Rosenbaum, e construído no ano de 2017, com um total de 23.344,17m². O projeto tomou como partido a sua localização, por estar situado entre terras indígenas, para a concepção do projeto foi adotado a arquitetura vernacular e tecnologias industriais.

A edificação é composta por 2 vilas idênticas, e cada uma tem a capacidade de receber 270 alunos, o que as difere é a apenas o seu uso, uma é exclusiva para meninas e a outra para os meninos. As edificações são destinadas para uso habitacional, educacional e áreas de lazer. O projeto recebeu diversos prêmios, entre eles o RIBA (Royal Institute of British Architects) em 2018. A fazenda possui 1.100m³ de madeira reflorestada, sendo considerada a maior construção de madeira da América Latina.

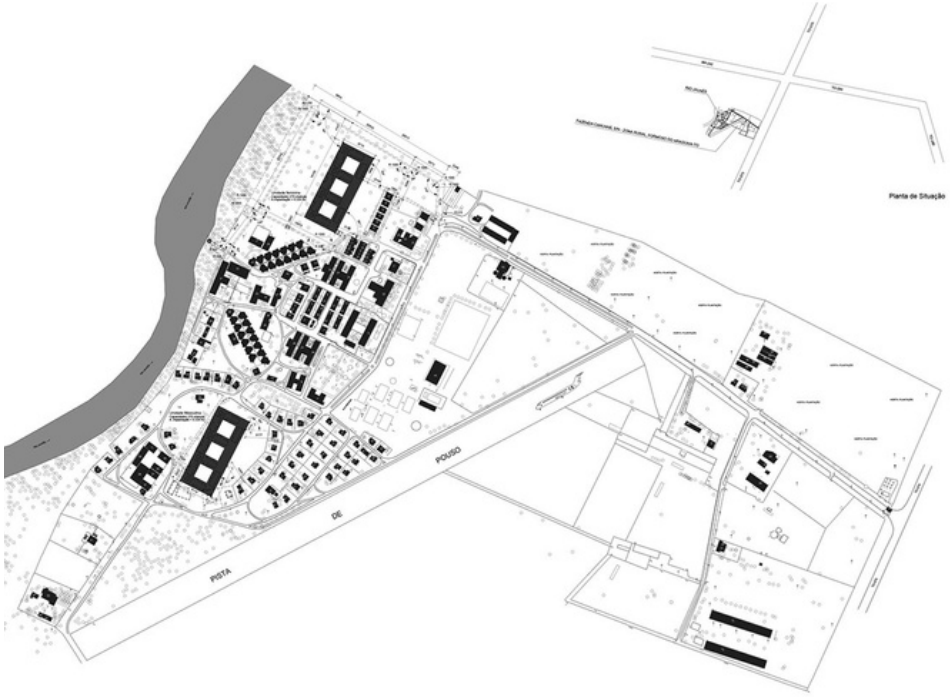


Figura 25: Implantação da Fazenda.
Fonte: Rosenbaum, 2017.



Figura 26: Perspectivas da edificação e entorno.
Fonte: Rosenbaum, 2017.

Nas figuras 25 e 26 podemos compreender a implantação das edificações e o seu entorno.

A duas vilas que compõe a fazenda ficam nas extremidades do terreno, e a área livre entre os mesmos é para uso futuro de atividades educacionais. Cada edificação possui três grandes pátios centrais, os pátios são áreas de descanso com mobiliários e redes, os pátios tem a capacidade de integrar o exterior com o interior, garantindo aos residentes viver esses momentos com a natureza a todo momento.

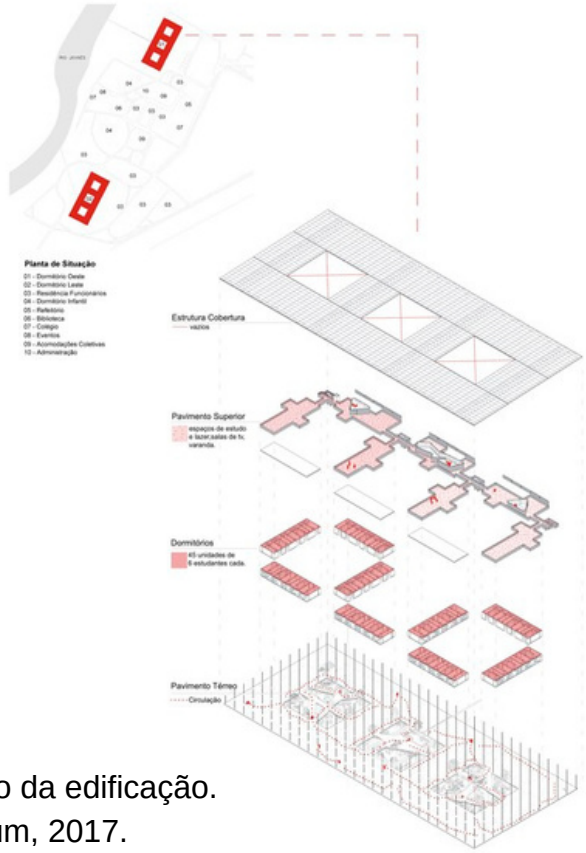


Figura 27: Diagramação da edificação.
Fonte: Rosenbaum, 2017.



Figura 28: Perspectiva do pátio interno.
Fonte: Rosenbaum, 2017.

Nas figuras 27 e 28 podemos observar a forma da edificação com três pátios centrais, e o seu uso com diversas vegetações e mobiliários.

Cada edificação possui 45 dormitórios que comportam 6 alunos cada, e cada quarto é organizado com três beliches, com lavanderia e banheiro. Cada quarto possui o nome de uma planta da região ou animal.

Na figura 29 observamos um dos dormitórios, com mobiliários práticos e que instigam a coletividade.
E o pavimento superior possui espaços de lazer e estudos, que podem ser usados individualmente ou no coletivo, como, sala de TV, salas de jogos e sala de estudos.



Figura 29: Dormitório.
Fonte: Rosenbaum, 2017.



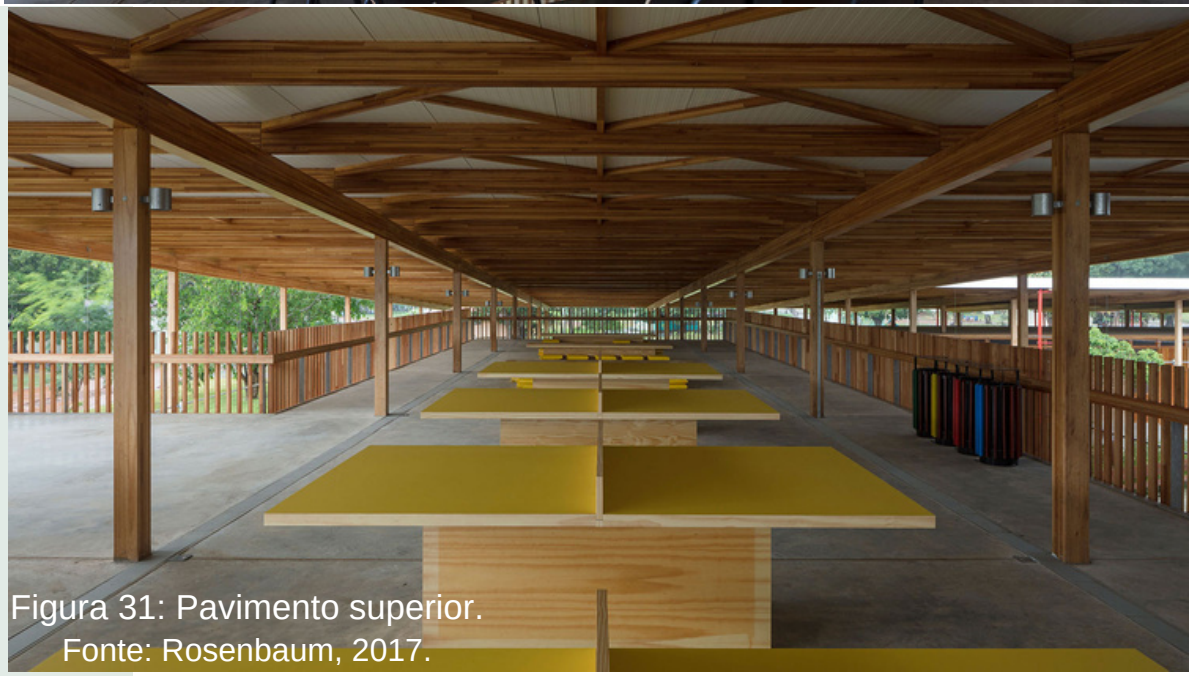


Figura 31: Pavimento superior.
Fonte: Rosenbaum, 2017.

Nas figuras 30 e 31 podemos compreender os usos do pavimento superior, e os seus mobiliários criados exclusivamente para o internato.

Quanto a estética e materiais utilizados, as paredes são constituídas de tijolos de solo-cimento, fabricados usando solo da própria fazenda, por possuírem uma inercia maior, os tijolos são capazes de reduzir a temperatura interna em 7°C. As edificações possuem estruturas de de madeira laminada com alta tecnologia, possuindo um baixo impacto ambiental e um resultado leve.



Figura 33: Perspectiva da edificação.
Fonte: Rosenbaum, 2017.

Figura 34: Perspectiva interior da edificação.
Fonte: Rosenbaum, 2017.



Figura 35: Perspectiva interior da edificação.
Fonte: Rosenbaum, 2017.



Nas figuras acima podemos observar os materiais utilizados na edificação e quanto a sua forma e estética usando materiais naturais, principalmente materiais locais.

A composição dos materiais construtivos utilizados juntamente ao paisagismo dá ao projeto uma integração do processo pedagógico e a arquitetura.

4.1.5 Abrigo Infantil Condomínio Pedra Pintada

FICHA TECNICA

Obra: Abrigo Infantil Condomínio Pedra Pintada
Cidade: Roraima, Brasil
Arquitetos: ampliado pela prefeitura Municipal de Boa Vista
Ano: 2015

Figura 37: Acesso a edificação.
Fonte: Prefeitura de Boa Vista, 2021.



O Abrigo Infantil Condomínio Pedra Pintada fica localizado em Boa Vista, Roraima - Brasil. O abrigo atende crianças de 0 a 12 anos em situação de vulnerabilidade social. A edificação foi reformada e ampliada pela prefeitura Municipal de Boa Vista, e faz parte dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A instituição já funciona há 13 anos cuidando e zelando de crianças em situação de risco. O abrigo é constituído por três Casas Lar, uma casa administrativa, área de lazer e playground. A reforma recebeu troca de cobertura e forro, nova pintura, troca de esquadrias, reforma de banheiros e ampliações de áreas existentes.



Figura 36: Acesso a edificação.
Fonte: Prefeitura de Boa Vista, 2021.

A estrutura ganhou uma área especial, conhecida como calçada da fama, onde as crianças deixam a sua marca por meio de assinaturas e marca de suas mãos.

A casa administrativa ganhou novos ambientes, como, copa, almoxarifado, banheiros e deposito, trazendo maior conforto aos profissionais e crianças acolhidas, totalizando um total de 207m². O playground recebeu uma revitalização de uma nova área coberta de 172,36m², e também duas novas salas e apoio e brinquedos.

A edificação tem como missão acolher e dar um lar aos pequenos, dando de volta a eles uma infância leve e tranquila. Após as intervenções no local, a edificação irá tornar a estadia das crianças mais confortável, e possibilitar maior lazer e interação entre eles também.



Figura 38: Pátio interno coberto.
Fonte: Prefeitura de Boa Vista, 2021.

4.1.6 Condomínio Villa Divina Providência

FICHA TECNICA

Obra: Condomínio Villa Divina Providência
Cidade: Rio Grande do Sul, Brasil
Área: 2620 m²
Ano: 2020



O Complexo Casa Lar Villa Divina Providência foi inaugurado no dia 29 de outubro de 2020, em Vacaria, no Rio Grande do Sul - Brasil. A edificação é composta por quatro casas-lares em formato de condomínio, e cada casa tem a possibilidade de receber 10 acolhidos, totalizando 40 crianças e adolescente, de zero a dezoito anos, oferecendo a eles aspectos e rotina familiar.

O novo espaço possui em torno de 2.620m², dispondo de quatro áreas residenciais, área de lazer coletivo e espaço para receber público externo, de modo que integra as crianças a sociedade.

O complexo segue as normativas impostas pelo ECA, oferecendo as crianças e adolescentes acolhidos uma residência comum, com quartos, sala, cozinha e lavanderia, proporcionando a eles a vivencia de uma rotina familiar comum. Uma das residências é adaptada para deficientes físicos. O principal critério de divisão das casas é manter os núcleos familiares, dessa forma, os grupos de irmãos devem permanecer na mesma residência.



Figura 39: Perspectiva dormitório.
Fonte: Ministério público do Rio Grande do Sul, 2020.

Figura 40: Perspectiva da sala.
Fonte: Ministério público do Rio Grande do Sul, 2020.





Figura 41: Perspectiva da cozinha.
Fonte: Ministério público do Rio Grande do Sul, 2020.



Figura 42: Perspectiva ambiente de estudo.
Fonte: Ministério público do Rio Grande do Sul, 2020.

As residências possuem independência dos espaços de lazer coletivo, para que assim as crianças possam manter suas atividades e rotinas diárias. O condomínio é equipado parar dar segurança e lazer para aqueles que em sua maioria foram abandonadas, sofram maus tratos e abusos por parte dos que deveriam defende-los.



Figura 43: fachada externa.

Fonte: Ministério público do Rio Grande do Sul, 2020.

A figura 43 condiz com a fachada do complexo, as normativas exigem que as casas lares se assemelhem com o seu entorno, mantendo um padrão de residência comum, e que o uso das placas sejam pequenas, apenas para identificação do local.



Figura 44: Pátio interno descoberto.
Fonte: Ministério público do Rio Grande do Sul, 2020.

Figura 45: Pátio interno descoberto.
Fonte: Ministério público do Rio Grande do Sul, 2020.



Figura 46: Quadra de esportes.
Fonte: Ministério público do Rio Grande do Sul, 2020.



Figura 47: Quadra de esportes.
Fonte: Ministério público do Rio Grande do Sul, 2020.



Conforme as imagens 46 a 47, podemos compreender o uso do pátio interno, no qual possui praça com brinquedos, quadra de esportes e espaço livre para gincanas e brincadeiras. E o uso das cores deixou o espaço alegre e atrativo aos pequenos.

O projeto atende ao ECA e todas as normativas exigidas quanto as casas de acolhimento infantis. O espaço propõe o melhor de uma moradia coletiva e ótimos espaços externos para uso coletivo.

4.2. Análise das referências

Após analises dos projetos apresentados nos tópicos 4, foi realizada a elaboração da tabela 01, onde foi exposto as informações mais importantes de forma comparativa com as características de cada edificação.

Tabela 01: Análise geral das referências.
Fonte: Autoria própria.

	PROJETOS DE REFERENCIAS					
	PROJETO 01	**PROJETO 02**	**PROJETO 03**	**PROJETO 04**	**PROJETO 05**	**PROJETO 06**
TITULO	edifício Maison d'accueil de l'enfance Eleanor	Casa de Acolhimento para menores	creche HN	Fazenda Canuanã	Abrigo Infantil Condomínio Pedra Pintada	Condomínio Villa Divina Providência
SITUAÇÃO ATUAL	Em funcionamento	Em funcionamento	Em funcionamento	Em funcionamento	Em funcionamento	Em funcionamento
ANO DE CONCLUSÃO	2013	2014	2017	2017	2015	2020
LOCALIZAÇÃO	Paris, França.	Kerteminde, Dinamarca	Japão	Araguaia – Tocantins – Brasil	Boa Vista, Roraima - Brasil	Vacaria, no Rio Grande do Sul - Brasil
METRAGEM	6.225 m².	1.500m²	2.651m²	23.344,17m²	*	2.620m²
PARTIDO ARQUITETONICO	Residencial de emergencia	Casa de Acolhimento	Creche infantil	Escola em regime de internato	Abrigo infantil	Casa lar
AMBIENTES PROJETADOS	Salas; cozinhas; banheiros; quartos; sala de estudos;	Salas; cozinhas; banheiros; quartos; sala de estudos;	Salas de aula;	Dormitorios; salas de estudos; salas de jogos;	Salas; cozinhas; banheiros; quartos;	Salas; cozinhas; banheiros; quartos; sala de estudos;
MATERIAIS CONSTUTIVOS	Alvenaria	Madeira e tijolinhos de ceramica	Estrutura metalica e esquadrias de vidro	tijolos de solo-cimento e estrutura de madeira laminada;	Alvaneria e cobertura convencional	Concreto; Platibanda; Piso intertravado;
INSTRUMENTOS COMPLEMENTARES	Terraços ao ar livre	Integração entre as residencias conectadas	Grande área vegetada externa	Pátios internos	Pátio coberto com brinquedos.	quadra de futbol; parque infantil;
ENTORNO	Residencial	Residencial	Residencial	Rural	Residencial	Residencial

Por meio desse estudo foi analisado os pontos fortes e fracos, para tomar como partido arquitetônico do projeto de arquitetura da casa de acolhimento para crianças e adolescentes que será realizado para o TDAUP II. Diversos aspectos serão tomados como base para um projeto funcional, acolhedor e estimulador, sendo eles:

O projeto 01 - edifício Maison d'accueil de l'enfance Eleanor Roosevelt, é uma referência em abrigo que permite e proporciona viver sensações, dando as crianças e adolescentes um lar que atenda suas necessidades e propicio para que os menores passem por uma transição tranquila. A forma da edificação é um diferencial para criar espaços exclusivos e ótima solução para resolver a problemática de falta de iluminação, e proporcionado melhor conforto térmico.
pedagógico.

O projeto 02 – Casa de acolhimento para menores, é uma edificação que respeita a visão de lar das crianças, e a forma simples que integra ao seu entorno é uma referência para que as crianças se sintam em uma casa tradicional. A disposição dos blocos por faixa etária permite que as crianças se relacionem e criem vínculos com os demais, e os espaços lúdicos e funcionais ajudam a proporcionar isso.

O projeto 03 – A Creche HN, é um espaço que fez uso de elementos naturais e integração com a natureza, essa junção trouxe muito aconchego a edificação, e proporciona as crianças um contato diário com o meio ambiente. A creche HN é um meio importante para o desenvolvimento dos pequenos, o espaço permite que as crianças o explorem e tirem o melhor de suas imaginações, através de brincadeiras lúdicas e atividades sensoriais.

O projeto 04 – A fazenda Canuanã, fez uso de grandes pátios nos quais permitem descanso e lazer, assim integrando também a edificação ao ambiente externo, e trazendo um pouco que todo o entorno para perto. O uso de materiais naturais e sustentáveis é um fator importante e muito agregador, integrando a arquitetura ao processo pedagógico.

O projeto 05 – O abrigo infantil condomínio Pedra Pintada, foi uma ótima forma de integrar as crianças de faixas etárias diferentes em um mesmo espaço, através da junção de três casa lares, onde podem dividir os espaços sociais. A edificação possui formas simples, e cores alegres e atrativa para os pequenos.

O projeto 06 - O condomínio Divina Providência, será o principal projeto de referência para a criação do projeto arquitetônico. A edificação uniu quatro casas lares, em um espaço novo, moderno e aconchegante, sendo uma de suas residências adaptadas para deficientes físicos. A união de várias casas lares em um único espaço permite que as crianças mantenham suas rotinas como em uma residência comum, mas que todos podem se divertir juntos no espaço de lazer externo, facilitando até mesmo para receber ajuda externa de ações sociais e afins. Outro ponto positivo é permitir que irmãos mantenham contato diário independente da idade ou sexo.



05

CONDICIONANTES DE PROJETO

5.1 ASPECTOS URBANOS
5.2 ÁREA DE INTERVENÇÃO
5.3 ASPECTOS FUNCIONAIS

5.1 Aspectos urbanos

5.1.1 Descrição do municipio

Segundo dados encontrados no Perfil Socioeconômico, volume V, o município de Cuiabá possui área de 3.538,17 km². E também conforme o censo demográfico do IBGE de 2010, registraram-se 551.098 habitantes no município de Cuiabá, havendo, portanto, taxa de crescimento de 1,32% a.a. e variação populacional de 14,02% no período de 2000 a 2010.

Figura 48: Mapa Mato Grosso e Cuiabá.
Fonte: istockphoto.com.





5.1.2 Área do perímetro urbano

Segundo o Perfil Socioeconômico, volume V, o Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá foi consolidado na Lei Complementar n.º 0150, em janeiro de 2007, sancionada pelo prefeito Wilson Santos, no qual determinou em seu artigo 89 a proibição da ampliação do perímetro urbano pelo período de dez anos, a partir da aprovação da lei, salvo em situação de calamidade pública.

Figura 49: Evolução urbana.
Fonte: Perfil Socioeconômico - volume V, 2012.

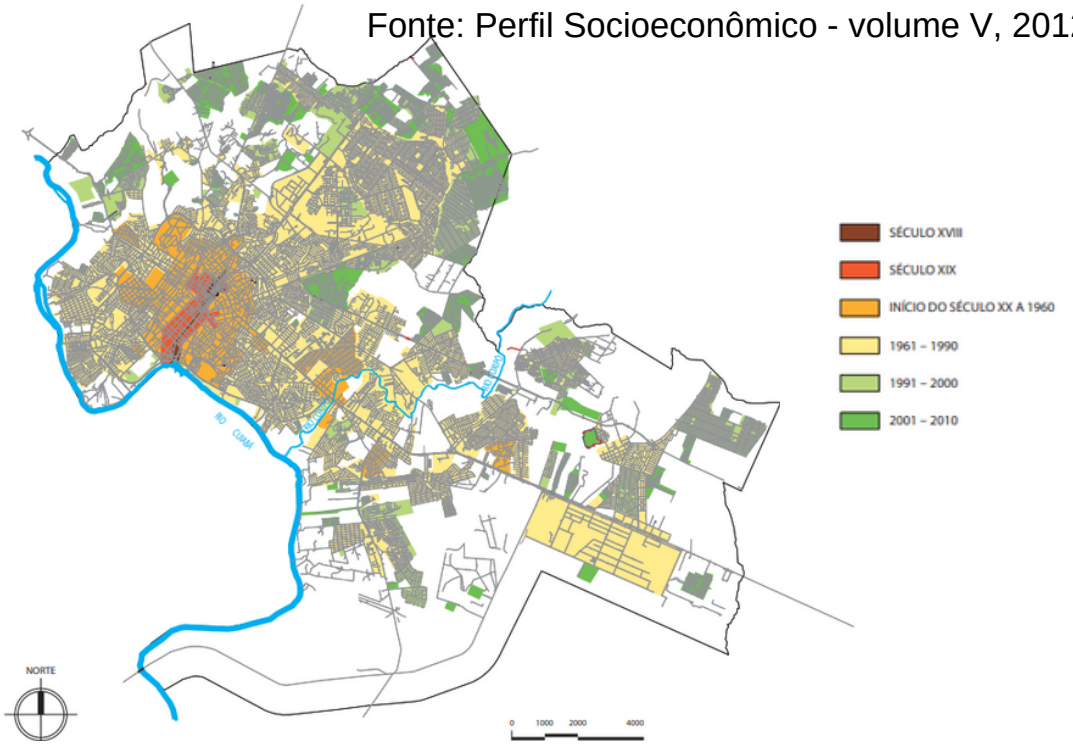


Tabela: 02 Demonstrativo da evolução urbana de Cuiabá.
Fonte: Perfil Socioeconômico - volume V

Ano	Ato Legal	Área (km²)	Acréscimo (km²)	Variação %	População Urbana	Variação %	Densidade hab/ha
Jul. 1938	Ato 176	2,59	-	-	-	-	-
Jul. 1960	Lei n.º 534	4,50	1,91	73,75	45.875	-	101,94
Mar. 1974	Lei n.º 1.346	48,45	43,95	976,67	122.284	166,56	25,24
Abr. 1978	Lei n.º 1.537	104,98	56,53	116,68	164.896	34,85	15,71
Nov. 1982	Lei n.º 2.023	153,06	48,08	45,80	222.303	34,81	14,52
Dez. 1994	Lei n.º 3.412	251,94	98,88	64,60	420.044	88,95	16,67
Dez. 2003	Lei n.º 4.485	256,31	4,37	1,73	517.193	23,13	20,18
Jul. 2004	Lei n.º 4.598	252,58	-3,73	-1,46	531.504	2,77	21,04
Dez. 2004	Lei n.º 4.719	254,57	1,99	0,79	531.504	0,00	20,88
Jan. 2007	Lei Compl. n.º 150[1]	254,57	0,00	0,00	576.855	8,53	22,66

5.1.3 Divisão das regiões

Segundo o Perfil Socioeconômico, volume V, a macrozona urbana de Cuiabá foi dividida em quatro regiões administrativas, ao delimitar os bairros da capital mato-grossense, definiu se as áreas das regiões administrativas. Anos após houve a Lei n.º 4.719/04 alterado a área da Região Oeste.

As regiões administrativo são: Norte; Sul; Leste; Oeste.

REGIÃO NORTE
End.: Rua Pará, 930, CPA II,
Bairro Morada da Serra

REGIÃO OESTE
End.: Rua Juscelino Kubitscheck, 49
Bairro Santa Helena
Ponto Ref.: (Antigo Centro Comunit
Santa Helena)

REGIÃO LESTE
End.: Rua Manoel Ferreira de Mend
Bairro dos Bandeirantes

REGIÃO SUL
End.: Rod. Palmiro Paes de Barros,
Bairro Vista Alegre

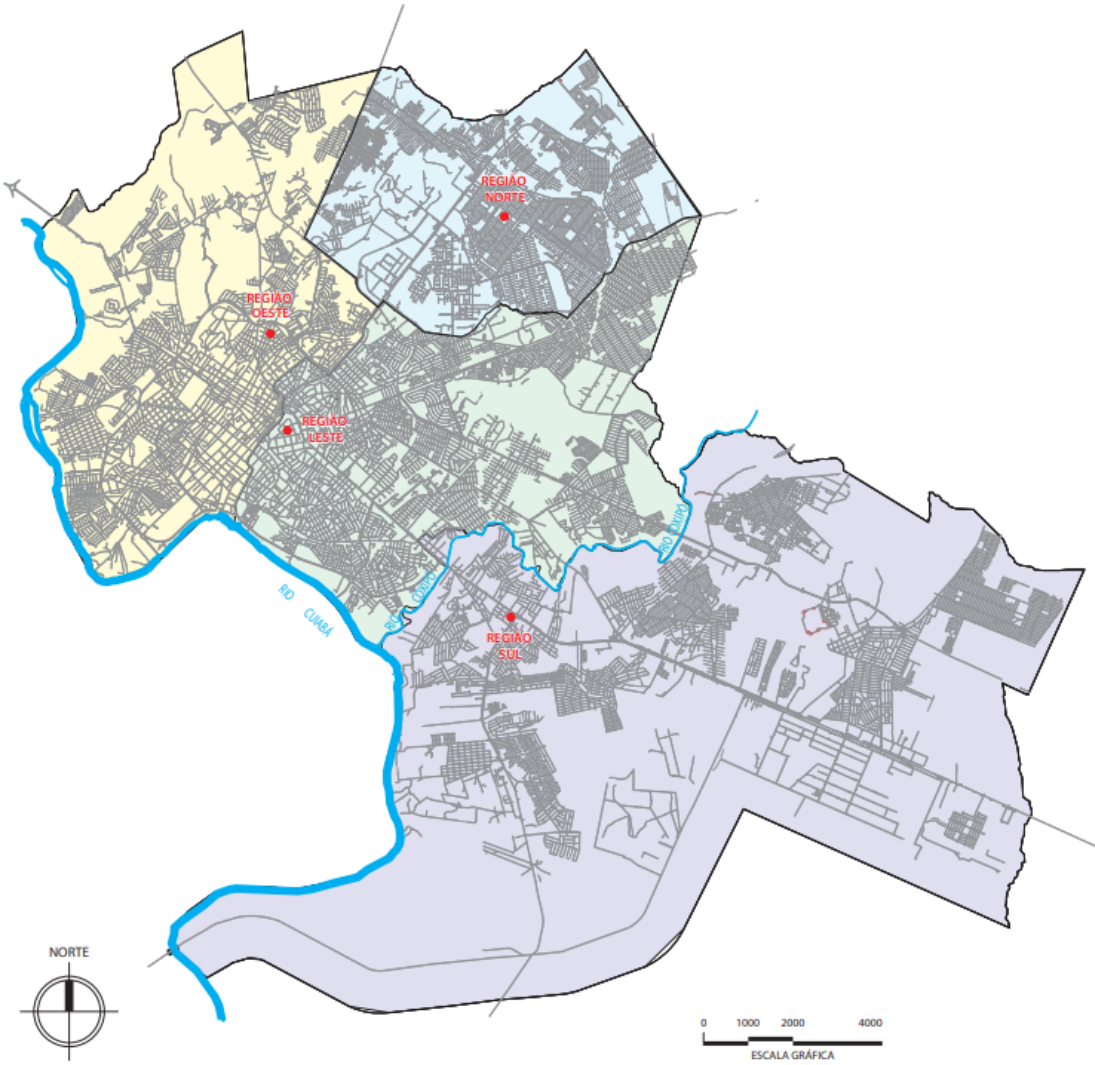
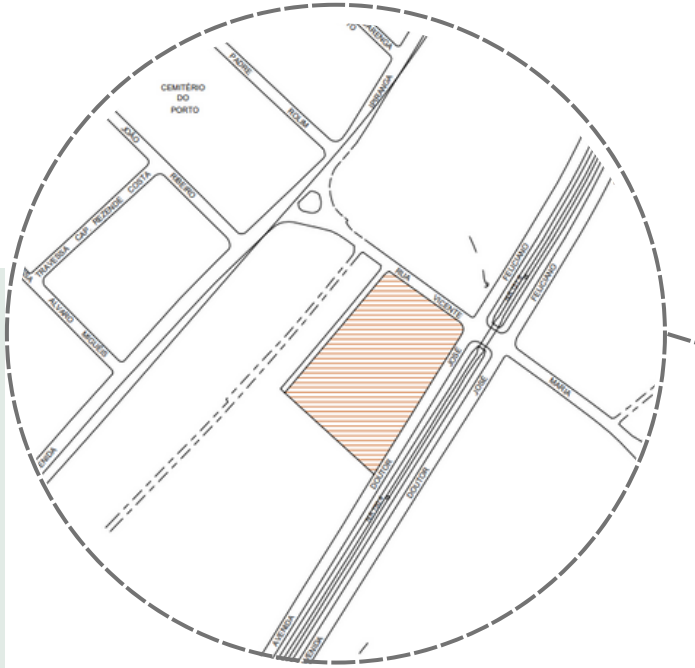


Figura 50: Regiões administrativas de Cuiabá.
Fonte: Perfil Socioeconômico - volume V, 2012.

5.1.4 Macrozoneamento e Zoneamento

A figura 51 é o zoneamento da região Oeste de Cuiabá, e como podemos observar o terreno fica em uma zona de uso multiplo - ZUM.





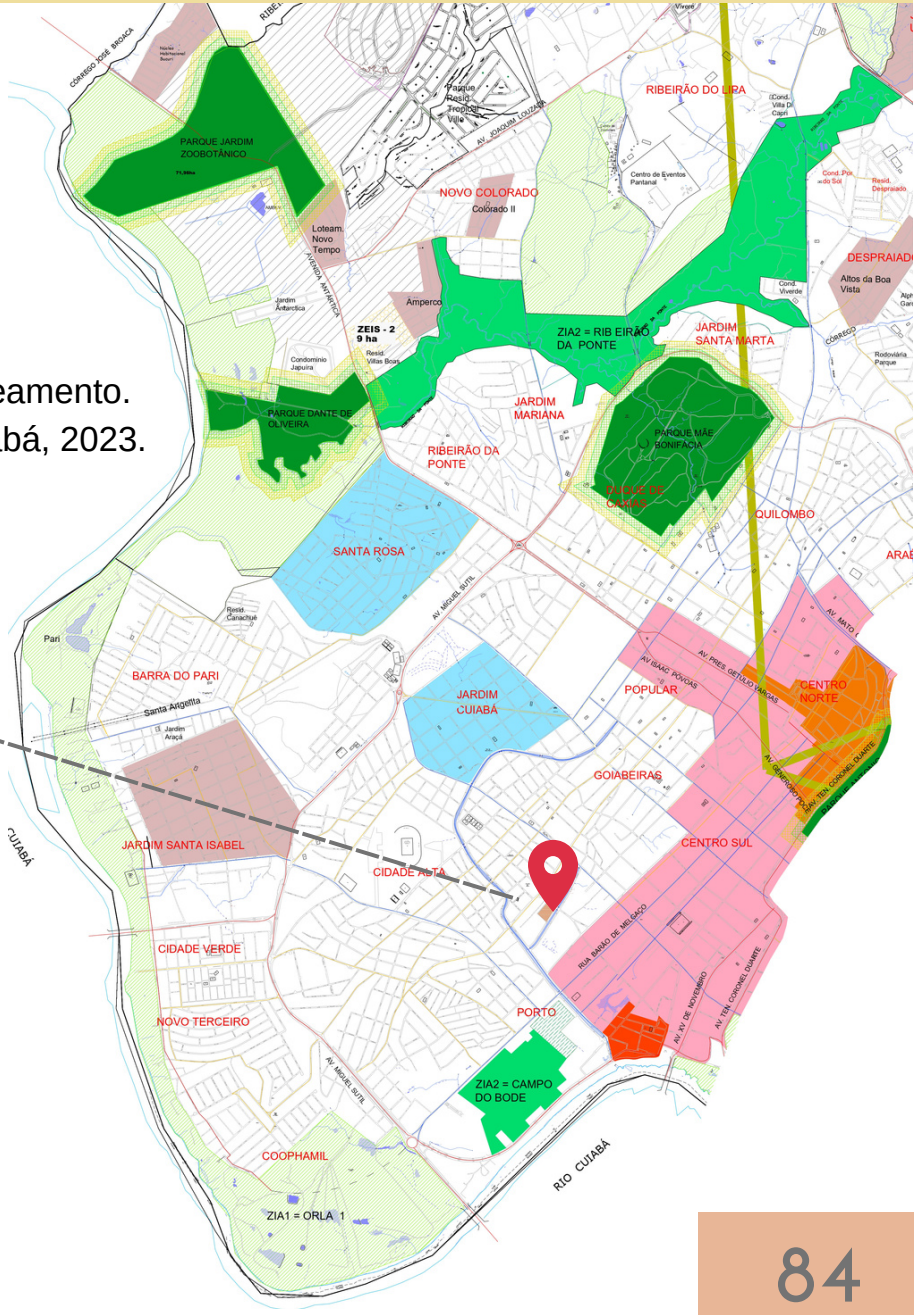


Figura 51: Mapa de zoneamento.
Fonte: Prefeitura de Cuiabá, 2023.

5.1.5 Clima

Segundo o Perfil Socioeconômico - volume V, o clima é tropical continental, com algumas variantes típicas do lugar, apresentando dois períodos distintos: o chuvoso, com duração de oito meses, e o seco, com duração de quatro meses.

Na figura 52 estão representadas as temperatura média, máxima e mínima da cidade de Cuiabá. Os meses com temperatura mais elevadas são em outubro e novembro.

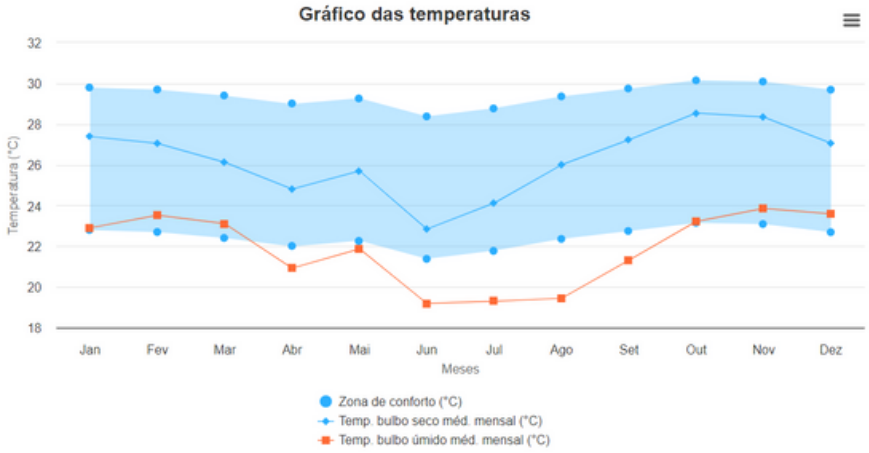


Figura 52: Gráfico de temperatura.
Fonte: Inmet, 2016.

5.1.1 Chuvas

Na figura 53 abaixo podemos observar o gráfico de chuvas da cidade Cuiabá, no qual os meses com maiores precipitações de chuva mensal são em Dezembro a fevereiro.

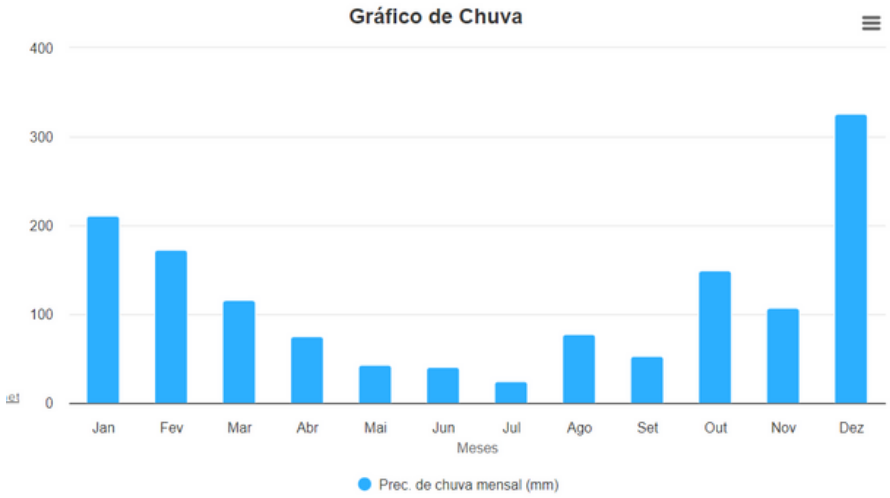


Figura 53: Gráfico de chuva.
Fonte: Inmet, 2016.

5.1.6 Biomas

O perfil socioeconômico - volume V, traz informações importantes a cerca dos biomas da capital Mato-Grossense:

> A capital de Mato Grosso é o portal do Pantanal Mato-Grossense e da Chapada dos Guimarães, dois paraísos ecológicos extraordinários pela diversidade de sua flora, de sua fauna e pelo pitoresco de sua topografia. Esses dois importantes biomas atraem ecoturistas de todo o Brasil. Na região de Cuiabá existem, de um lado, planícies inundáveis, lagos, lagoas e rios habitados por numerosos animais e pássaros; de outro lado estão paredões rochosos, cachoeiras, montanhas e vales que fazem irresistível convite a contemplar a natureza e preservá-la.

Na figura 54 podemos observar o território mato-grossense, no qual abriga três biomas diferentes: Amazônia, Cerrado e Pantanal, com suas respectivas áreas apresentadas.

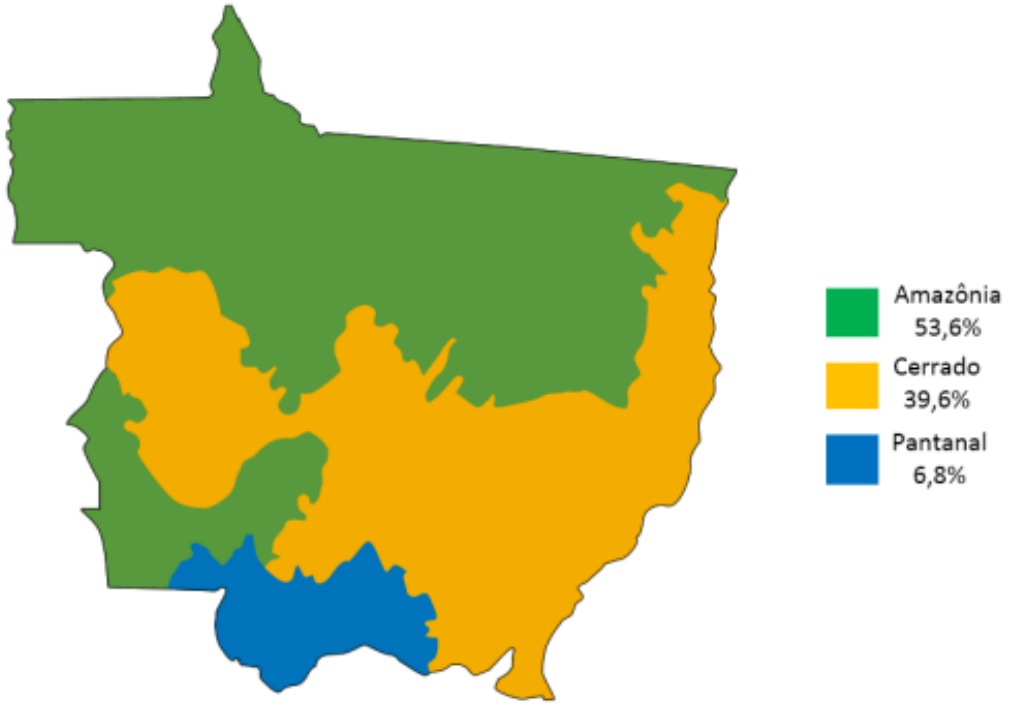


Figura 54: Biomas.
Fonte: PPCDDIF/MT, 2020.

5.2 Área de intervenção

5.2.1 Localização e terreno

O projeto desenvolvido está localizado na região Oeste de Cuiabá-Mato Grosso, no bairro do Porto. O terreno possui 7.449,02m², e acesso por duas vias, sendo elas a Avenida Dr. José Feliciano Figueiredo, (em frente ao córrego) e o outro acesso pela rua Vicente Maria Botelho.

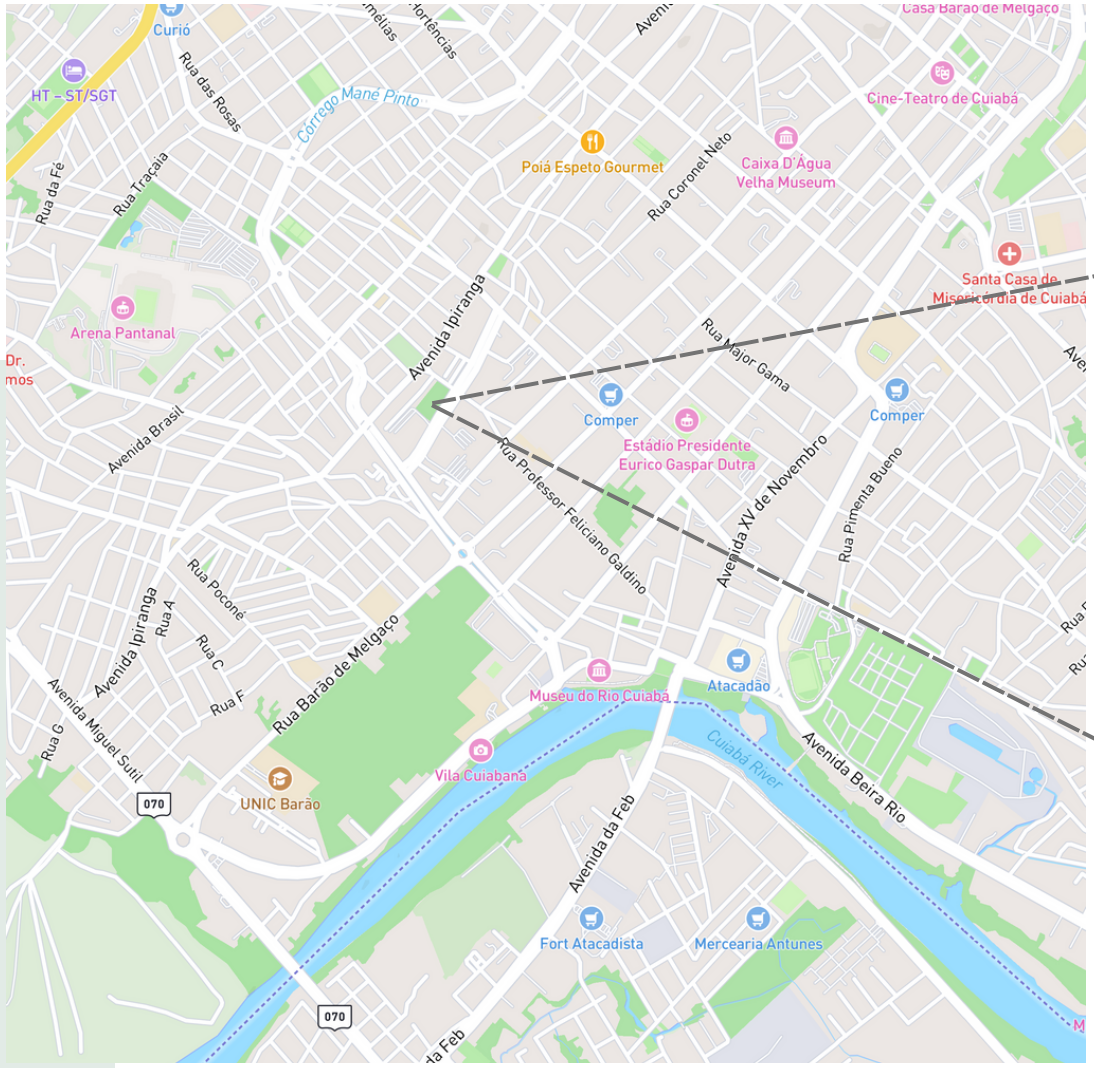




Figura 55: Localização do terreno.
Fonte: MapBox, 2023.

5.2.2 Localização e terreno

O projeto desenvolvido está na região Oeste de Cuiabá-Mato Grosso, no bairro do Porto. Segundo dados obtidos no Perfil socioeconômico, o bairro do Porto em 2010 possuía 9.274 habitantes e densidade populacional de 37,36, sendo considerado um bairro com média alta densidade.

Figura 56: Bairros da região Oeste.
Fonte: Perfil Socioeconômico - volume V, 2012.

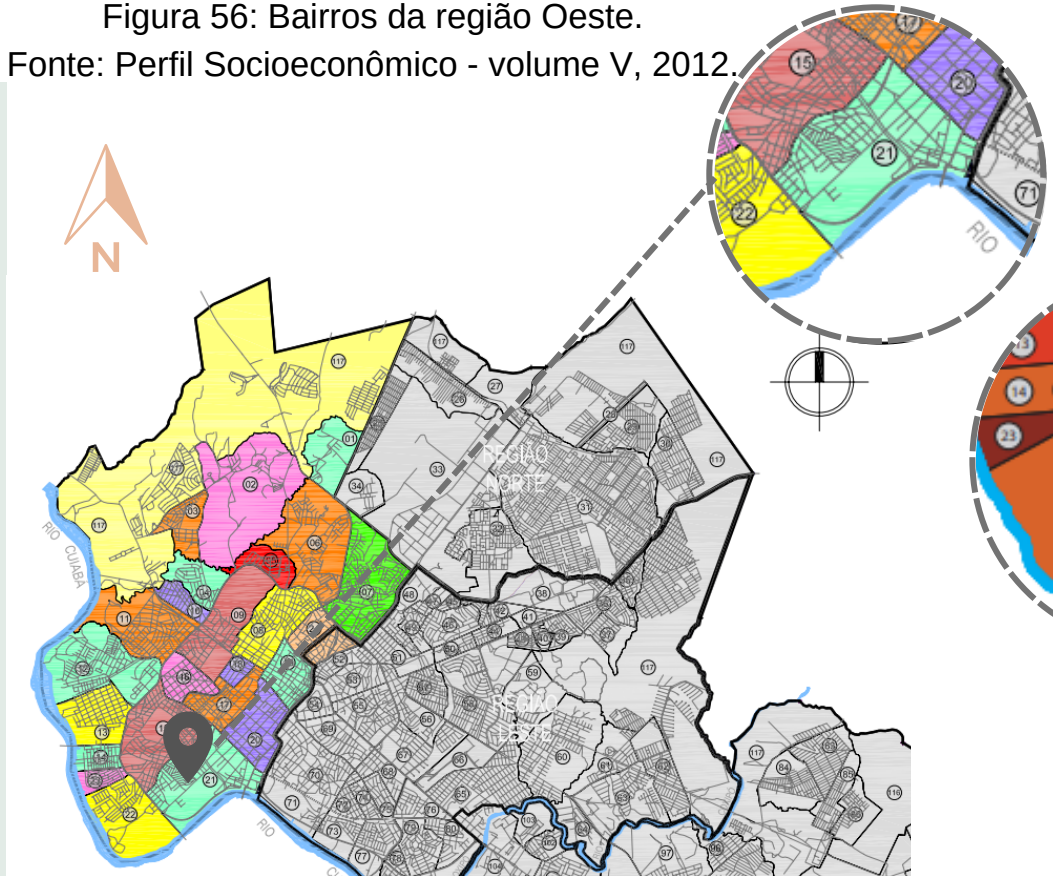
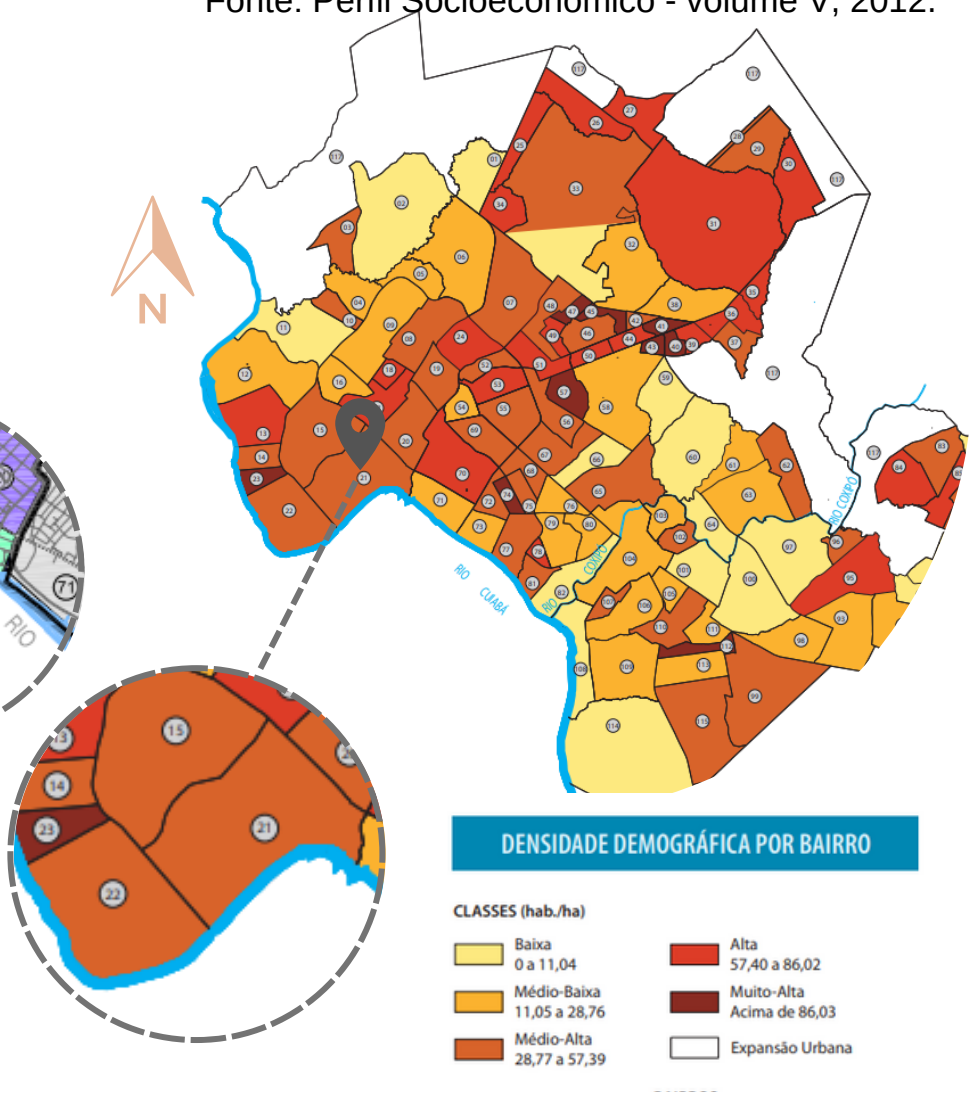


Figura 57: Densidade demográfica.
Fonte: Perfil Socioeconômico - volume V, 2012.



5.2.3 Perfil etário e renda

A região Oeste de Cuiabá abriga 110.073 habitantes residentes, sendo 9.274 habitantes apenas no bairro do Porto, conforme observamos na figura abaixo. O grupo predominante são os de faixa etária de 25-29 anos com 9,97%.

O bairro do Porto é considerado um bairro de classe média, e o calculo foi feito com a renda média dos moradores do bairro, sendo que a classe média deve receber de 5,66 Salários mínimos a 11,65 Salários mínimos.

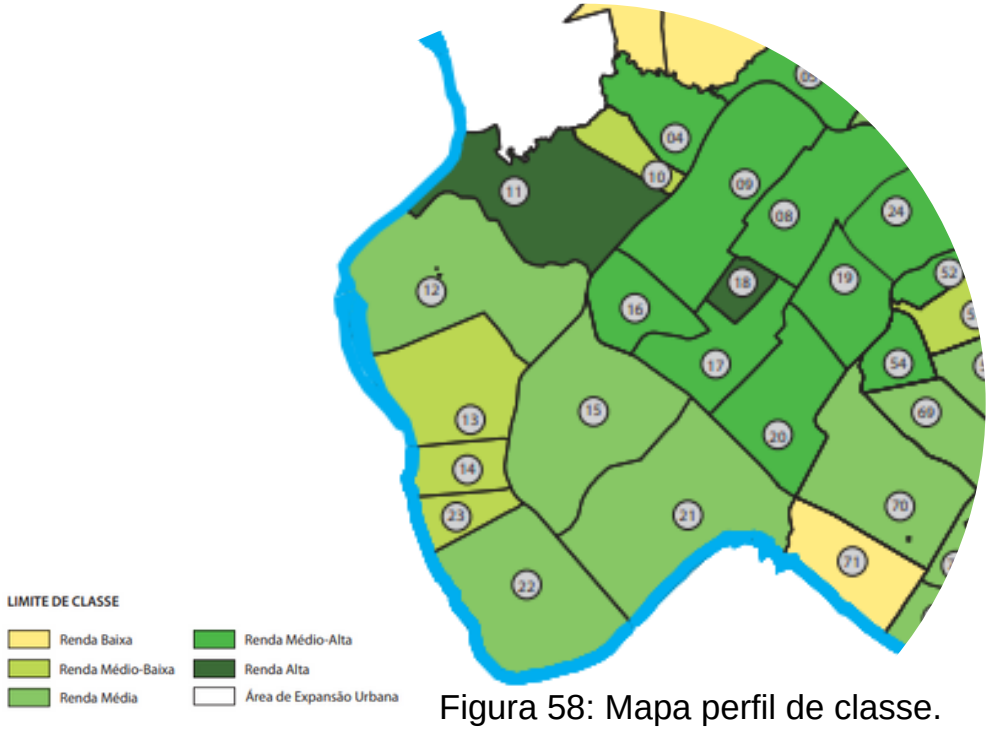


Figura 58: Mapa perfil de classe.
Fonte: Perfil Socioeconômico - volume V, 2012.

Tabela 03: Faixa etária bairro do Porto.
Fonte: Perfil Socioeconômico - volume V, 2012.

Bairros	População			Grupos etários (%)[2]														
	Total (A)[1]	Faixa Etária Não Identif. (B)[2]	Considerada (A-B)[2]	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 e mais anos
Despraiado	7.386	0	7.386	8,41	7,92	8,71	8,25	8,37	10,34	10,75	9,84	8,54	6,43	4,59	2,90	1,92	1,15	0,72	1,16
do Areão	5.533	0	5.533	6,83	6,14	6,58	7,97	11,15	11,08	8,95	6,78	6,71	5,86	6,42	4,93	3,63	2,80	1,74	2,44
do Baú	2.099	0	2.099	4,91	4,57	5,43	7,53	10,67	10,53	9,62	6,77	7,53	7,38	5,96	5,91	4,14	3,38	2,53	3,14
do Poção	4.442	0	4.442	5,49	5,52	6,17	8,58	11,55	9,32	8,22	8,01	7,09	7,36	5,56	4,23	3,58	2,93	3,02	3,38
do Porto	9.274	0	9.274	6,26	6,19	6,90	8,55	9,66	9,97	9,32	8,28	7,94	6,49	5,46	4,46	3,36	2,86	1,64	2,65
do Quilombo	7.574	0	7.574	5,06	5,98	6,72	8,05	8,93	8,12	8,45	7,63	7,62	7,49	6,40	5,49	4,37	3,25	2,75	3,70
do Terceiro	2.143	0	2.143	8,82	8,63	9,01	10,17	11,67	10,45	8,49	6,81	6,67	4,95	5,04	2,89	2,66	1,73	1,21	0,79

5.2.4 Educação

Nas proximidades do terreno da casa de acolhimento existem diversas opções de escolas publicas e creches, sendo de fácil acesso aos menores.

Figura 59: Mapa de educação.
Fonte: Perfil Socioeconômico - volume V, 2012.





Figura 60: Mapa de educação.
Fonte: Perfil Socioeconômico - volume V, 2012.

EDUCAÇÃO – CRECHES

- CRECHES MUNICIPAIS
- REGIÃO OESTE

18. José Nicolau Pinto
19. Francisco Santana

EDUCAÇÃO

Rede Física Municipal

- ESCOLAS MUNICIPAIS
- REGIÃO OESTE

15. EMEB Mal. Cândido Mariano da Silva Rondon**
16. EMEB Pres. Tancredo de Almeida Neves
17. EMEB Adelina Pereira Ventura
18. EMEB São João Bosco
19. EMEB Prof. Francisval de Brito
20. EMEB Profª. Rita Caldas Castrillon
21. EMEB Padre Agostinho Colli
22. EMEB Profª. Alzira Valladares
23. EMEB Gláucia Maria Borges Garcia**
24. EMEB Juarez Sodré Farias
25. EMEB Prof. Ezequiel Pompeu R. de Siqueira**
26. EMEB Maria Eunice Duarte de Barros
27. EMEB Prof. Ranulpho Paes de Barros

5.2.5 Saúde

Nas proximidades do terreno da casa de acolhimento existem diversas opções de rede física de saúde, sendo algumas delas: 07-Hospital de Olhos; 08-Hospital e Maternidade Bom Jesus; 09-Hospital Geral Universitário; 06-Policlínica Dr. José de Faria Vinagre (do Verdão); 10- Centro odontológico Verdão (Cidade Alta); e outros centros de saúde publica e Hospitais particulares.

Figura 61: Mapa da saúde.
Fonte: Perfil Socioeconômico - volume V, 2012.



5.2.6 INFRAESTRUTURA EXISTENTE

O sistema viário no entorno imediato do terreno possui predominância de vias locais, sendo interligadas por vias coletoras. As vias de acesso ao terreno são vias locais.



Figura 62: Mapa sistema viário.
Fonte: Perfil Socioeconômico - volume V, 2012.

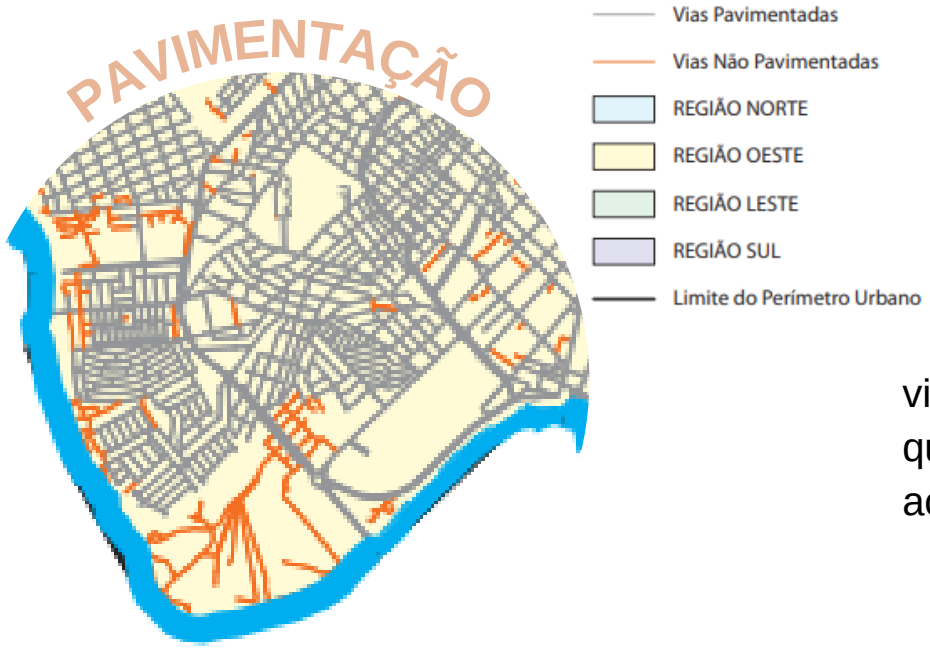


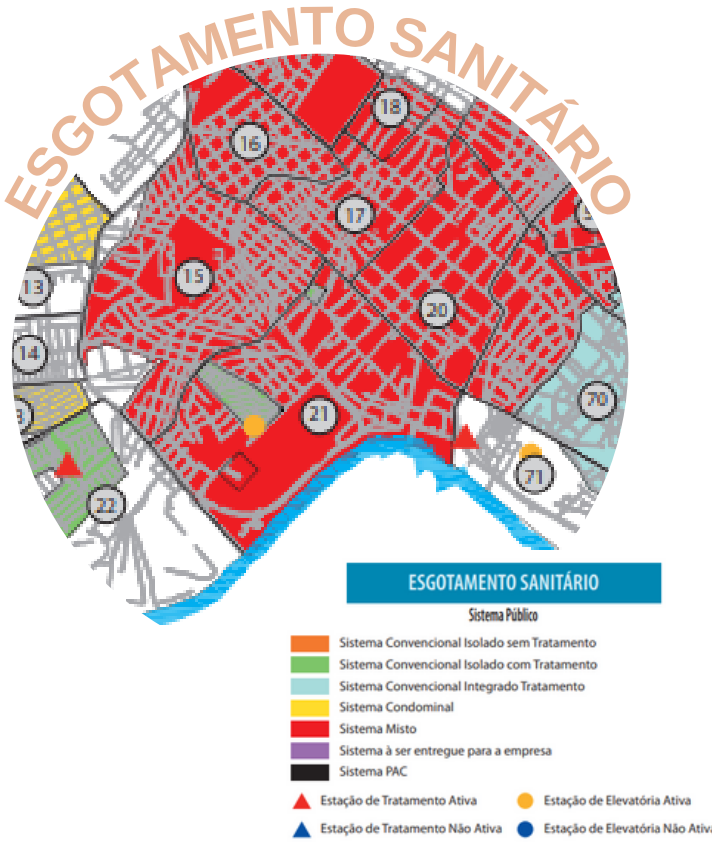
Figura 63: Mapa de pavimentação.
Fonte: Perfil Socioeconômico - volume V, 2012.

O entorno no terreno tem predominância em vias pavimentadas, com as apenas algumas vias que ainda não foram pavimentadas. As vias de acesso ao terreno são pavimentadas.

INFRAESTRUTURA EXISTENTE

O bairro do Porto está representado na figura ao lado com o numero 21, e possui um sistemas de abastecimento de água por meio da ETA do porto.

Figura 65: Esgotamento sanitário.
Fonte: Perfil Socioeconômico - volume V, 2012.



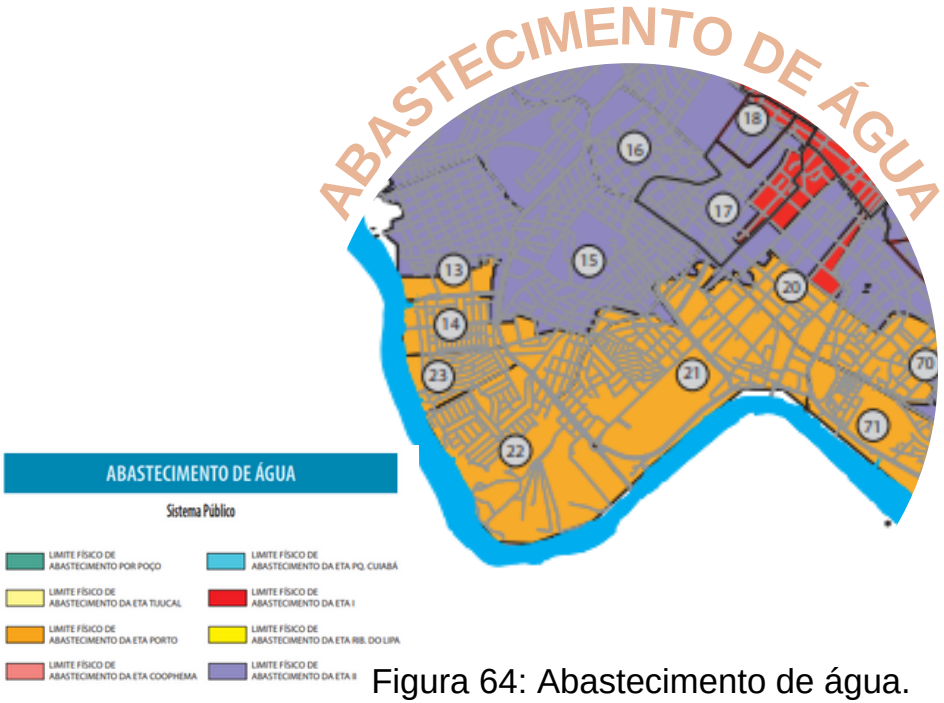


Figura 64: Abastecimento de água.
Fonte: Perfil Socioeconômico - volume V, 2012.

O bairro do Porto está representado na figura ao lado com o numero 21, e possui um sistemas misto de esgotamento, com estação elevatória mista.

5.2.7 ÁNALISE DO ENTORNO

O terreno fica em uma área com predominância de residências, mas possuem equipamentos e comércios para facilitar o dia a dia dos abrigados.

Entorno do terreno - 500m

Áreas residenciais

Mercado

Igreja

Unidade de Saúde

Escola



Figura 66: Mapa de entorno.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

5.2.8 LEVANTAMENTO FOTOGRAFICO

O terreno possui 7.449,02m² possui pouco mais de 1m de desnível, sendo em aclive em relação a Rua Vicente Maria Botelho, no qual esta no nível 154.7, e a outra curva está passando no meio do terreno no nível 153,8.



Figura 67: Perspectivas do terreno.
Fonte: Google Earth, 2023.

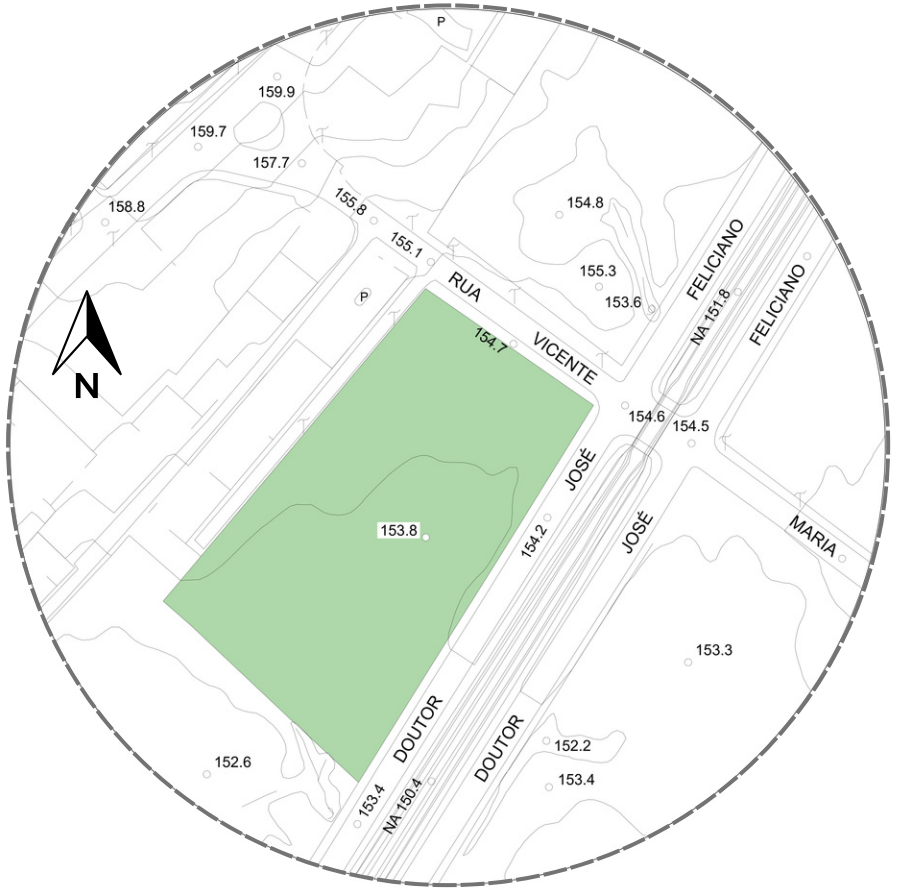
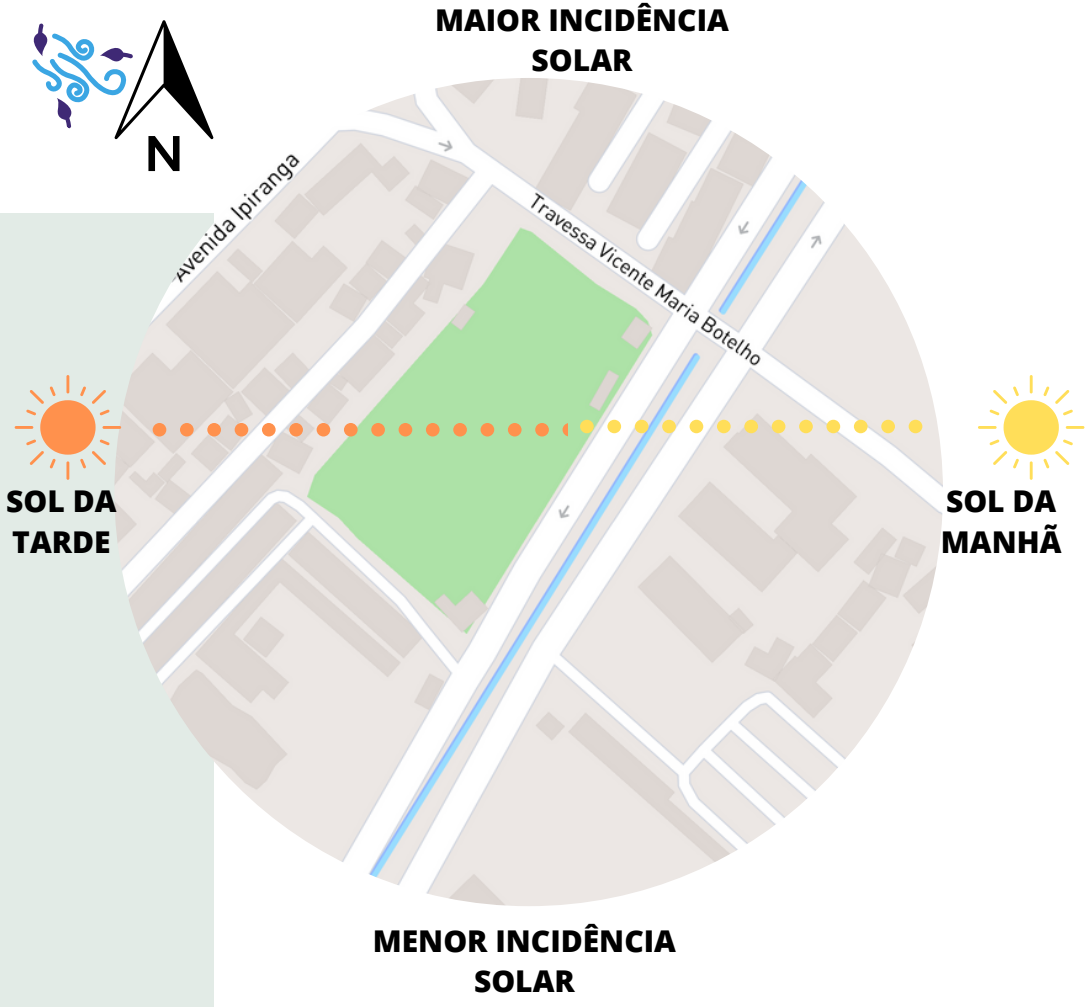


Figura 68: Curvas de nível.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

5.2.9 ORIENTAÇÃO SOLAR

Conforme a figura abaixo podemos analisar a orientação solar e ventos dominantes do terreno, esse estudo tem o intuito de ajudar na implementação das edificações dentro do terreno.

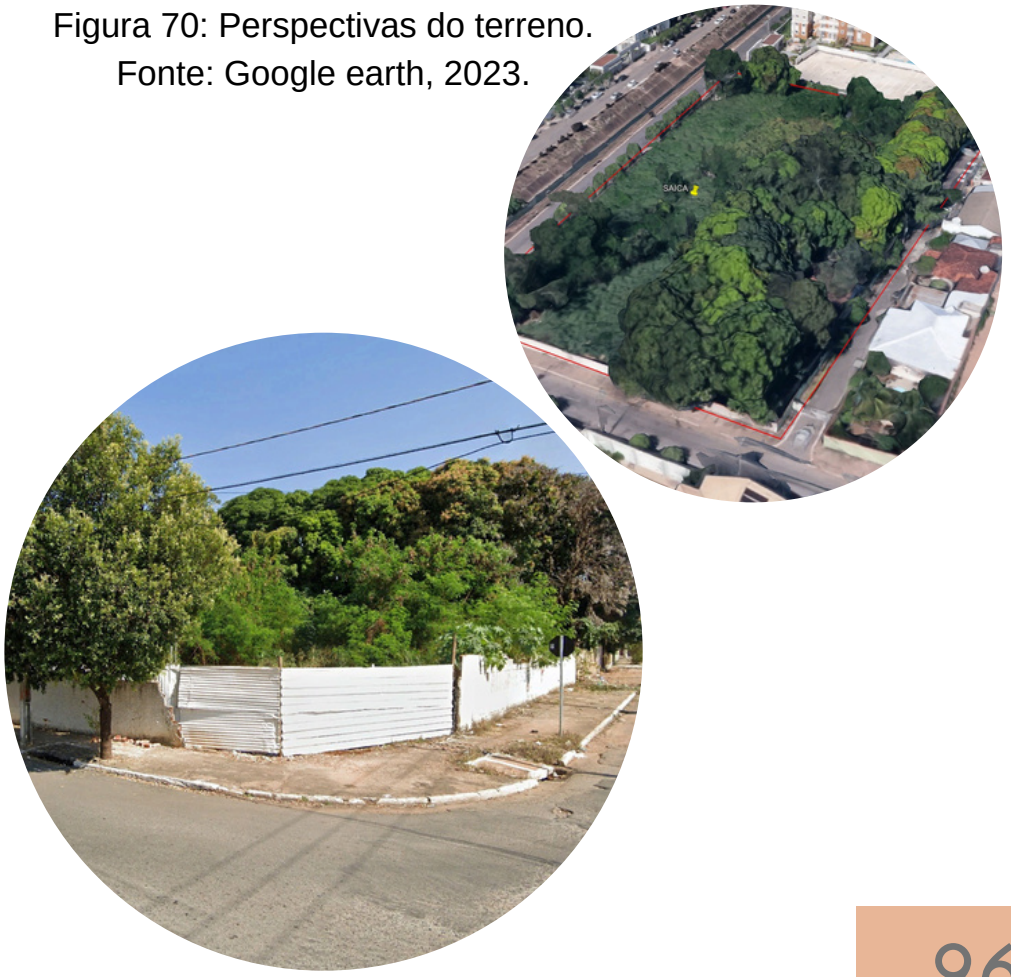
Figura 69: Estudo solar.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



5.1.1 Vegetação

O terreno possui vegetação existente, diversas arvores de copa densa e vegetação rasteira.

Figura 70: Perspectivas do terreno.
Fonte: Google earth, 2023.



5.2.10 INDICES URBANISTICOS

De acordo com a Lei Complementar nº 389, de 3 de novembro de 2015 – Lei de Uso e Ocupação do Solo de Cuiabá o terreno está inserido em uma Zonas urbana de Uso múltiplo - ZUM, que são áreas recomendadas à integração dos vários usos e atividades, desde que compatíveis com a vizinhança.

Na tabela 04 podemos observar os índices urbanísticos compatíveis com esse tipo de zona.

ÍNDICES URBANÍSTICOS								
Zonas Urbanas	Coeficiente de Ocupação (CO)	Cobertura vegetal paisagística (CVP)	Cobertura Vegetal Arbórea (CVA)	Coeficiente de Permeabilidade (CP) [1]	Potencial Construtivo (PC)	Limite de Adensamento (LA)	Potencial Construtivo Excedente (PCE)	Gabarito de Altura
ZUM	0,50	0,20	0,05	0,25	1,00	3,00	2,00	-

Tabela 04: Índices urbanísticos.
Fonte: Lei de uso e ocupação de solo, 2015.

5.3 ASPECTOS FUNCIONAIS

PLACAS FOTOVOLTAICAS



Foi proposto no projeto o uso do sistema de energia solar fotovoltaico, conhecido como energia solar. É um sistema capaz de gerar energia elétrica através da radiação solar. É considerada uma fonte de energia limpa, e super eficaz na cidade de Cuiabá, devido as altas temperaturas, ajudando no meio ambiente e financeiramente.

VEGETAÇÕES



O uso das vegetações de copa densa irá proporcionar maior conforto térmico nas edificações e sombreamento. Também é essencial o contato das crianças com a natureza.

TELHA TERMOACÚSTICA



A telha termoacústica é um ótimo isolamento acústico, e pode proporcionar até 90% de redução térmica para fechamentos e coberturas. É um modelo de telha composto por duas chapas com um material metálico e isolante térmico no meio, que pode ser o isopor ou o poliuretano.

ILUMINAÇÃO NATURAL



As grandes esquadrias permitem maior entrada de iluminação natural nas edificações e contato com o exterior e suas vegetações, e proporciona ao interior o uso de ventilação cruzada.

BEIRAL



Todas as edificações possuem beiral de concreto, tendo como finalidade impedir que a água da chuva caia direto sobre as paredes, janelas e portas. Proporciona maior proteção contra radiação solar, e melhor conforto térmico no interior da edificação.

ALVENARIA CONVENCIONAL



A alvenaria convencional é o sistema construtivo onde toda a carga da estrutura é colocada sobre as lajes, vigas, pilares e fundação. As paredes não possuem nenhuma função estrutural. Por ser um sistema apenas de vedação, possui fácil manutenção sem interferência na estrutura da obra.

06

PROPOSTA PROJETUAL

6.1. PROCESSO DE PROJETO
6.2. DIRETRIZES DE PROJETO
6.3 ENSAIOS GRÁFICOS

7 CONSEDRAÇÕES FINAIS

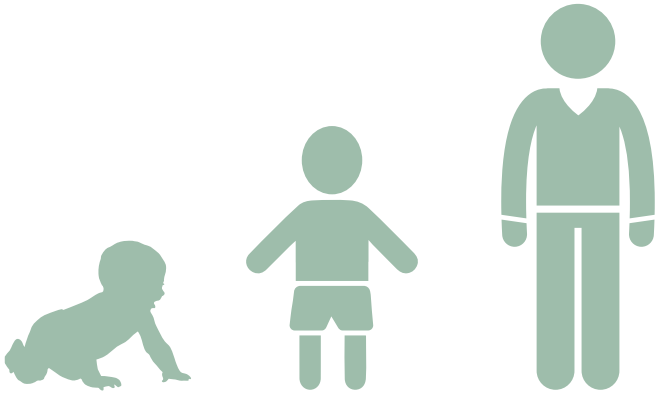
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6.1 PROCESSO DE PROJETO

6.1.1 PÚBLICO

O publico alvo da casa de acolhimento são crianças e adolescentes de 0 a 18 anos sob medida protetiva de abrigo, e tem o intuito de receber os menores da cidade de Cuiabá, e cidades vizinhas do estado de Mato Grosso.

A população pode se envolver na causa, por meio de ações sociais, ajuda financeira e ações das instituições de ensino superior.





POPULAÇÃO FIXA EM TEMPO INTEGRAL

80 Crianças/adolescentes

08 Educador/cuidador



POPULAÇÃO VARIÁVEL

01 Coordenador

08 profissionais da equipe técnica

08 auxiliar de educador/cuidador

6.1.2 PROGRAMA DE NECESSIDADES

O programa de necessidades foi elaborado por meio das análises dos projetos de referências citados anteriormente e analises das normativas do paÍs, sendo o ECA, o principal. Essas normativas trazem as suas exigências de ambientes mínimos e o adequado para uma criança viver e se desenvolver.
Ao estudar tais documentos, alguns setores e ambientes se fizeram necessários para uma casa de acolhimento infantil e de adolescente.

A partir dessas premissas, o programa de necessidades foi se desenvolvendo e se adaptando ao longo do projeto, devido a normas, localização, estética, conforto e entre outros.

Os setores que compõe o projeto são: residencial, administrativo, educativo e lazer. O projeto também conta com afazeres ao ar livre, como: quadra esportiva, horta, jardins e brinquedos.

Uma das premissas mais importantes para o desenvolvimento do projeto, é que a edificação não perdesse a sua essência de residência, no qual os menores abrigados possam ter rotinas comuns ao de uma família. Com isso, o programa de necessidades foi dividido em vários blocos, para separar os usos e possibilitar uma rotina comum nos blocos residenciais e de lazer ao sair da casa.

6.1.3 PRÉ DIMENSIONAMENTO

Nas tabelas abaixo nós temos o programa de necessidades final, e estão dividimos em setores: Residencial, administrativo, lazer e educativo.

	AMBIENTE	QUANT.	M²	TOTAL
RESIDÊNCIA	SALA	1	29,7	29,7
	COZINHA	1	30,66	30,66
	DESPENSA	1	3,36	3,36
	BANHEIRO PCD	2	5,26	10,52
	BANHEIRO	4	3,6	14,4
	QUARTOS	3	21,3	63,9
	QUARTOS PCD	2	27,4	54,8
	SALA DE ESTAR/ESTUDOS	1	34,22	34,22
	ÁREA DE SERVIÇO	1	10,5	10,5
	ESTENDAL COBERTO	1	15,08	15,08
	DORMITORIO CUIDADOR	1	25,34	25,34
	VARANDA	1	69,62	69,62
	LAVABO	1	3,45	3,45
	CIRCULAÇÃO	1	29,82	29,82
	TOTAL			395,37
	TOTAL 4 CASAS			1581,48

	AMBIENTE	QUANT.	M²	TOTAL
ADMNISTRATIVO	RECEPÇÃO	1	37,12	37,12
	ARQUIVO	1	8,05	8,05
	S. EQUIPE TECNICA	1	15,44	15,44
	SECRETARIA	1	18,79	18,79
	S. PARA PSICOLOGA	2	14,15	28,3
	SALA PARA REUNIÕES	1	25	25
	S. ASSISTENTE SOCIAL	1	26,97	26,97
	VESTIARIO	2	17,74	35,48
	WC PCD	1	4,55	4,55
	CIRCULAÇÃO	1	26,1	26,1
	TOTAL			225,8
LAZER | REFEITÓRIO	AMBIENTE	QUANT.	M²	TOTAL
	PLAYGROUND COBERTO	1	76,84	76,84
	BRINQUEDOTECA	1	103,82	103,82
	BANHEIRO	1	10,26	10,26
	WC PCD	1	3,4	3,4
	COZINHA	1	22,07	22,07
	REFEITÓRIO	1	45,21	45,21
	TOTAL			261,6
EDUCATIVO	AMBIENTE	QUANT.	M²	TOTAL
	S. DE MUSICA	1	34,22	34,22
	SALA DE AULA	2	34,22	68,44
	ATELIE	1	34,22	34,22
	AUDITORIO	1	40,14	40,14
	BANHEIRO	2	11,01	22,02
	BANHEIRO PCD	1	3,94	3,94
	CIRCULAÇÃO	1	49,84	49,84
	TOTAL			252,82

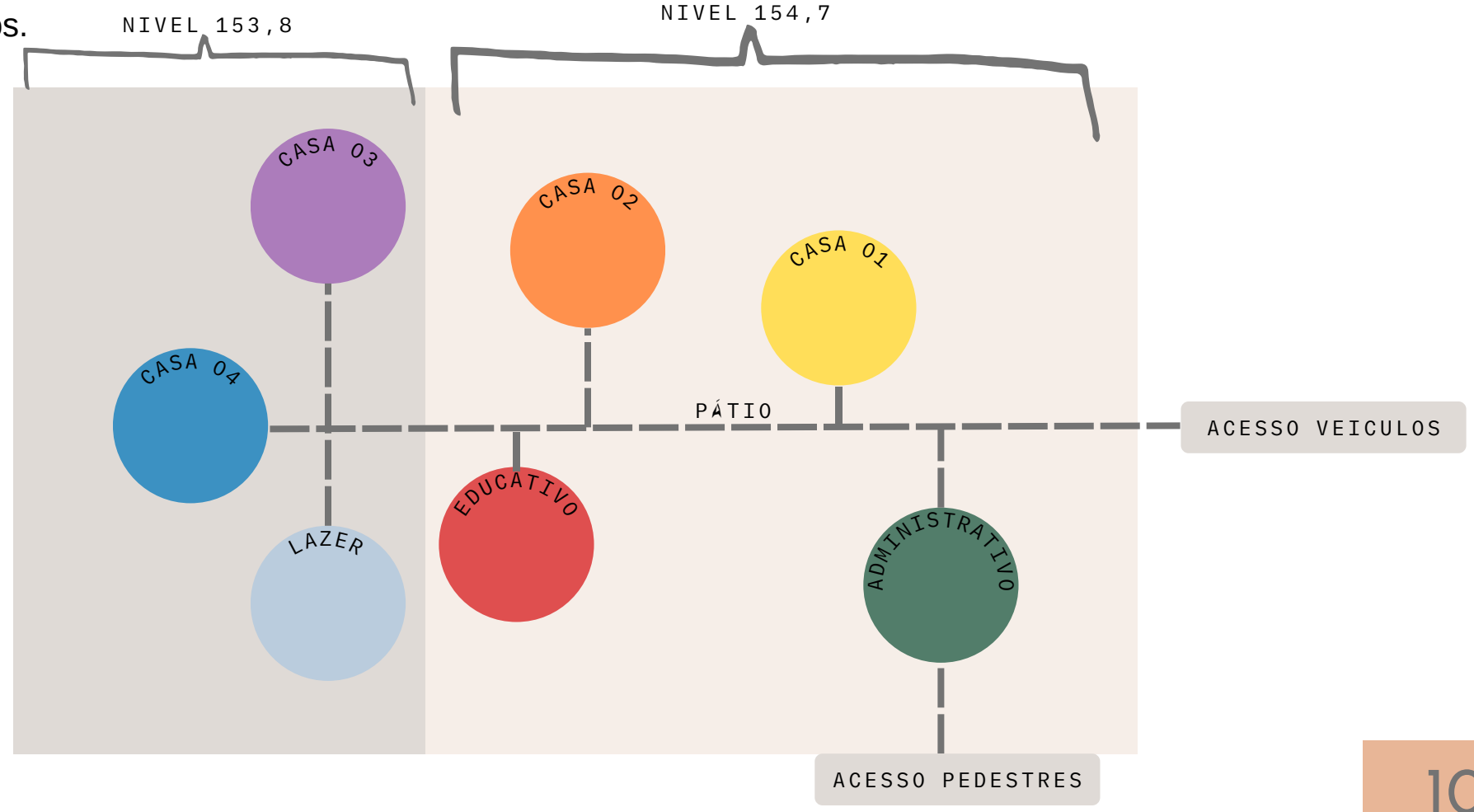
Tabela 05: Pré dimensionamento.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

6.2 DIRETRIZES DE PROJETO

6.2.1 FLUXOGRAMA

Após o pré-dimensionamento com os ambientes e setores definidos, os acessos e edificações foram desenvolvidos conforme a topografia, propondo dois platôs para as edificações e um pátio central entre todos os blocos.

Figura 71: Fluxograma.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



6.2.2 SETORIZAÇÃO

A implantação foi desenvolvida em um terreno de 7.449,02m², e o acesso se dá por duas vias, sendo elas a Avenida Dr. José Feliciano Figueiredo e a Rua Vicente Maria Botelho. A rua projetada não possui a possibilidade de acesso, pois foi fechada com portão, restringindo o acesso.



Figura 72: Setorização.

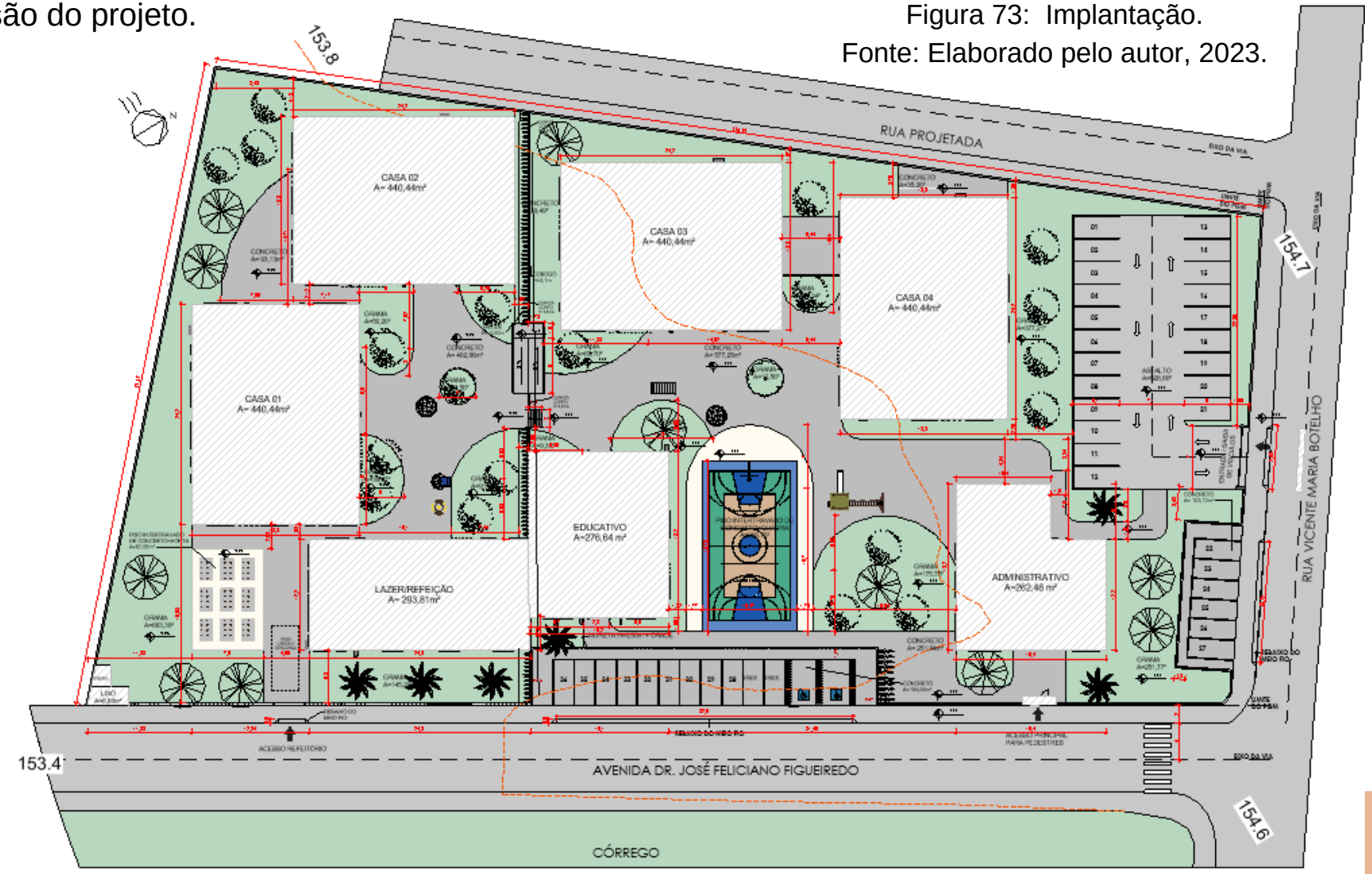
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

6.3 ENSAIOS GRÁFICOS

6.3.1 IMPLANTAÇÃO

A figura abaixo é a implantação da edificação, com todas as informações necessárias para maior compreensão do projeto.

Figura 73: Implantação.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



IMPLANTAÇÃO

A implantação foi solucionada em dois platôs, sendo o mais alto no nível 154.7, abrigando o bloco administrativo, casa 01, casa 02 e educativo. O segundo platô esta no nível 153.8, abrigando a casa 03, casa 04 e lazer/refeitório.

Os estacionamentos da edificações foram separados em estacionamento interno e externo. O interno é apenas para funcionários e colaboradores assíduos, para maior segurança das crianças. Aos visitantes que deixarem os veículos no estacionamento externo, devem entrar pelo acesso de pedestres.

A casa 01 e 02 são para abrigar as crianças maiores e adolescentes, e ficaram no nível da quadra esportiva e administração, para facilitar o monitoramento dos mesmos.
A casa 03 e 04 estão no mesmo nível do refeitório para facilitar o deslocamento dos menores. A horta esta ao lado do refeitório para facilitar o uso das plantações.

As vegetação frente as grades de proteção são para criar uma barreira visual para o interior das edificações. Foram propostas diversas vegetações nos jardins para melhor aproveitamento do espaço externo, gerando um clima mais agradável e sombreamento.

Foi proposto diversos brinquedos pelo pátio descoberto, havendo também brinquedos com acessibilidade.

Índices urbanísticos		
Área do Terreno	7.449,02m²	100%
Área construida total	2.605,29m²	34,97%
Coef. de Aproveitamento	0,34	-
Área permeável | Grama	2.306,44m²	30,96%
Área impermeável | Piso concreto	1.674,72m²	30,48%
Área impermeável | Asfalto	528,80m²	7,09%
Área impermeável | Piso intertrav.	384,36	
Area de vegetação arborea	1240,30m²	5,15%
Total de vagas | 1 a cada 70m² de área construida	797,16m²	38 vagas
Índices urbanísticos ZUM		
Coeficiente de ocupação	0,50	
Cobertura vegetal paisagistica	0,20	
Cobertura vegetal arborea	0,05	
Coeficiente de permeabilidade	0,25	
Potencial construtivo	1,00	
Limite de adensamento	3,00	
Potencial construtivo exced.	2,00	

Tabela 06: Quadro de áreas.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

O projeto atende as normativas da cidade, quanto aos seus índices mínimos de área permeável, e máximo de área construída e potencial construtivo.

6.3 - PLANTAS DOS PROJETO

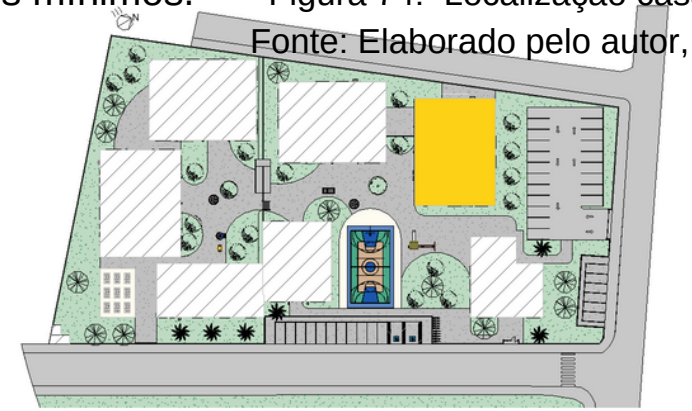
CASA 01

A casa 01 é destinada para a moradia das crianças maiores e adolescentes, com idade de 09 a 18 anos e sendo especifica para o sexo masculino.
A residência possui total de 5 quartos destinado aos abrigados, sendo 2 deles adaptados para crianças com deficiência - PCD, todos os quartos possuem banheiro. Cada dormitório tem a capacidade de abrigar 4 crianças.

A edificação também possui uma ampla varanda, sendo um ótimo espaço para lazer e descanso; sala de estar com sofá e diversos puffs; cozinha para refeições rápidas; despensa para guardar os alimentos; quarto do cuidador, sendo suíte; Sala de estudos;

O bloco residencial atende a todos os parâmetros e especificações do ECA, quanto a seus ambientes e mobiliários mínimos.

Figura 74: Localização casa 01.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



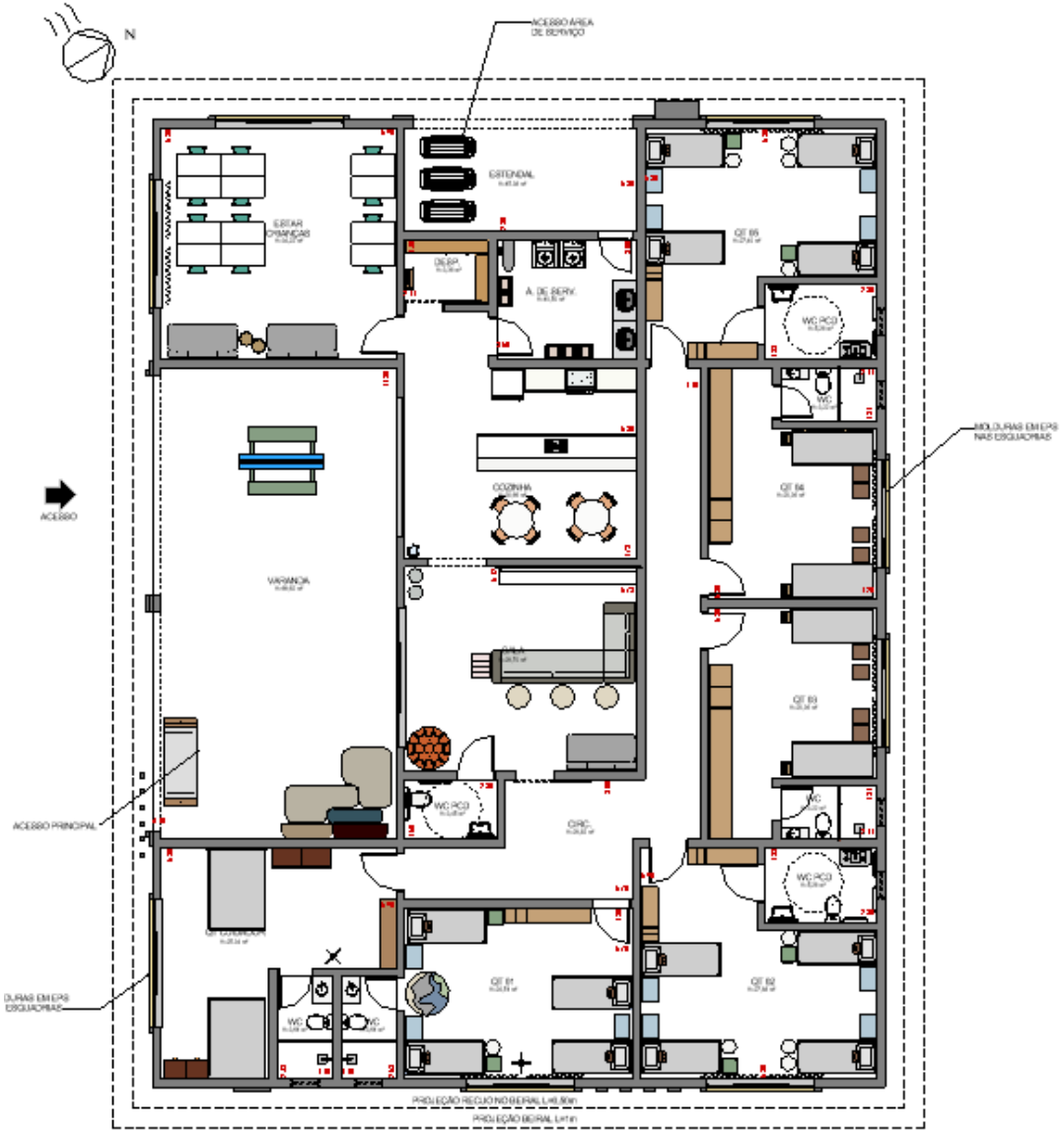


Figura 75: Layout casa 01.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

CASA 02

A casa 02 é destinada para o mesmo publico da casa 01 - crianças maiores - essa, sendo destinada para as crianças do sexo feminino. A residência possui a mesma planta e layout da casa 01, apenas foi adaptada ao terreno para melhor fluxo e funcionalidade.

A casa 01 e 02 ficaram dispostas no nível mais alto do terreno, próximo ao bloco administrativo, pelo fato de necessitarem de maior supervisão dos profissionais. No nível mais alto também está locada uma quadra esportiva de tamanho médio para o uso principal das crianças maiores.

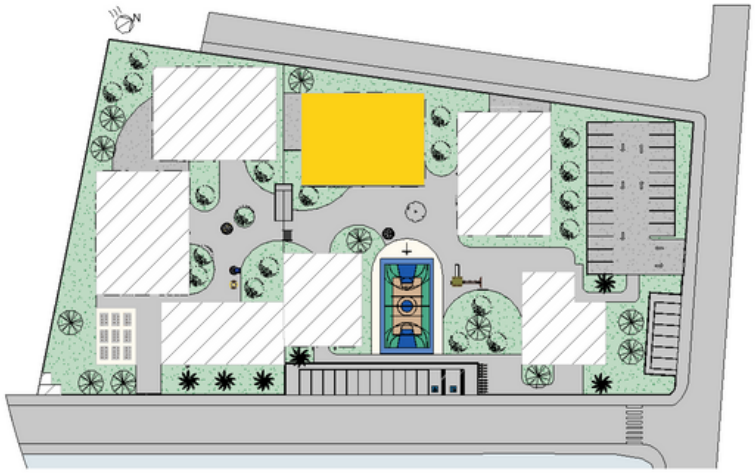


Figura 76: Localização casa 02.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

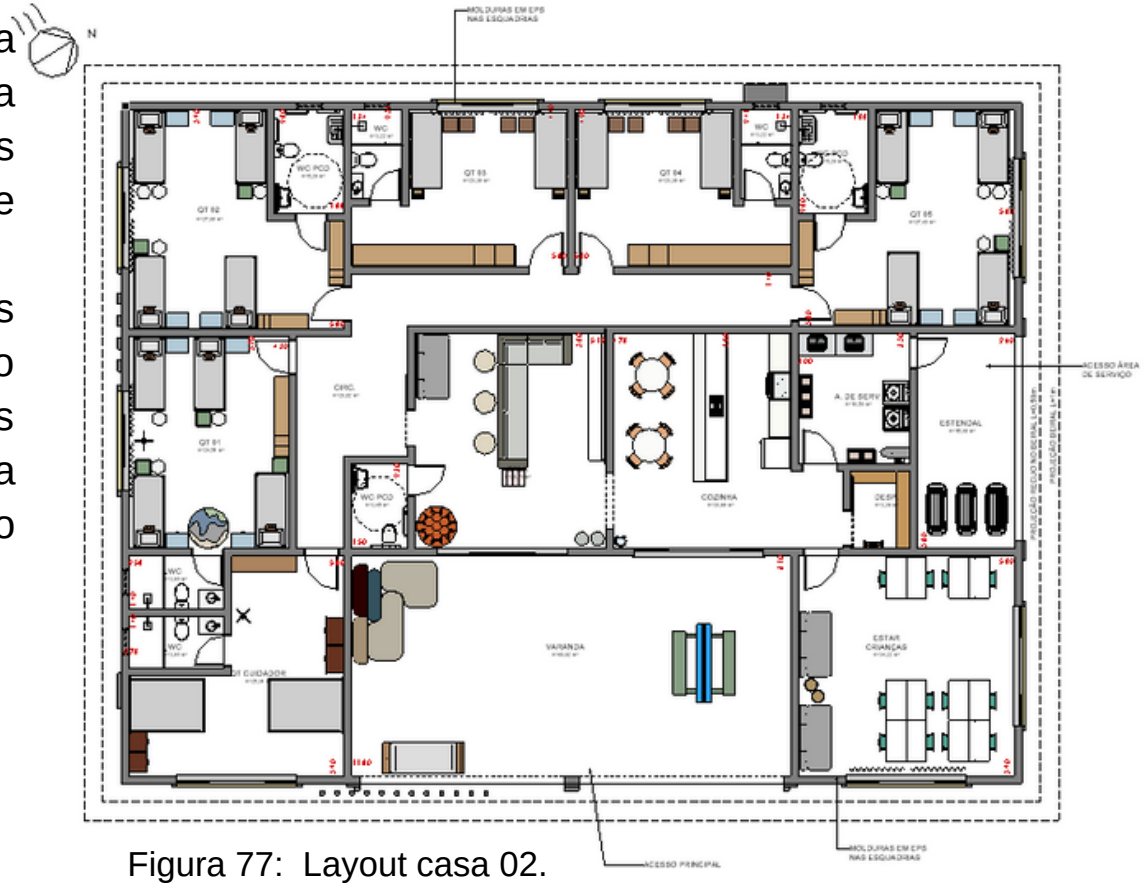


Figura 77: Layout casa 02.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

ADMINISTRATIVO

O bloco administrativo tem a função de abrigar as salas de assistência social, recepção, sala de reunião, psicóloga, secretaria, sala de arquivos, sala para equipe técnica e banheiros.

A edificação possui 2 acessos, um pelo acesso principal de pedestres na Rua Vicente Maria Botelho e o outro direto do estacionamento, para funcionários e colaboradores.

A sala de assistência social é para o recebimento e armazenamento de doações, e também, para o preparo de futuros eventos e/ou ações que são realizadas com parceiros e/ou instituições.

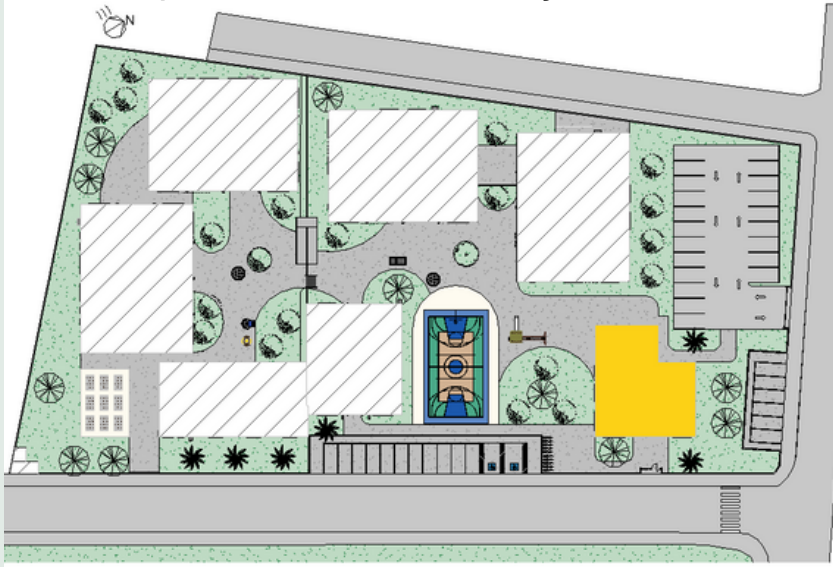


Figura 78: Localização administração.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

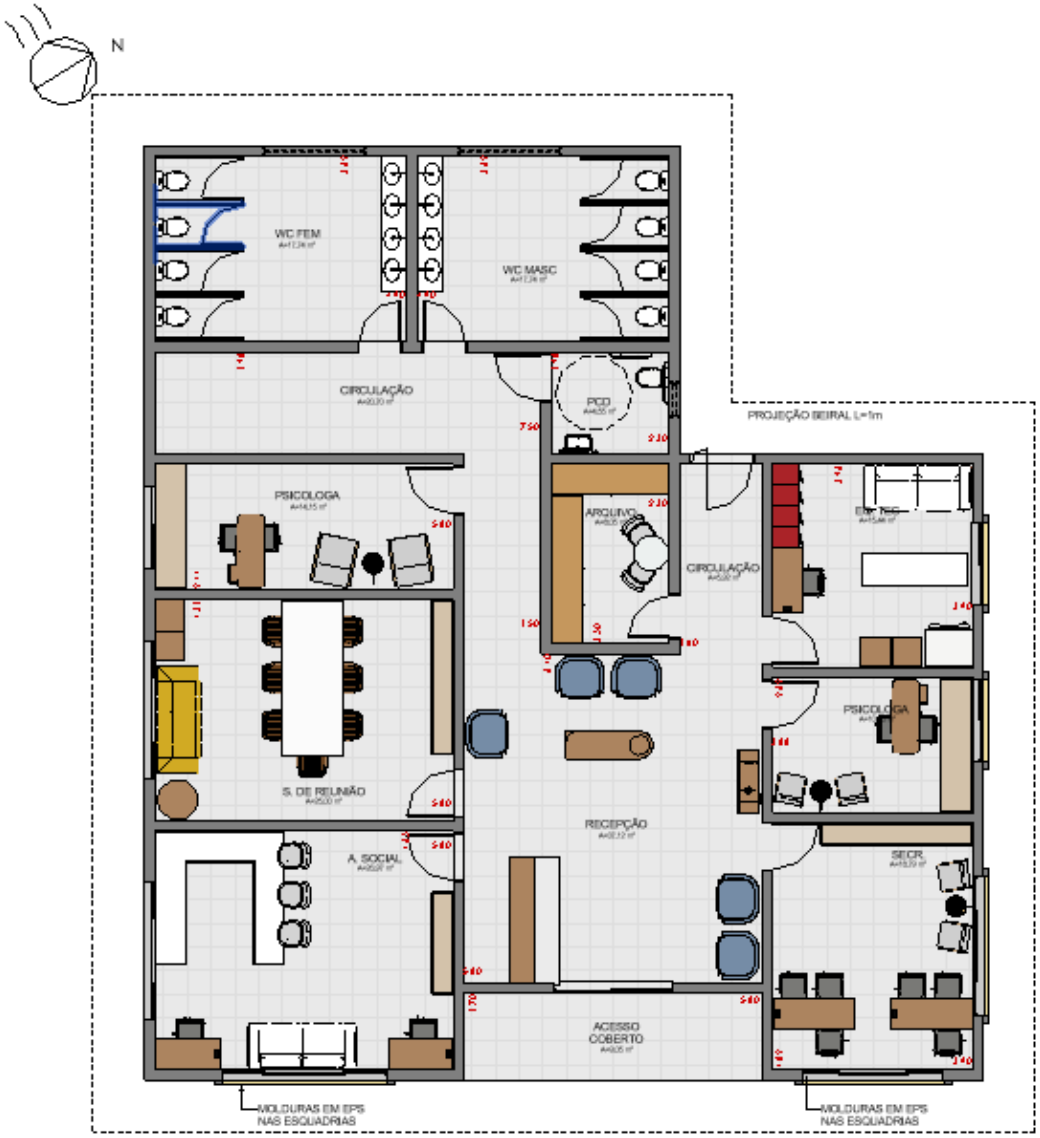


Figura 79: Layout administração.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

EDUCATIVO

O bloco educativo esta no nível 154,7, e tem o intuito de receber os menores para atividades extracurriculares. A edificação tem ateliê, sala de musica, auditório e 2 salas de aulas.

Essas atividades e/ou palestras podem ser promovidas aos abrigados por ações governamentais, ações universitárias ou ações sociais que a população presta a organizações infantis.

Essas atividades tem o intuito de levar conhecimento aos pequenos, e de prepara-los para a vida fora do abrigo.

A edificação possui dois acessos, um próximo ao acesso de pedestres, para facilitar a entrada dos colaboradores, e o outro acesso se dá direto do pátio.

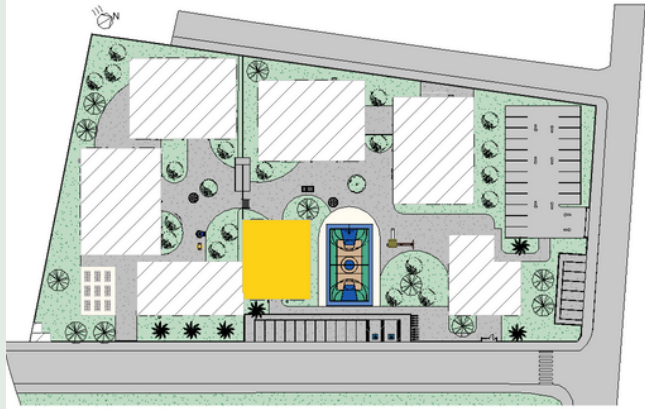


Figura 80: Localização educativo.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

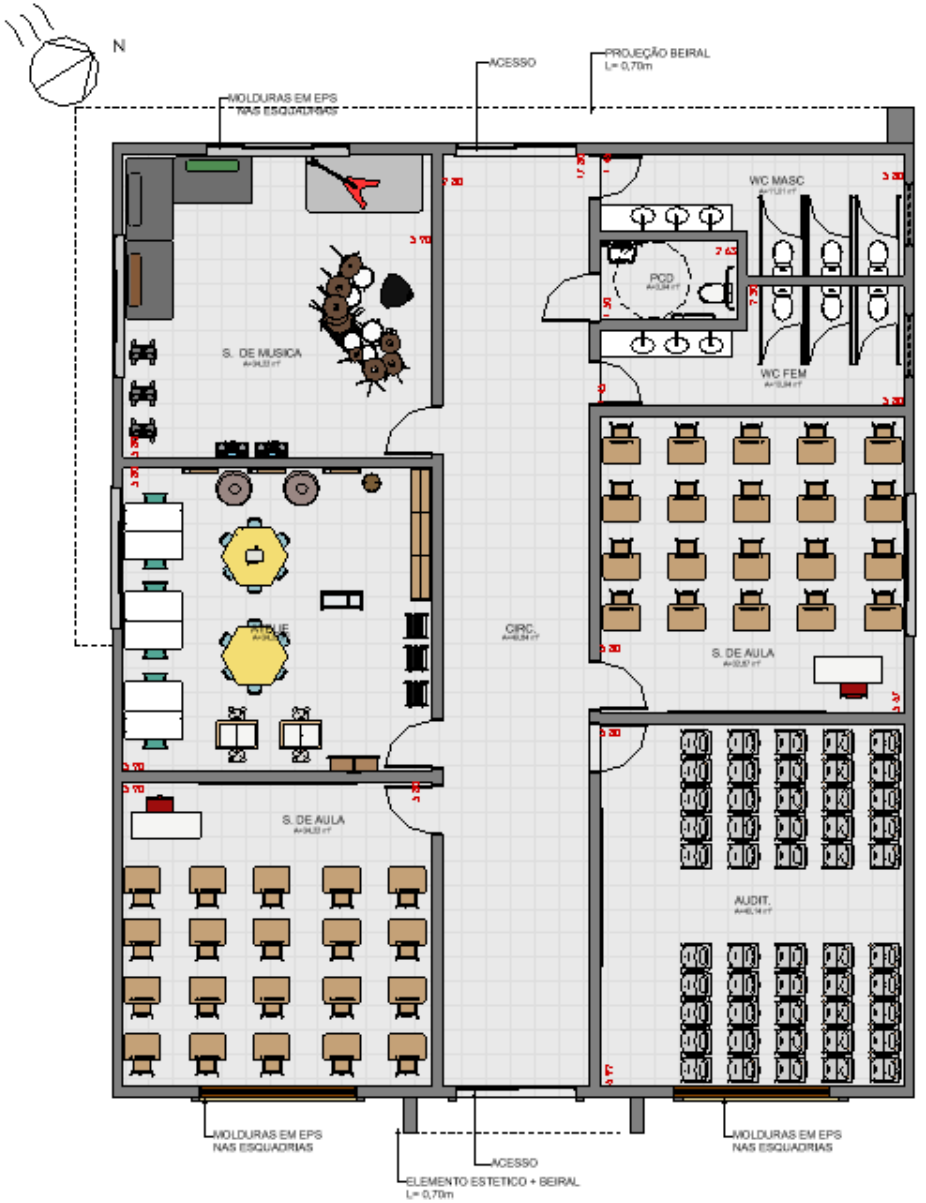


Figura 81: Layout educativo.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

LAZER/REFEITORIO

O bloco de lazer e refeitório está no nível mais baixo do terreno. A proposta desse espaço foi criar um ambiente amplo, bem iluminado e ventilado.
O espaço de lazer foi separado em um espaço aberto e coberto, e outro fechado com grandes esquadrias, sendo duas propostas de lazer para as crianças menores.

O refeitório foi proposto no nível mais baixo do terreno para facilitar o acesso das crianças menores. O intuito é que as principais refeições sejam realizadas no refeitório. O espaço comporta duas residências por vez, podendo ser dividida entre crianças menores e maiores. O mesmo possui 6 mesas de 2m.
A horta fica ao lado do refeitório e cozinha para facilitar a colheita e uso dos alimentos.



Figura 82: Localização lazer.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

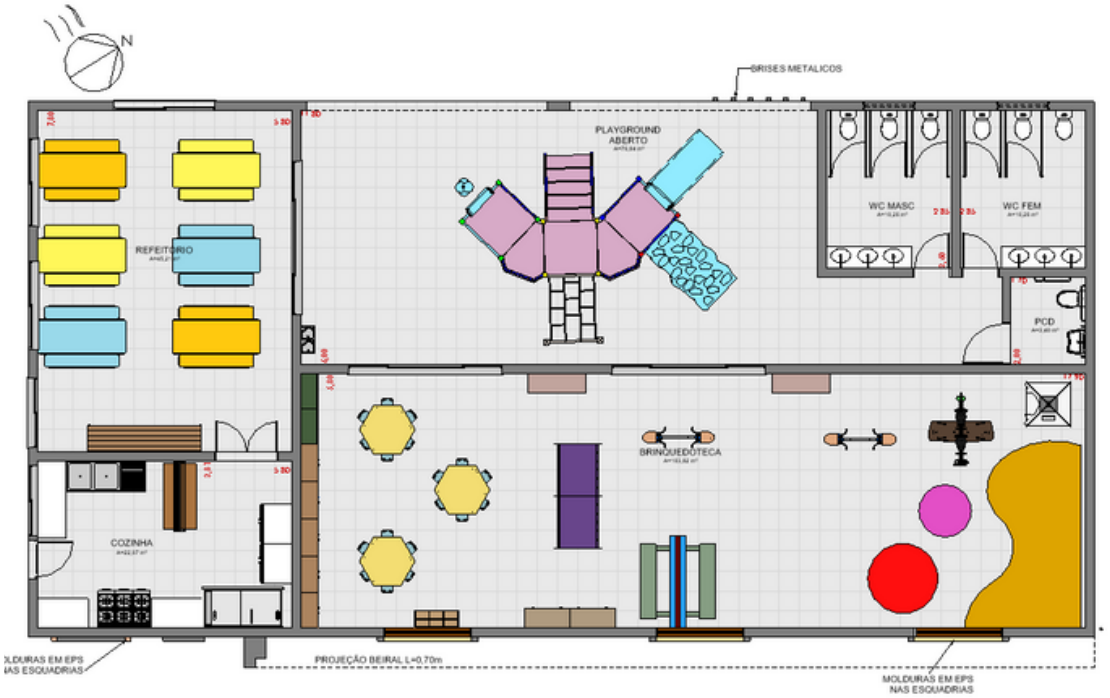


Figura 83: Layout lazer.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

CASA 03

A casa 03 é destinada para a moradia das crianças menores, com idade de 05 a 08 anos e sendo de uso misto, crianças do sexo feminino e masculino.

A residência possui total de 5 quartos destinado aos menores, sendo 2 deles adaptados para crianças com deficiência - PCD, todos os quartos possuem banheiro. Cada dormitório tem a capacidade de abrigar 4 crianças.

A edificação possui a mesma planta da casa 01, apenas foi adaptada ao terreno para melhor fluxo e funcionalidade, e o layout está de acordo com o uso das crianças menores.



Figura 84: Localização casa 03.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

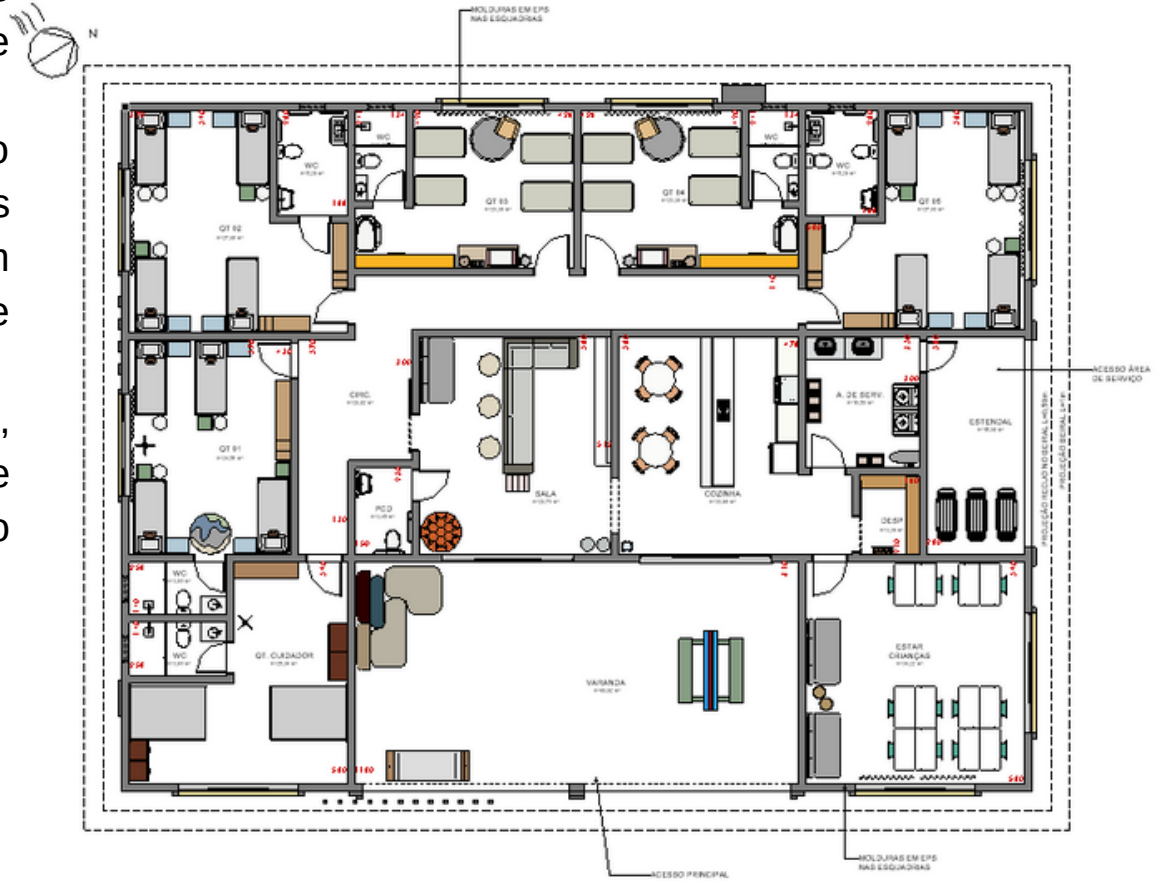


Figura 85: Layout casa 03.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

CASA 04

A casa 04 é destinada para a moradia das crianças menores, com idade de 0 a 04 anos e sendo de uso misto, crianças do sexo feminino e masculino.

A residência possui total de 5 quartos destinado aos menores, sendo 2 deles adaptados para crianças com deficiência - PCD, todos os quartos possuem banheiro. Cada dormitório tem a capacidade de abrigar 4 crianças. 2 quartos são específicos para receber bebês, os quartos possuem berço, trocador e banheira.

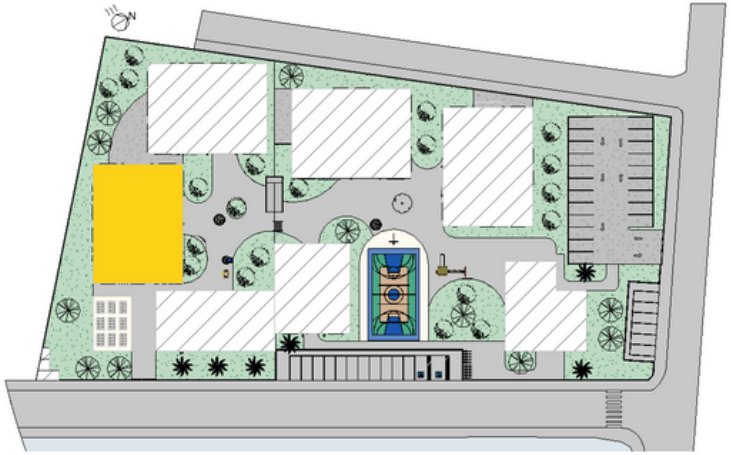


Figura 86: Localização casa 04.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

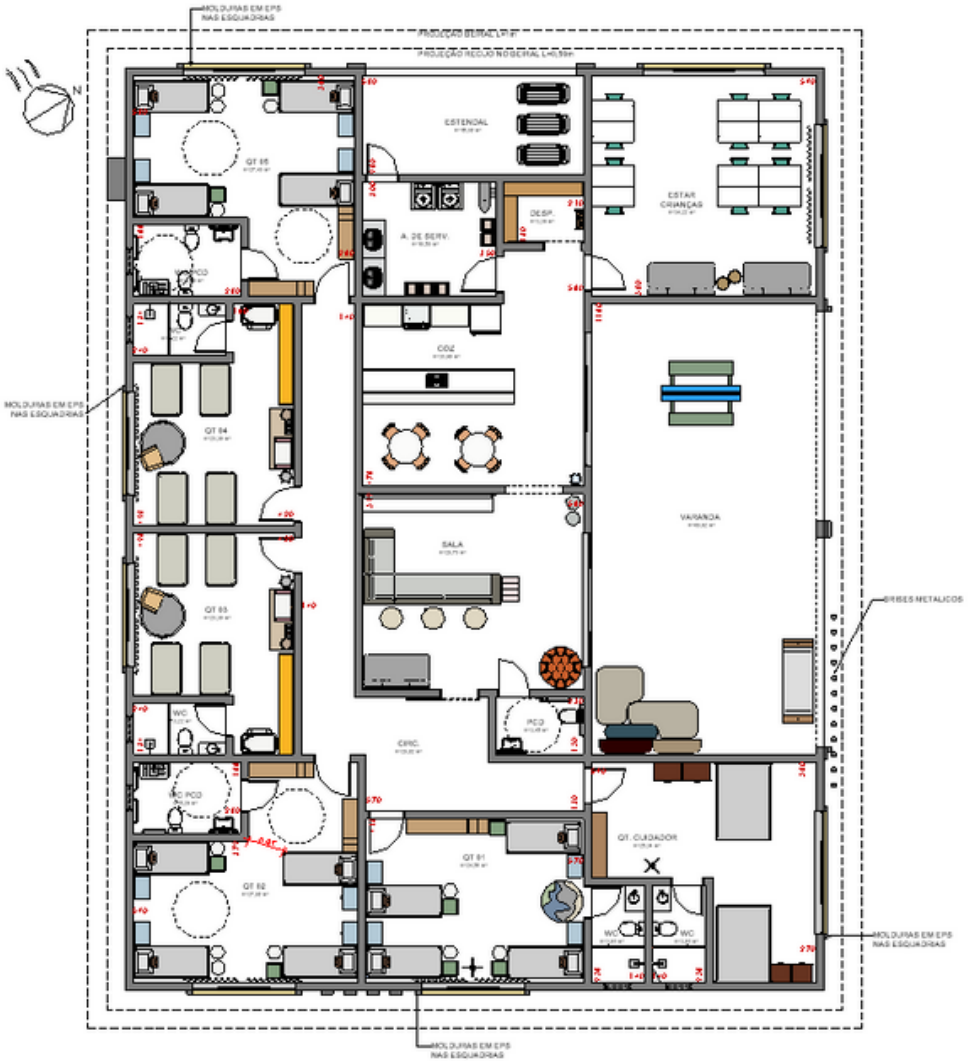


Figura 87: Layout casa 04.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

PLANTA BAIXA CASA 01 E 02

As figuras abaixo são da casa 01 e casa 02, ambas possuem toda a estrutura necessária para abrigar as crianças com conforto e funcionalidade. O beiral em volta de toda a edificação é para que haja menor incidência solar sobre a edificação.
Todas as alvenaria tem a espessura de 20cm.

Tabela 07: Quadros de esquadrias.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

QUANTITATIVO DE PORTAS - RESIDÊNCIA				
TIPO	LARG	ALT	QUANT.	DESCRIÇÃO
P01	3,50m	2,30m	2	VIDRO - 4 FOLHAS | CORRER
P02	0,80m	2,10m	4	MADEIRA - 1 FOLHA | GIRO
P03	0,90m	2,10m	11	MADEIRA - 1 FOLHA | GIRO
P04	1,00m	2,10m	2	MADEIRA - 1 FOLHA | GIRO
P05	0,90m	2,10m	1	VENEZIANA - 1 FOLHA | GIRO

QUANTITATIVO DE JANELAS - RESIDÊNCIA					
TIPO	LARG	ALT	PEIT.	QUANT.	DESCRIÇÃO
J01	3,20m	1,30m	1,00m	3	VIDRO - BASCULANTE
J02	2,7	1,30m	1,00m	5	VIDRO - 4 FOLHAS | CORRER
J03	0,70m	0,60m	1,70m	6	VIDRO - 1 FOLHA | BASCULANTE

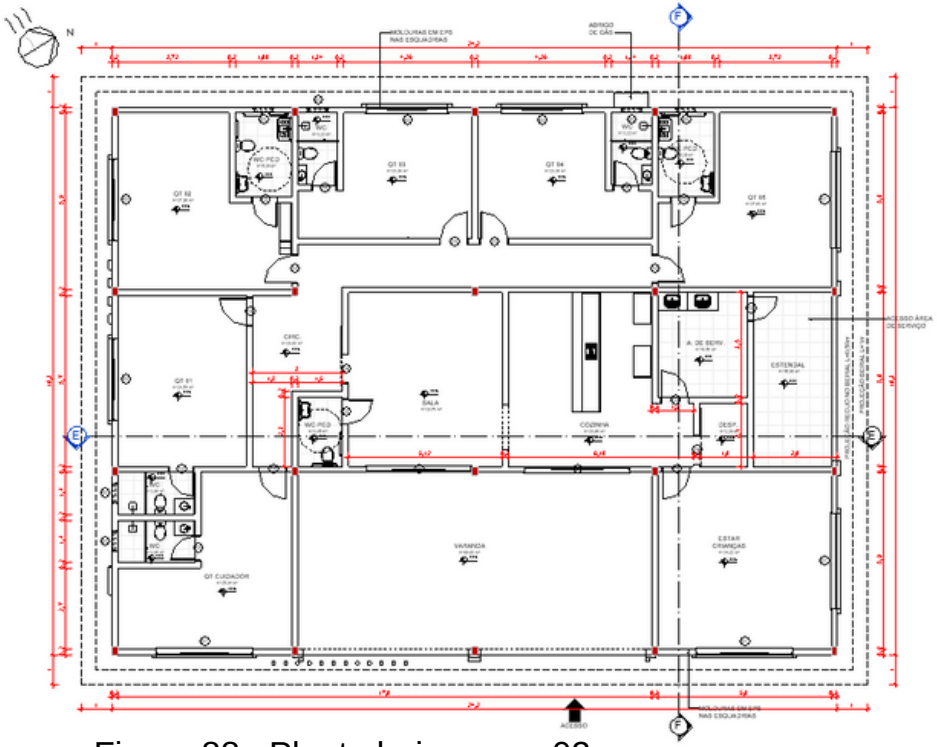


Figura 88: Planta baixa casa 02.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

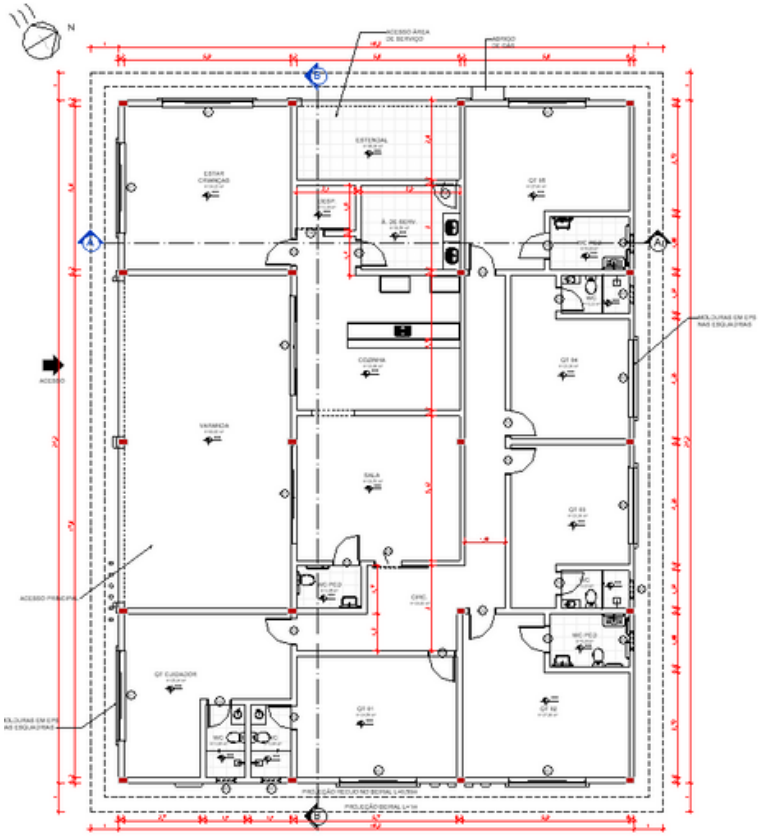


Figura 89: Planta baixa casa 01.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

PLANTA BAIXA ADMINISTRATIVO E EDUCATIVO

As figuras abaixo são do bloco administrativo, educativo e lazer/refeitório. Todas as edificações possuem alvenaria com a espessura de 20cm.
Todas as plantas possuem as informações necessárias para a execução do projeto.

Figura 90: Planta baixa administrativo.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

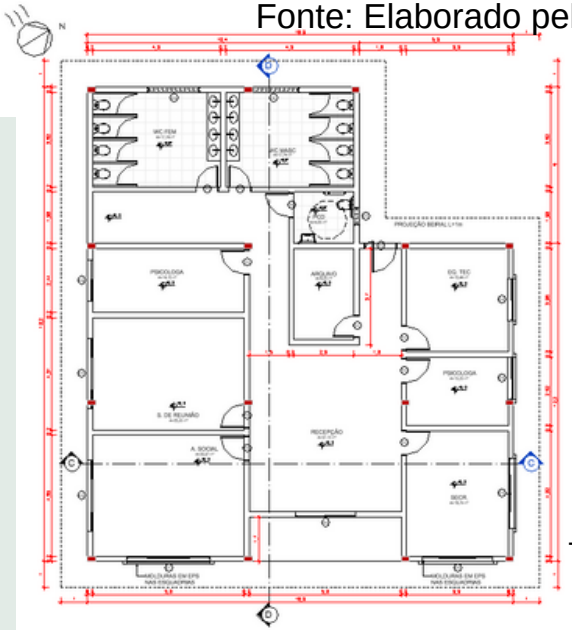
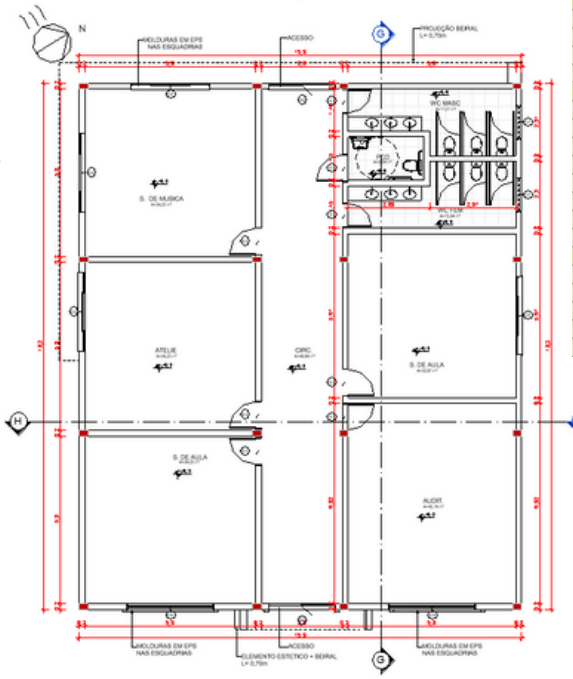


Tabela 08: Quadros de esquadrias.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

QUANTITATIVO DE PORTAS - ADMINISTRATIVO				
TIPO	LARG	ALT	QUANT.	DESCRIÇÃO
P02	0,80m	2,10m	7	MADEIRA - 1 FOLHA | GIRO
P03	0,90m	2,10m	3	MADEIRA - 1 FOLHA | GIRO
P06	2,30m	2,30m	1	VIDRO - 2 FOLHAS | CORRER
P07	1,20m	2,30m	1	ALUMINIO - 1 FOLHA | PIVOTANTE
QUANTITATIVO DE JANELAS - ADMINISTRATIVO				
TIPO	LARG	ALT	PEIT.	QUANT.	DESCRIÇÃO
J01	3,20m	1,30m	1,00m	1	VIDRO - BASCULANTE
J02	2,7	1,30m	1,00m	4	VIDRO - 4 FOLHAS | CORRER
J03	0,70m	0,60m	1,70m	1	VIDRO - 1 FOLHA | BASCULANTE
J04	1,60m	1,30m	1,00m	3	VIDRO - 2 FOLHAS | CORRER
J05	2,00m	0,60m	1,70m	2	VIDRO - 1 FOLHA | BASCULANTE

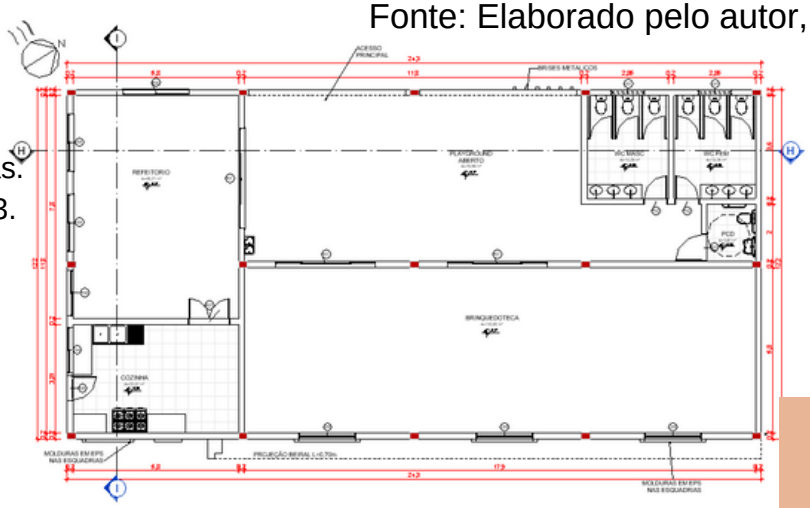
Figura 91: Planta baixa educativo.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



QUANTITATIVO DE PORTAS - EDUCATIVO				
TIPO	LARG	ALT	QUANT.	DESCRIÇÃO
P02	0,80m	2,10m	2	MADEIRA - 1 FOLHA | GIRO
P03	0,90m	2,10m	6	MADEIRA - 1 FOLHA | GIRO
P06	2,30m	2,30m	2	VIDRO - 2 FOLHAS | CORRER
QUANTITATIVO DE JANELAS - EDUCATIVO				
TIPO	LARG	ALT	PEIT.	QUANT.	DESCRIÇÃO
J02	2,7	1,30m	1,00m	4	VIDRO - 4 FOLHAS | CORRER
J06	3,00m	2	0,50m	2	VIDRO | BASCULANTE
J07	1,20m	0,60m	1,70m	2	VIDRO - 1 FOLHA | BASCULANTE
QUANTITATIVO DE PORTAS - LAZER				
TIPO	LARG	ALT	QUANT.	DESCRIÇÃO
P01	3,50m	2,30m	3	VIDRO - 4 FOLHAS | CORRER
P02	0,80m	2,10m	2	MADEIRA - 1 FOLHA | GIRO
P03	0,90m	2,10m	1	MADEIRA - 1 FOLHA | GIRO
P05	0,90m	2,10m	1	VENEZIANA - 1 FOLHA | GIRO
P06	2,30m	2,30m	1	VIDRO - 2 FOLHAS | CORRER
P07	1,40m	2,10m	2	MADEIRA - 2 FOLHAS | GIRO
P08	1,60m	2,30m	1	MADEIRA - 2 FOLHAS | GIRO
QUANTITATIVO DE JANELAS - LAZER				
TIPO	LARG	ALT	PEIT.	QUANT.	DESCRIÇÃO
J04	1,60m	1,30m	1,00m	3	VIDRO - 2 FOLHAS | CORRER
J07	1,20m	0,60m	1,70m	2	VIDRO - 1 FOLHA | BASCULANTE
J08	2,00m	1,50m	0,80m	2	VIDRO - 2 FOLHAS | CORRER
J07	2,00m	2	0,50m	3	VIDRO | FIXO

Tabela 09: Quadros de esquadrias.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Figura 92: Planta baixa lazer.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



PLANTA BAIXA CASA 03 E 04

As figuras abaixo são da casa 03 e casa 04, ambas possuem toda a estrutura necessária para abrigar as crianças com conforto e funcionalidade. O beiral em volta de toda a edificação é para que haja menor incidência solar sobre a edificação.
Todas as alvenaria tem a espessura de 20cm.

QUANTITATIVO DE PORTAS - RESIDÊNCIA				
TIPO	LARG	ALT	QUANT.	DESCRIÇÃO
P01	3,50m	2,30m	2	VIDRO - 4 FOLHAS | CORRER
P02	0,80m	2,10m	4	MADEIRA - 1 FOLHA | GIRO
P03	0,90m	2,10m	11	MADEIRA - 1 FOLHA | GIRO
P04	1,00m	2,10m	2	MADEIRA - 1 FOLHA | GIRO
P05	0,90m	2,10m	1	VENEZIANA - 1 FOLHA | GIRO

QUANTITATIVO DE JANELAS - RESIDÊNCIA					
TIPO	LARG	ALT	PEIT.	QUANT.	DESCRIÇÃO
J01	3,20m	1,30m	1,00m	3	VIDRO - BASCULANTE
J02	2,7	1,30m	1,00m	5	VIDRO - 4 FOLHAS | CORRER
J03	0,70m	0,60m	1,70m	6	VIDRO - 1 FOLHA | BASCULANTE

Tabela 10: Quadros de esquadrias.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

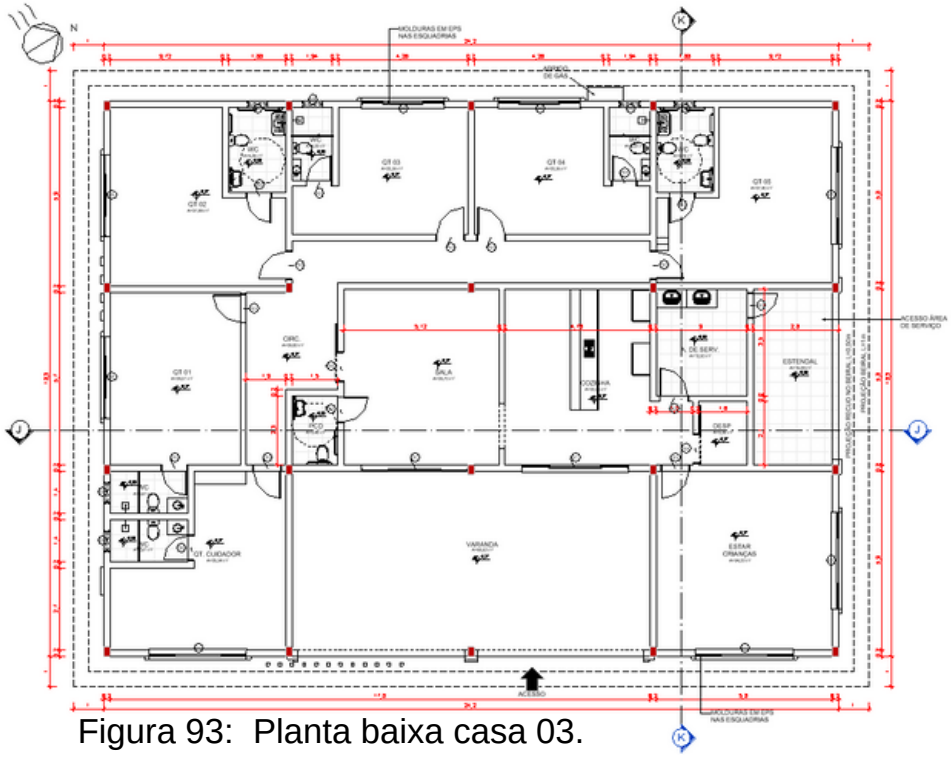


Figura 93: Planta baixa casa 03.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

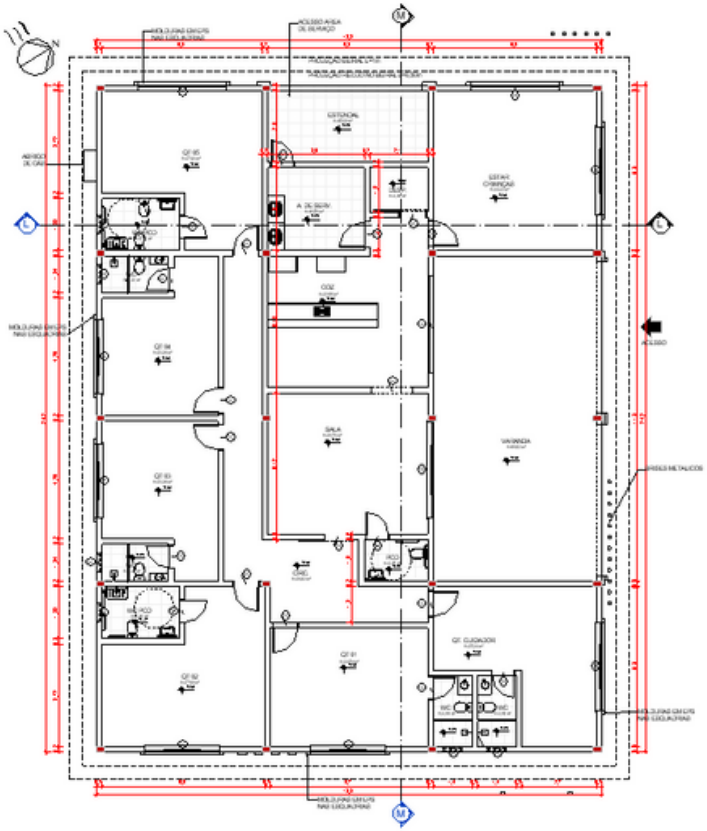


Figura 94: Planta baixa casa 04.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

COBERTURA CASA 01 E 02

As figuras abaixo são das plantas de cobertura da casa 01 e casa 02, ambas são em platibanda com telhado embutido, com telha termoacústica com inclinação de 10% e calha central.

Na cobertura também esta disposta a laje técnica para locação das condensadoras de ar condicionado.

As caixas d'água estão locadas ao lado da laje tecnica, sendo duas caixas de 3.000L cada.

CALCULO DE CAIXA D'ÁGUA
150 litros/hab x 20 hab = 3.000 L.
3.000L x 2(dias) = 6.000L

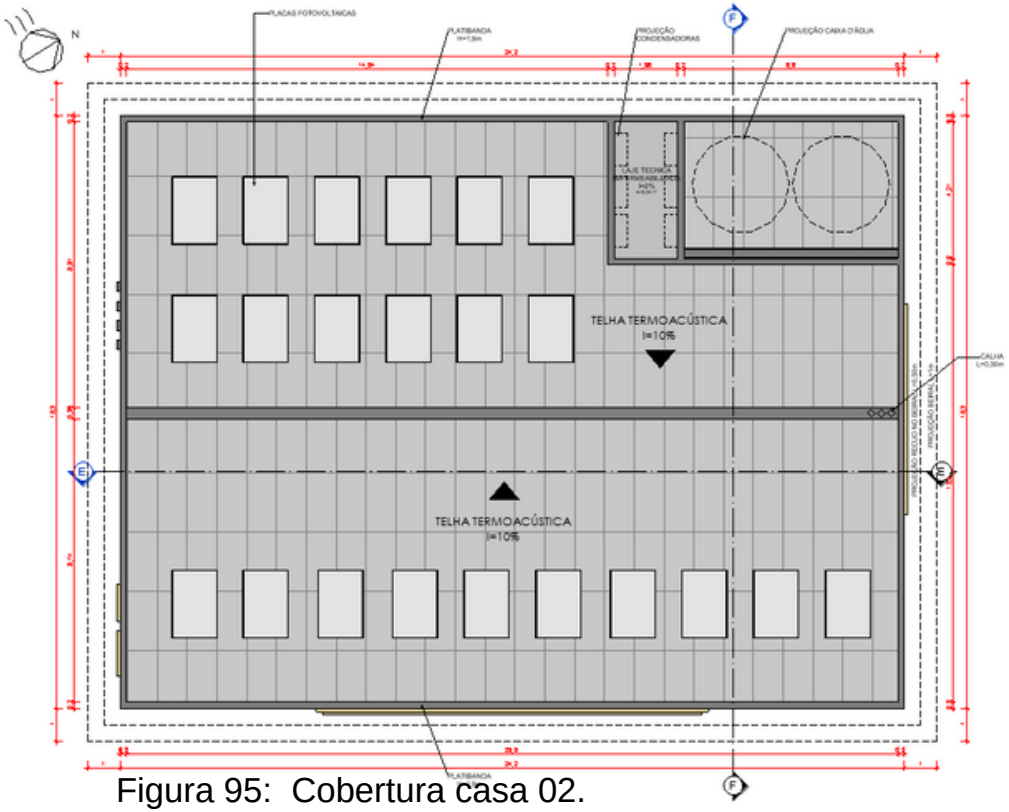


Figura 95: Cobertura casa 02.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

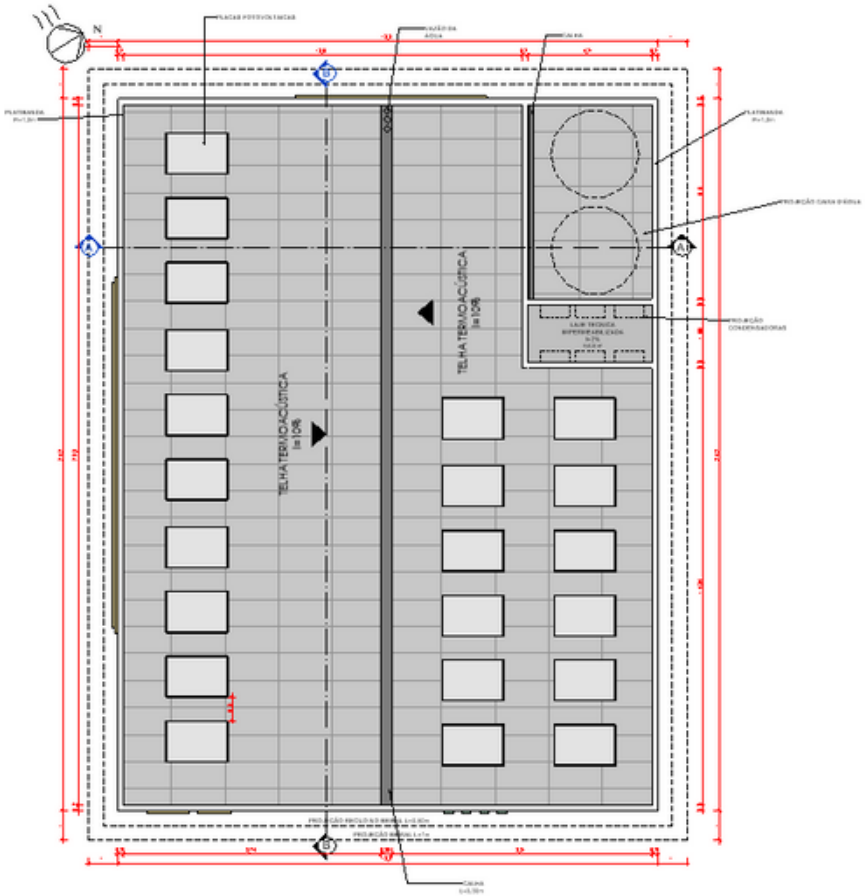


Figura 96: Cobertura casa 01.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

COBERTURA

As figuras abaixo são das plantas de cobertura da administração, educativo e lazer/refeitório, todas são em platibanda com telhado embutido, com telha termoacústica com inclinação de 10% e calha central. Na cobertura também esta disposta a laje técnica para locação das condensadoras de ar condicionado. As caixas d'água estão locadas ao lado da laje tecnica, sendo duas caixas de 1.000L cada.

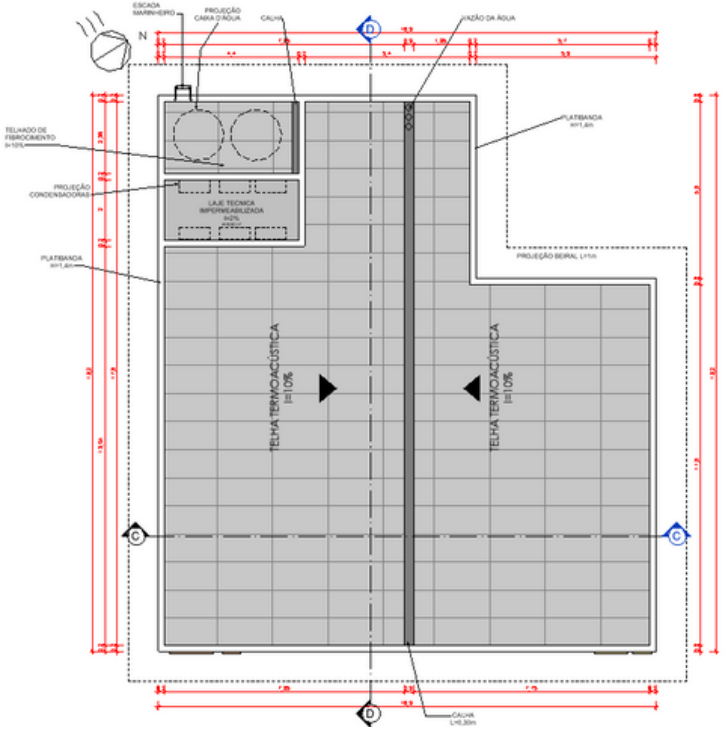


Figura 97: Cobertura administrativo.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

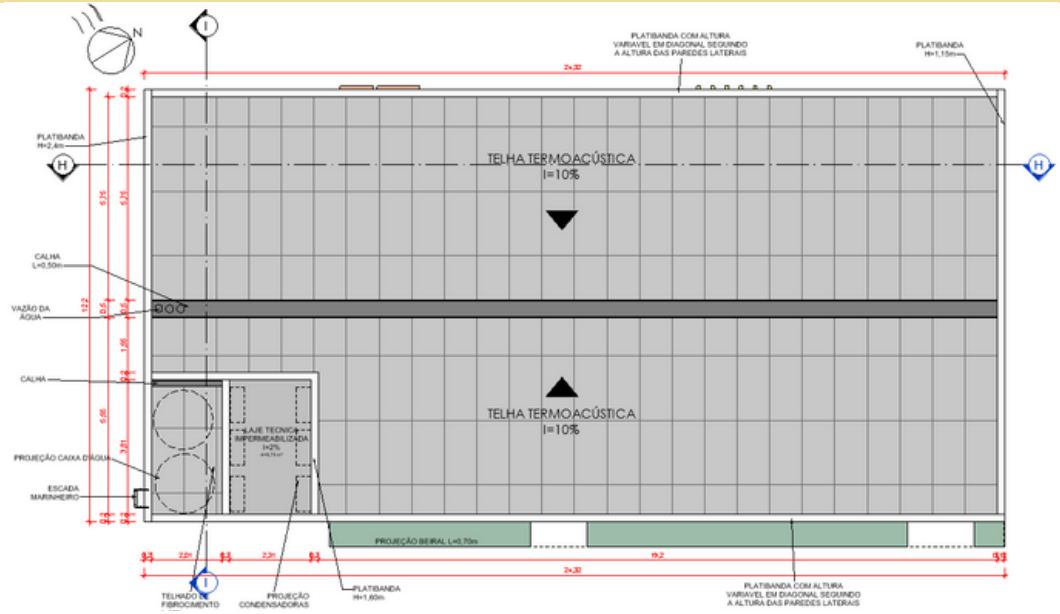
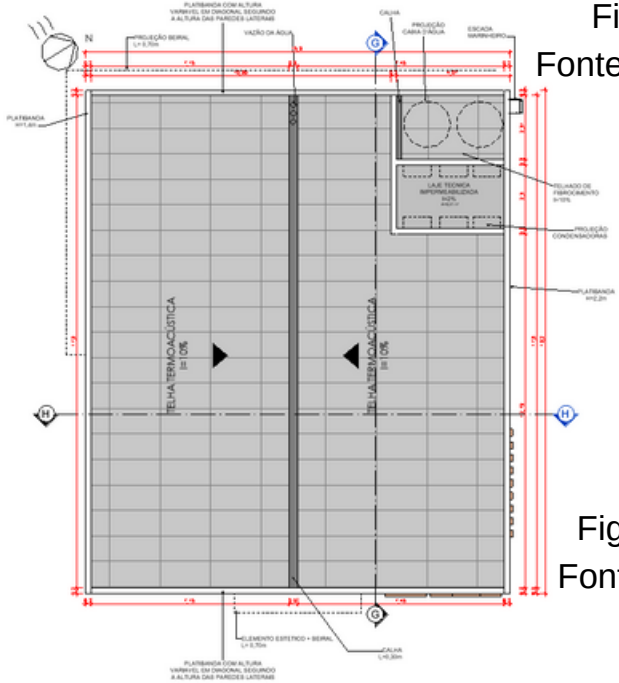


Figura 98: Cobertura lazer.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



CALCULO DE CAIXA D'ÁGUA
50 litros/hab x 20 hab = 1.000 L.
3.000L x 2(dias) = 2.000L

Figura 99: Cobertura educativo.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

COBERTURA CASA 03 E 04

As figuras abaixo são das plantas de cobertura da casa 03 e casa 04, ambas são em platibanda com telhado embutido, com telha termoacústica com inclinação de 10% e calha central.

Na cobertura também esta disposta a laje técnica para locação das condensadoras de ar condicionado.

As caixas d'água estão locadas ao lado da laje tecnica, sendo duas caixas de 3.000L cada.

CALCULO DE CAIXA D'ÁGUA
150 litros/hab x 20 hab = 3.000 L.
3.000L x 2(dias) = 6.000L

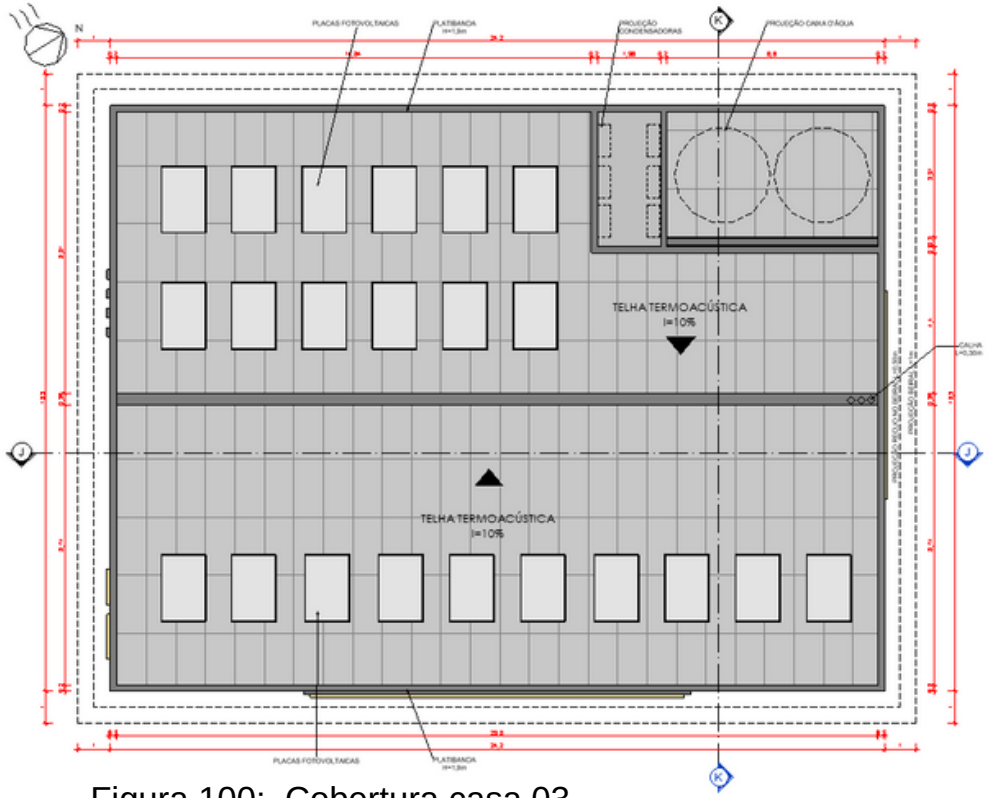


Figura 100: Cobertura casa 03.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

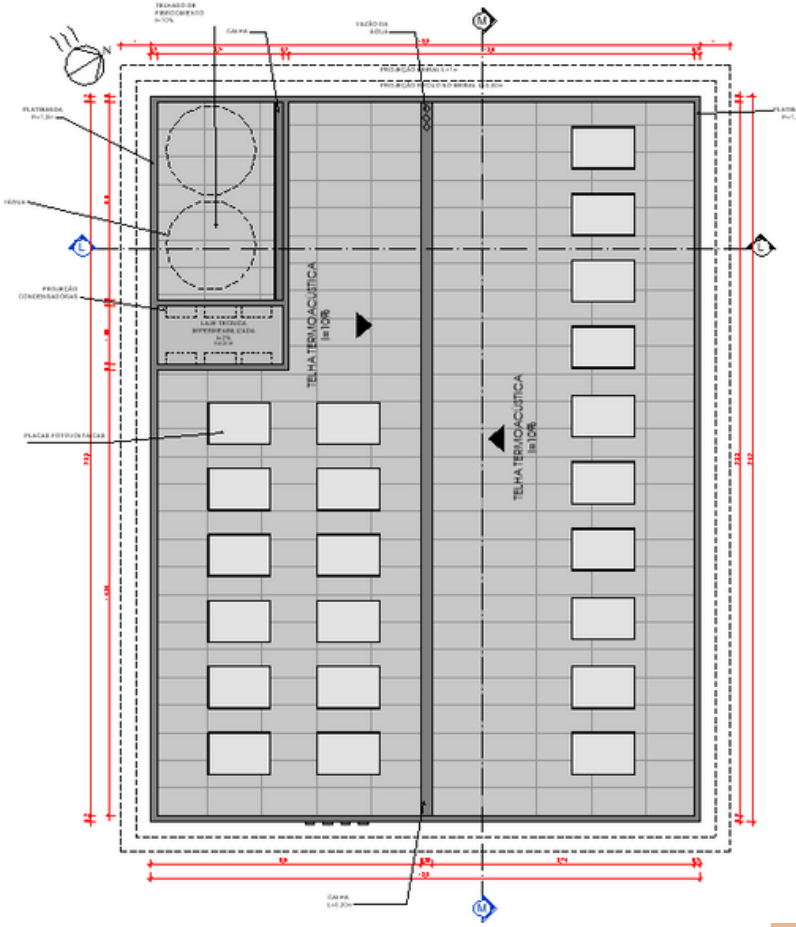


Figura 101: Cobertura casa 04.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

MALHA DE PILARES

Todas as edificações serão em alvenaria convencional, com pilares de concreto nas dimensões de 20x30cm, com vigas e laje de concreto. Todos os vãos da malha de pilares possuem máximo de 6m de vão. As figuras abaixo são da malha de pilares casa 01, casa 02, administrativo e educativo.

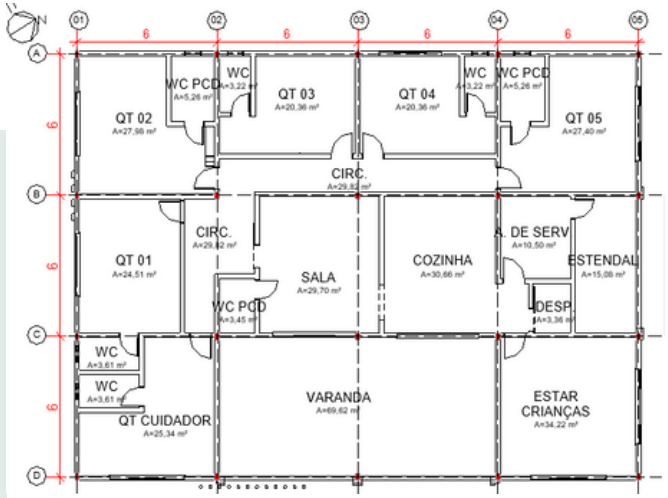


Figura 102: Malha de pilares casa 02.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

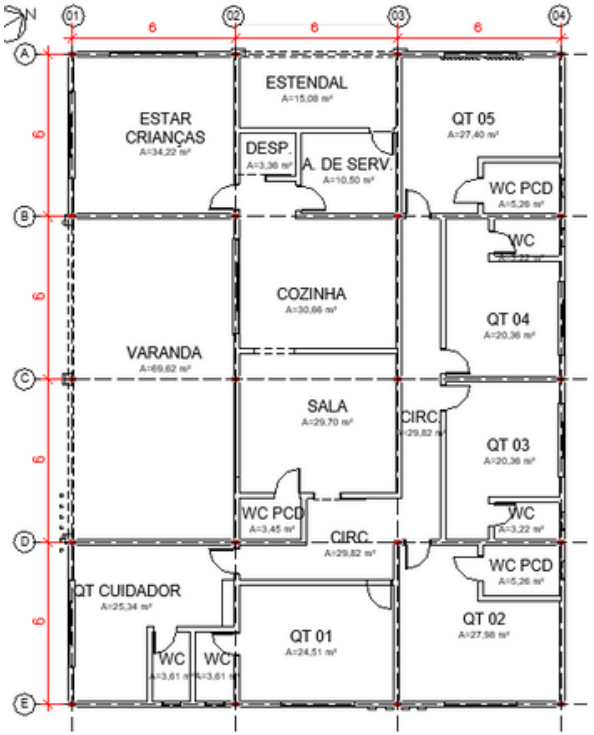


Figura 103: Malha de pilares casa 01.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

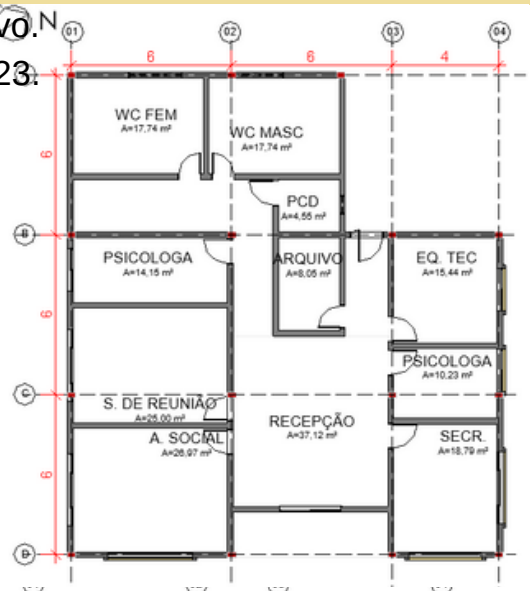


Figura 104: Pilares administrativo.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

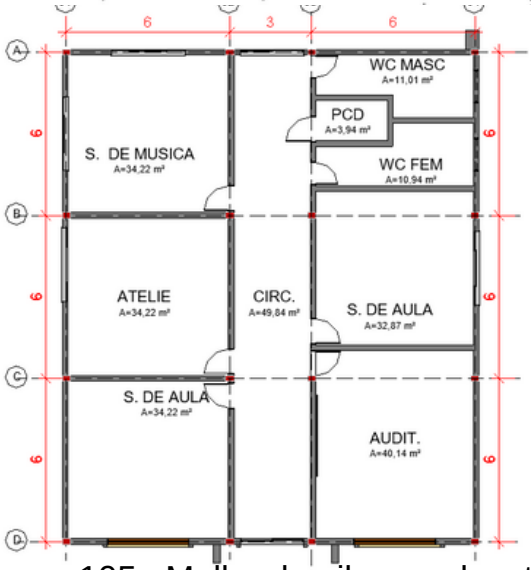


Figura 105: Malha de pilares educativo.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

MALHA DE PILARES

A malha de pilares das figuras abaixo são do setor lazer/refeitório, casa 03 e casa 04. As edificações são em alvenaria convencional, com pilares de concreto nas dimensões de 20x30cm, com vigas e laje de concreto. Todos os vãos da malha de pilares possuem máximo de 6m de vão.

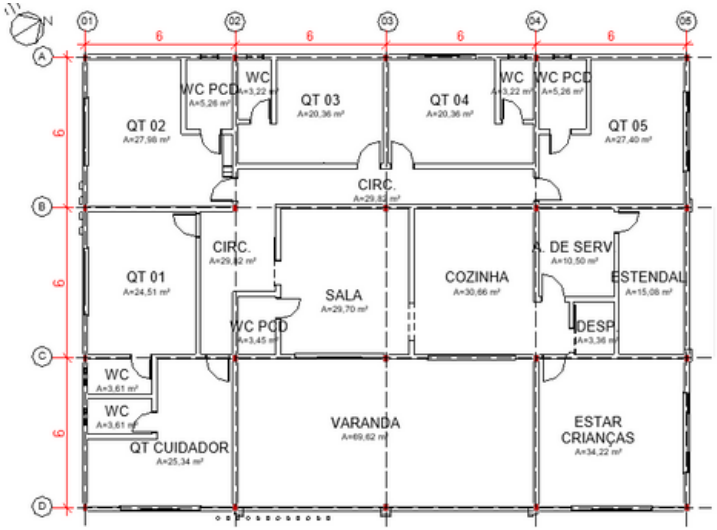


Figura 106: Malha de pilares casa 03.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

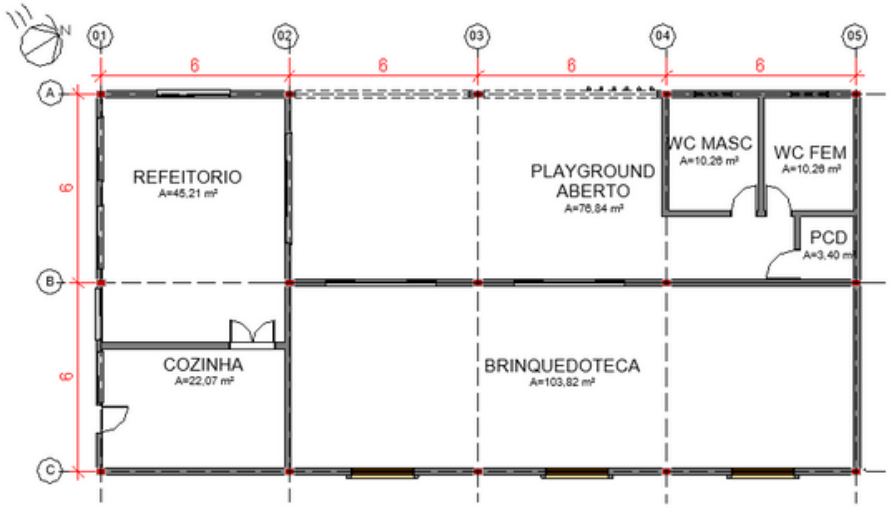


Figura 107: Malha de pilares casa 04.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

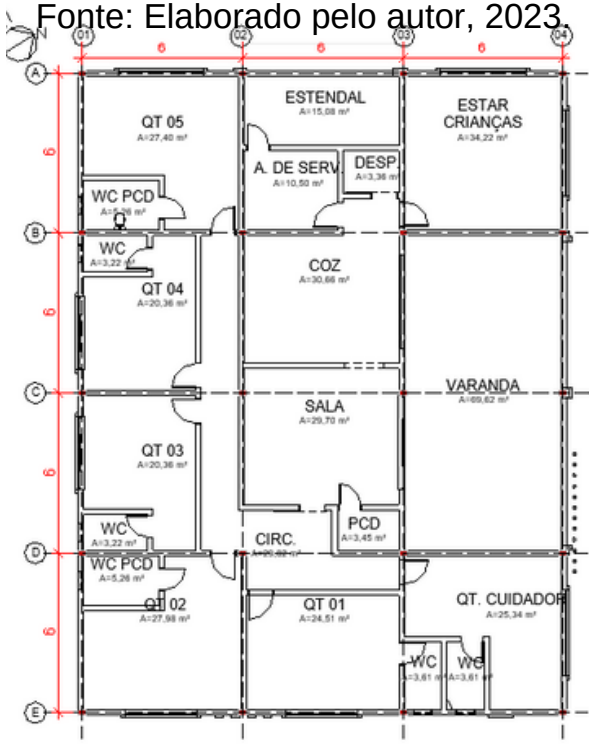


Figura 108: Malha de pilares lazer.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

CORTES

Foram realizados treze cortes no projeto todo, para que fosse possível maior entendimento do projeto e melhor compreensão das alturas utilizadas.

Os cortes A e B correspondem ao bloco residencial da Casa 01, sendo o corte A do tipo transversal e o B do tipo longitudinal, ambos permites maior compreensão quanto as alturas de esquadrias, altura dos forros, altura da platibanda, detalhe no beiral, área molhada, execução do telhado e uso da caixa d'água.

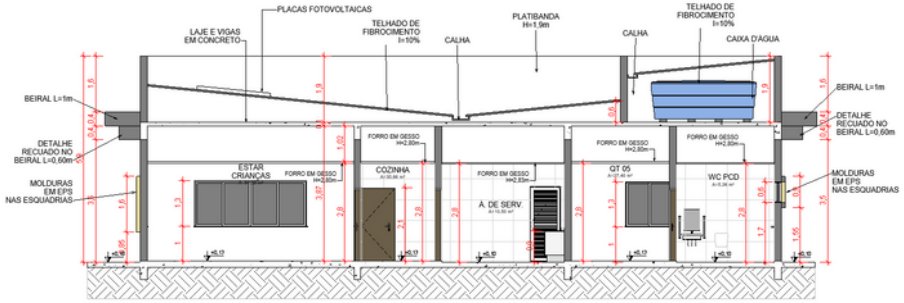


Figura 109: Corte A.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

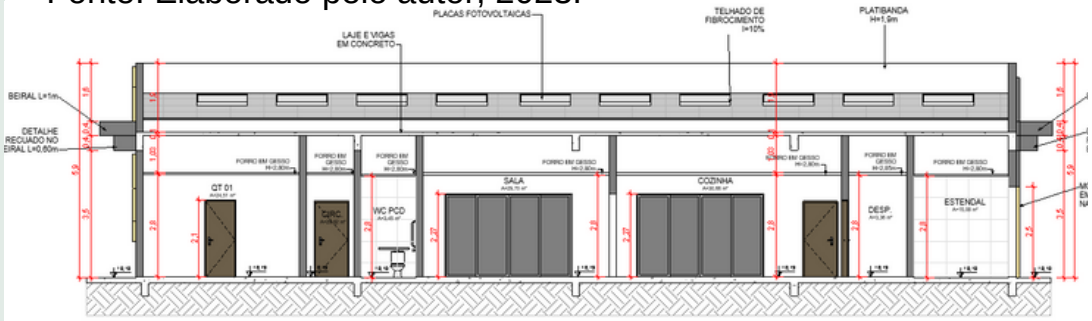


Figura 110: Corte B.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Os cortes C e D correspondem ao bloco administrativo, sendo o corte C do tipo transversal e o D do tipo longitudinal, ambos permitem maior compreensão da edificação, falicitando o entendimento quanto as alturas de esquadrias, altura dos forros, altura da platibanda e pé direito, altura do beiral, banheiro coletivo e cobertura.

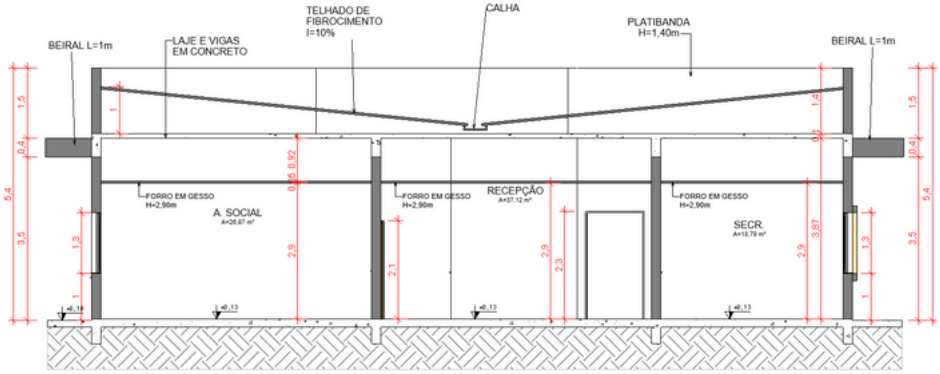


Figura 111: Corte C.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

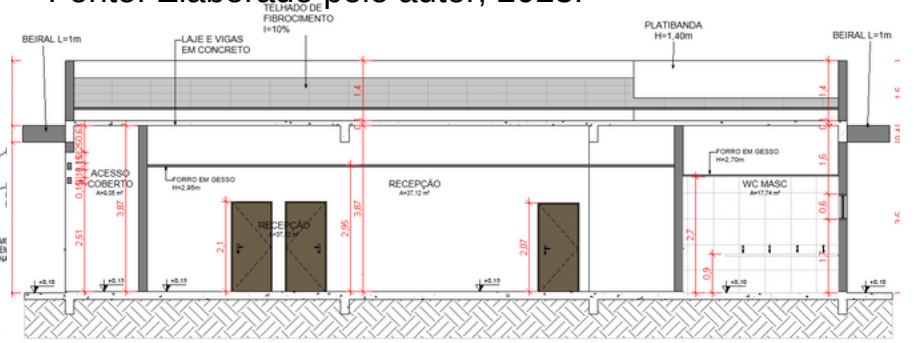


Figura 111: Corte D.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

CORTES

Os cortes E e F correspondem ao bloco residencial da Casa 02, sendo o corte E do tipo transversal e o F do tipo longitudinal, ambos estão representando os mesmos detalhes dos cortes A e B, permitindo maior compreensão d as alturas de esquadrias e forros, altura da platibanda, detalhe no beiral, área molhada e cobertura.

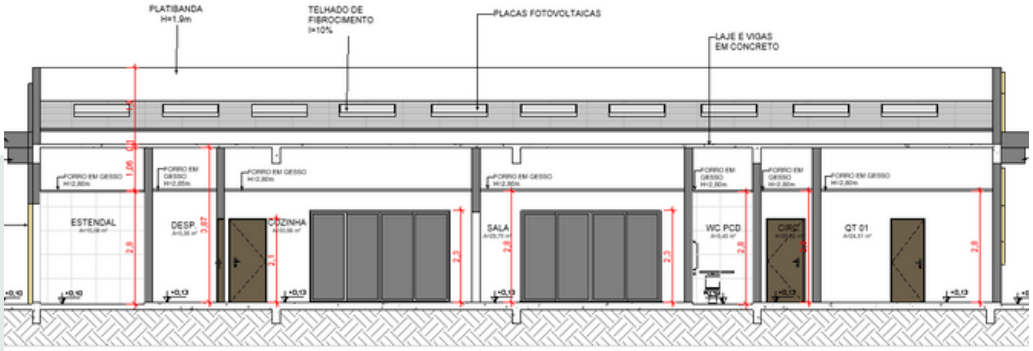


Figura 112: Corte E.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

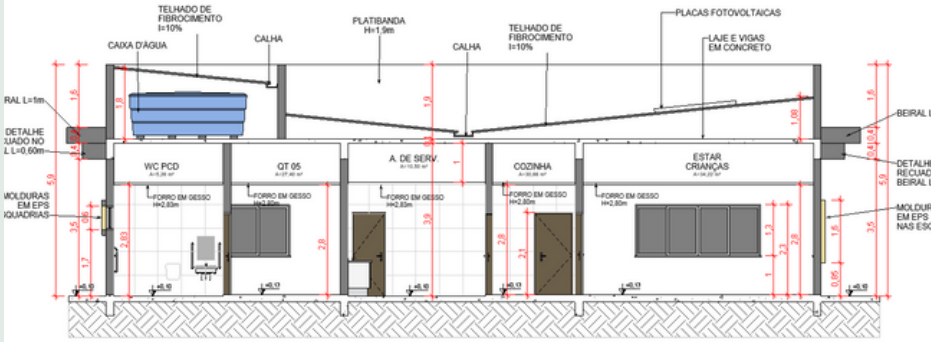


Figura 113: Corte F.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

O corte G é do tipo longitudinal, e correponde ao bloco Educativo, permitindo maior compreensão das alturas utilizadas no projeto, área molhada e cobertura.

O corte H é do tipo tranversal, e ele corresponde aos blocos Educativo e Lazer/Refeitorio, e tem o intuito principal facilitar o entendimento do desnivel do terreno e locação das edificações.

O corte I é do tipo longitudinal, e corresponde ao bloco de Lazer/Refeitorio, e permite maior compreensão da edificação, falicitando o entendimento das alturas usadas das esquadrias, forros, platibanda, pé direito, beiral, e também das áreas molhadas.

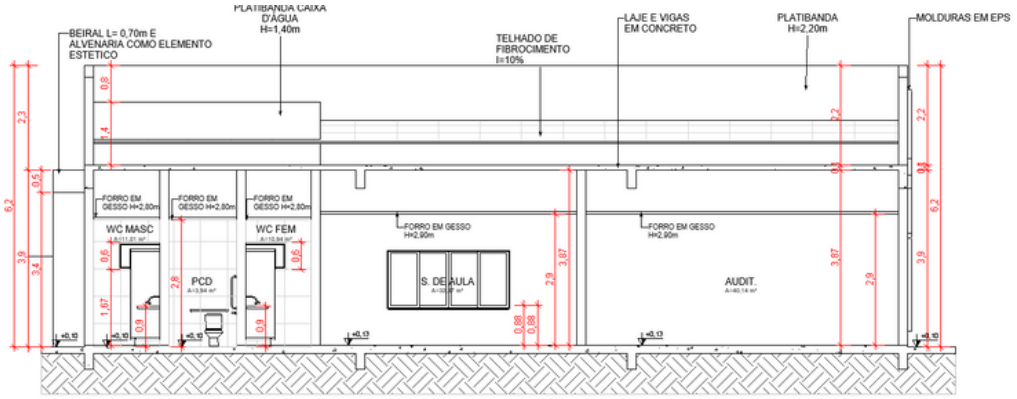


Figura 114: Corte G.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Os cortes J e K correspondem ao bloco residencial da Casa 03, sendo o corte J do tipo transversal e o K do tipo longitudinal, ambos estão reprensentando os mesmos detalhes dos cortes A e B, permitindo maior compreensão da edificação, falicitando o entendimento das alturas usadas das esquadrias, forros, platibanda, pé direito, beiral, e também das áreas molhadas.

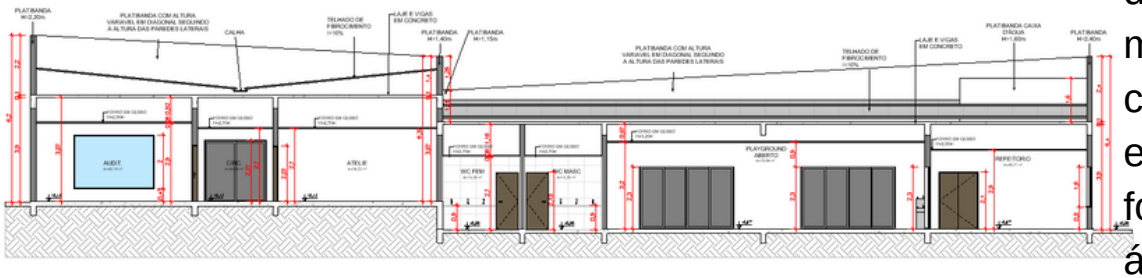


Figura 115: Corte H.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

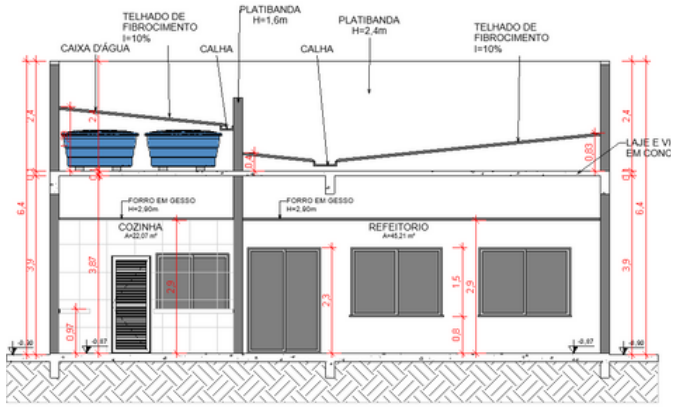


Figura 116: Corte I.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

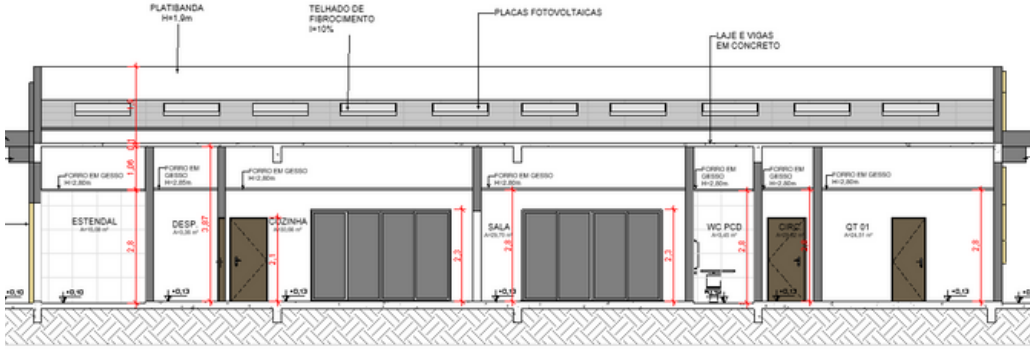


Figura 117: Corte J.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

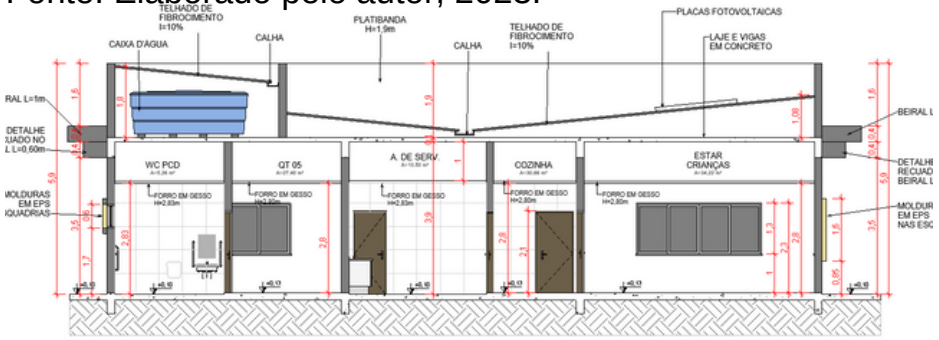


Figura 118: Corte K.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

CORTES

Os cortes L e M correspondem ao bloco residencial da Casa 03, sendo o corte L do tipo transversal e o M do tipo longitudinal, ambos estão reprensentando os mesmos detalhes dos cortes A e B, permitindo maior compreensão da edificação, falicitando o entendimento das alturas usadas das esquadrias, forros, platibanda, pé direito, beiral, e também das áreas molhadas.

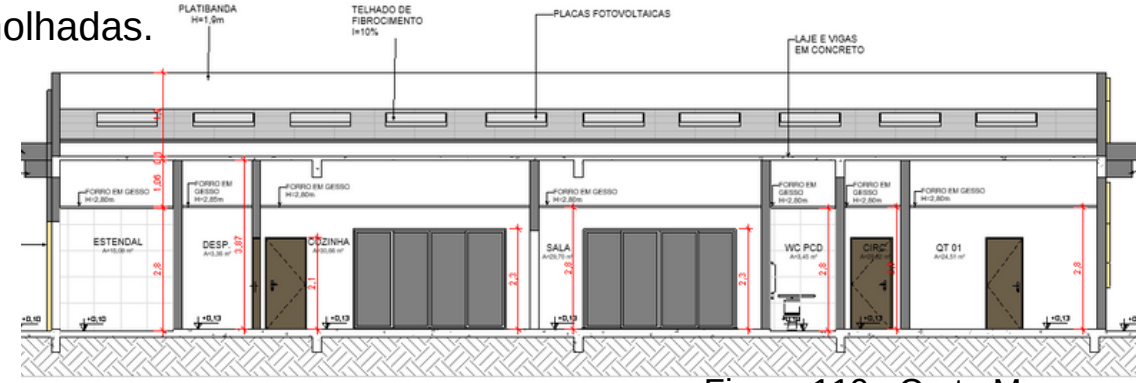


Figura 119: Corte M.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

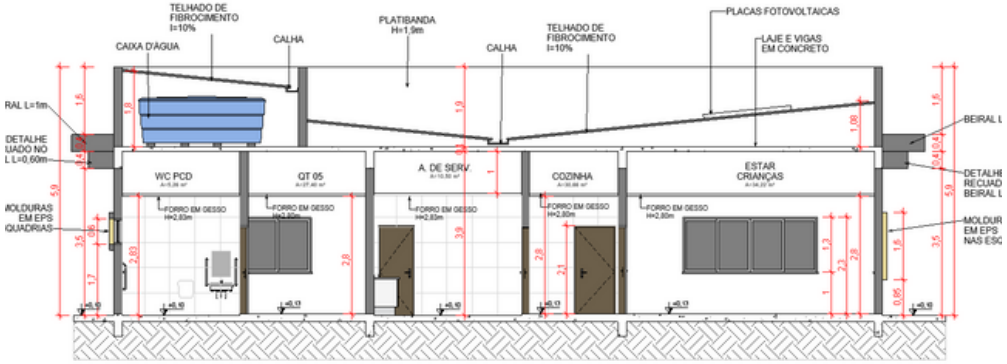


Figura 120: Corte L.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

FACHADAS

As fachadas possuem cor clara em tinta acrílica e elementos decorativos em cores de tons pasteis. Foram inseridas molduras em EPS nas esquadrias; beirais coloridos em concreto armado; beiral ondulado colorido no bloco de lazer; círculos coloridos; ripados verticais em EPS;

O intuito da cor foi trazer um pouco de ludicidade e leveza ao ambiente, e elementos com formas divertidas nas fachadas do administrativo, lazer e educativo. As fachadas residenciais são alegres, mas sem perder a essência de uma residência.

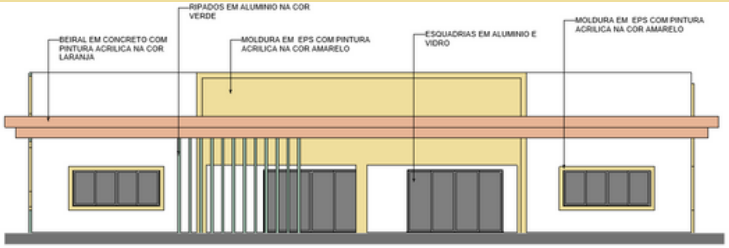


Figura 121: Fachada principal casa 04.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

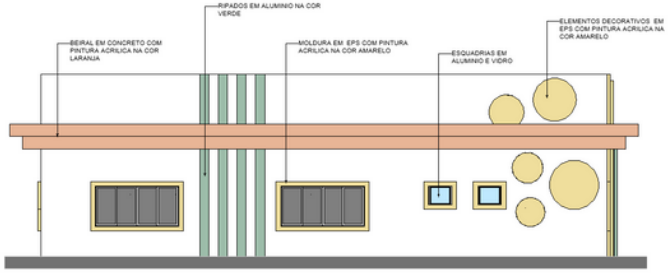


Figura 122: Fachada lateral casa 04.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

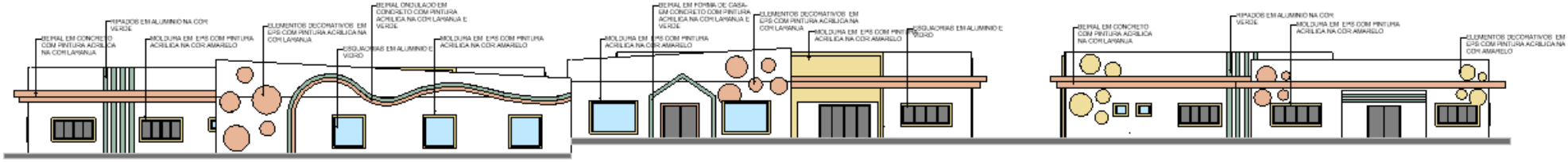


Figura 123: Fachada principal geral.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

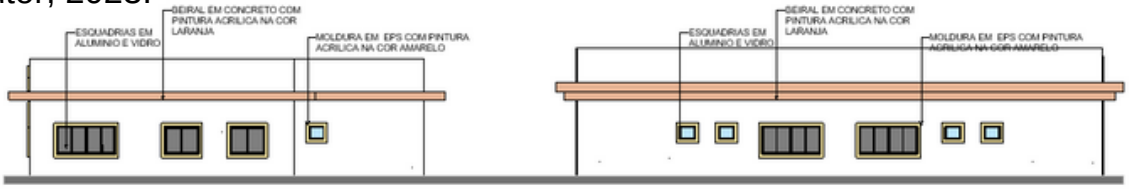


Figura 124: Fachada lateral geral.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

VOLUMETRIA

NOME POPULAR	NOME CIENTIFICO	ALTURA	COPA	QUANTIDADE
MURTA DE CHEIRO	MURRAYA PANICULATA	4 A 9m	MÉDIO	24
AROEIRA SALSA	SCHINUS MOLLE	4 A 8m	MÉDIO	16
PATA DE VACA	BAUHINIA VARIEGATA	3 A 6m	MÉDIO	13
LIMOEIRO	CITRUS LIMON	3 A 6m	MÉDIO	04
AMOREIRA	MORUS NIGRA	4 A12m	MÉDIO	03
PALMEIRA RABO DE RAPOSA	WODYETIA BIFURCATA	6 A 9m	MÉDIO	06
PALMEIRA RAFIA	RHAPIS EXCELSA	1 A 3m	PEQUENO	13
GRAMA ESMERALDA	ZOYSIA JAPONICA	0,10A 0,15m	RASTEIRA	908,50m²

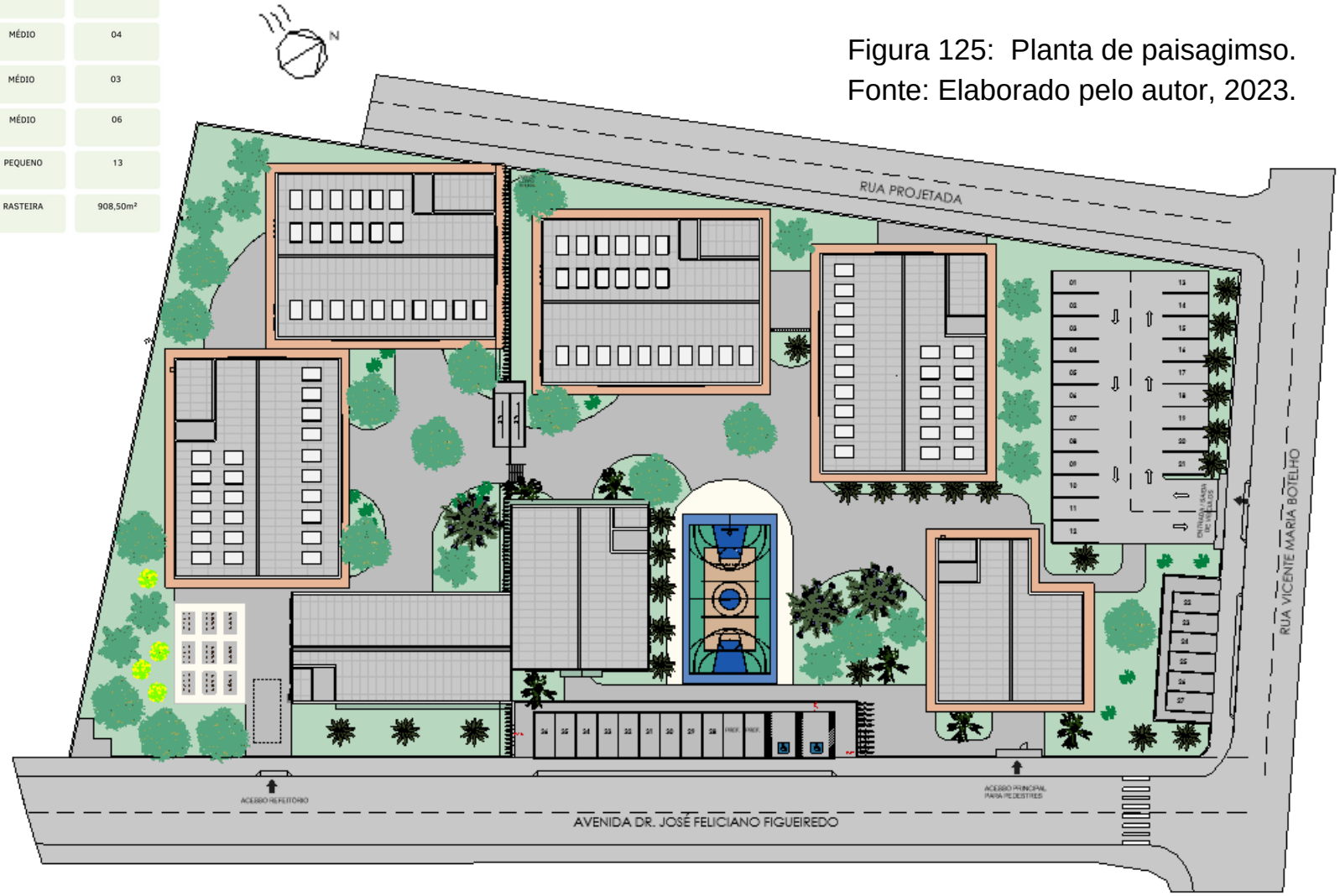


Figura 125: Planta de paisagimso.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

DETALHES

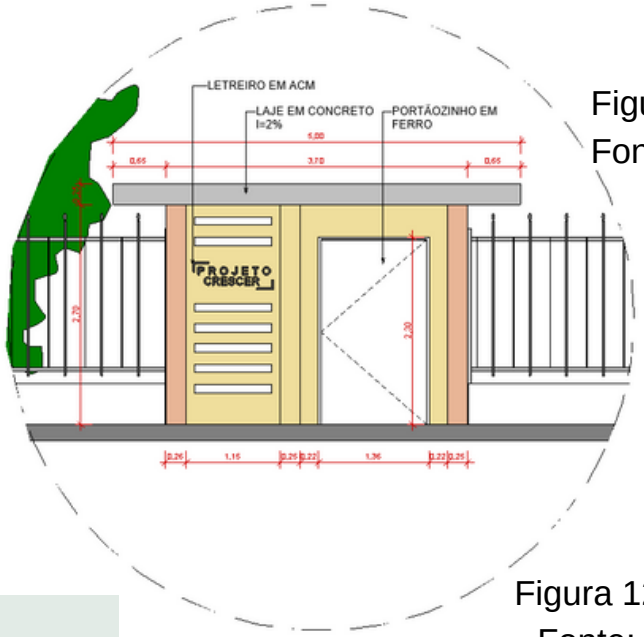


Figura 126: Entrada de pedestres.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

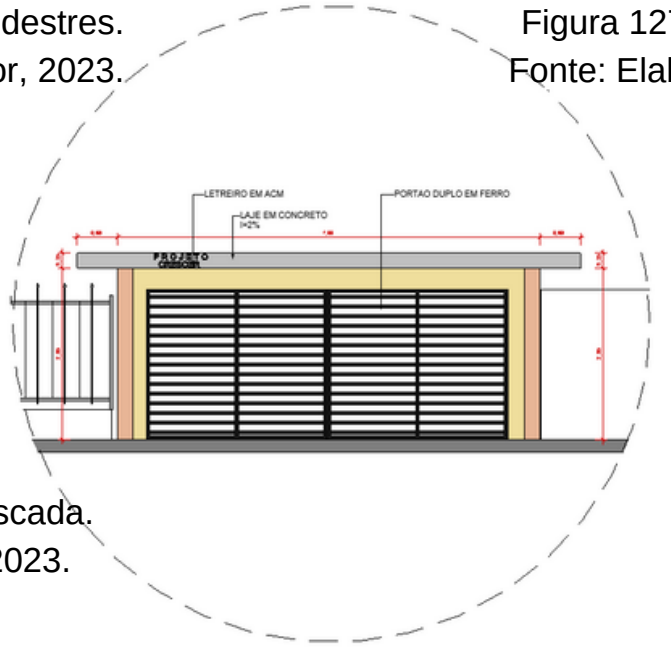
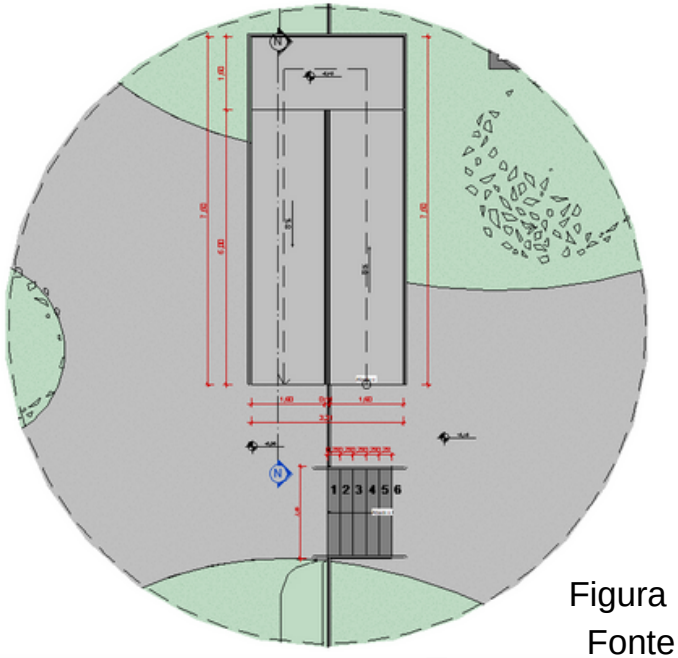


Figura 127: Entrada de veículos.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Figura 128: Detalhe rampa e escada.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



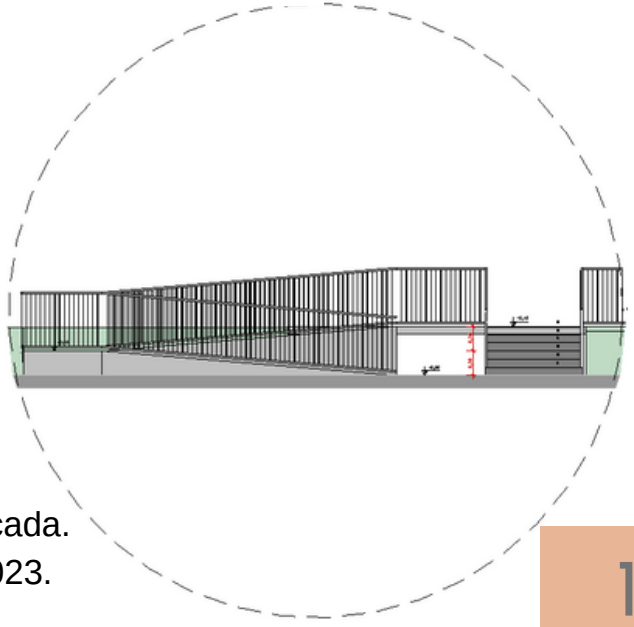
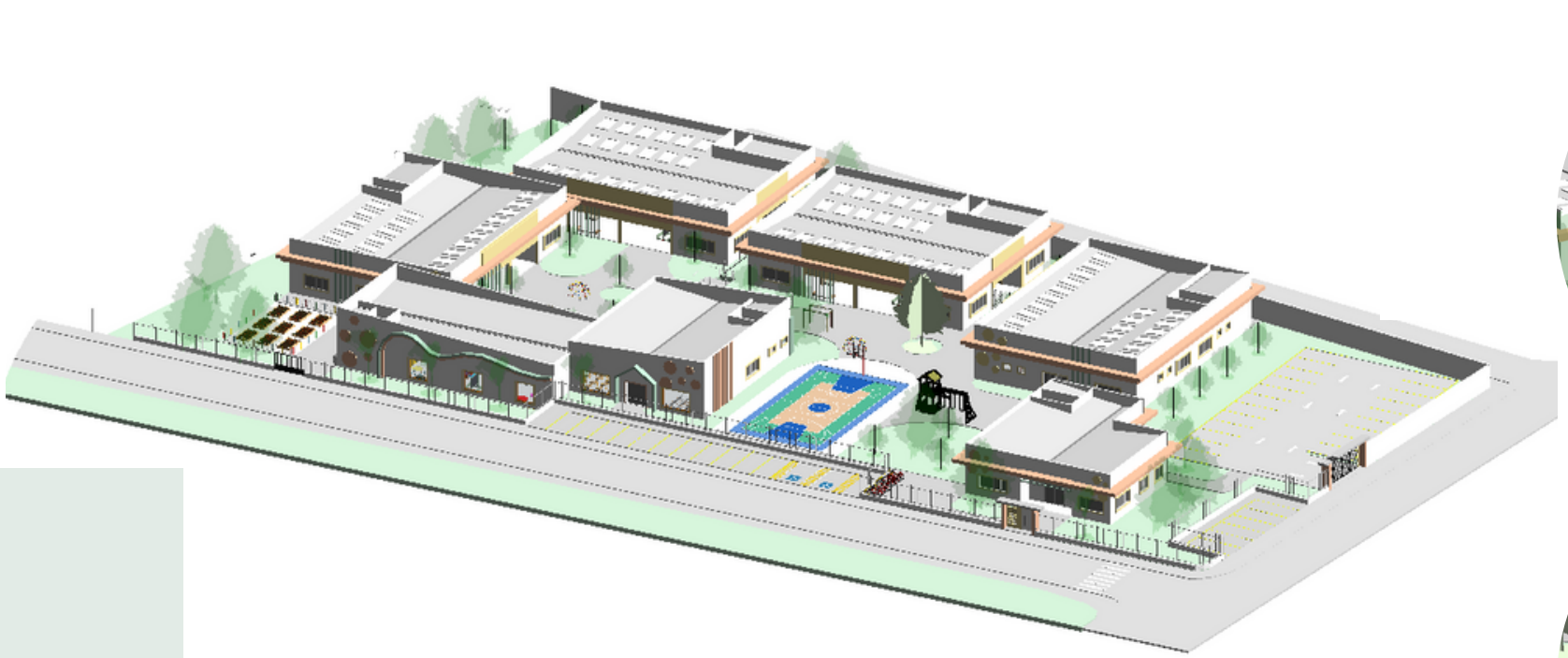
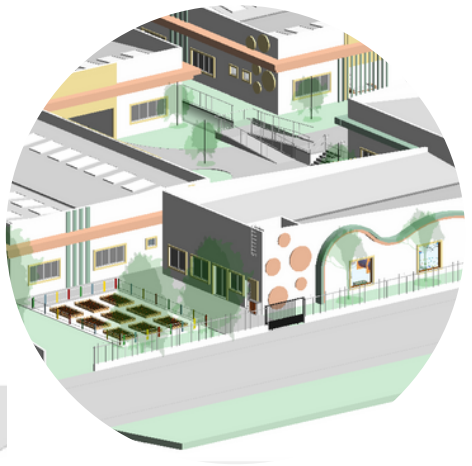


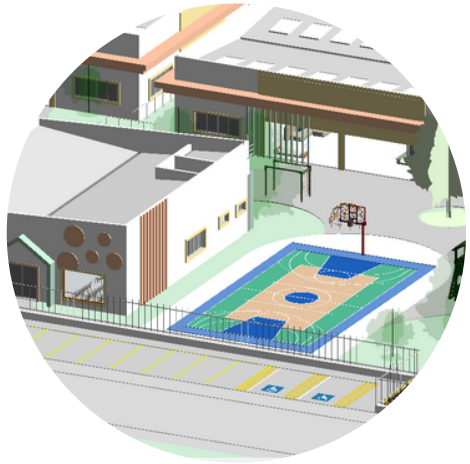
Figura 129: Detalhe rampa e escada.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

VOLUMETRIA









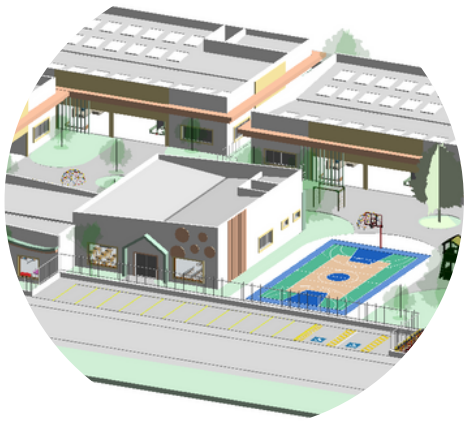


Figura 130: Perspectivas do projeto.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

6. PERSPECTIVAS



Figura 131: Vista principal da edificação.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

6. PERSPECTIVAS



Figura 132: Fachada administrativo.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

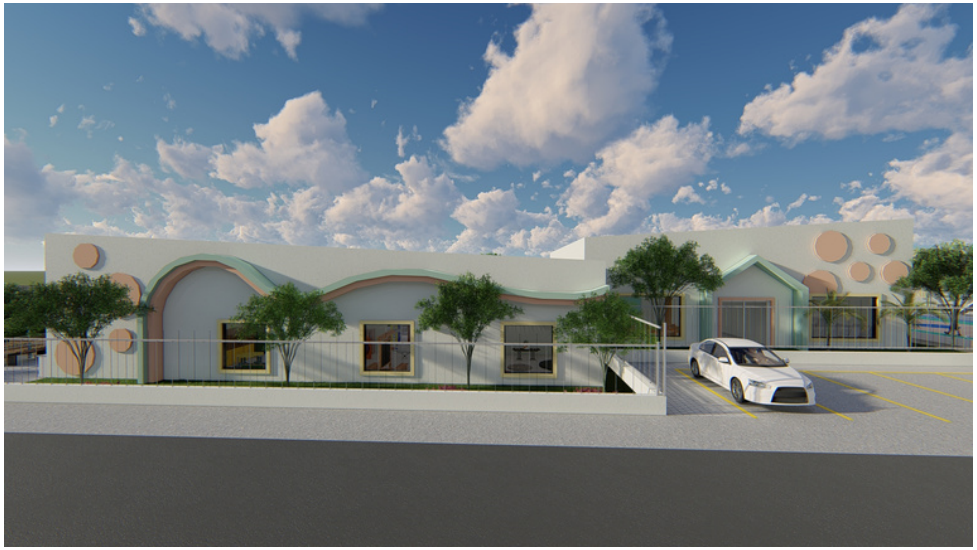


Figura 133: Fachada lazer e educativo.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Figura 134: Acesso veículos.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

6. PERSPECTIVAS



Figura 135: Lazer infantil.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Figura 136: Lazer infantil.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Figura 137: Horta.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

6. PERSPECTIVAS



Figura 138: Residência infantil.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Figura 139: Estacionamento.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Figura 140: Residência.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

6. PERSPECTIVAS



Figura 141: Pátio.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Figura 142: Quadra poliesportiva.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Figura 143: Residências.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

6. PERSPECTIVAS



Figura 144: Sala da residência.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Figura 145: Sala da residência.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Figura 146: Cozinha da residência.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

6. PERSPECTIVAS



Figura 147: Quarto de bebê..
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Figura 148: Quarto de bebê..
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Figura 149: Quarto de bebê..
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

6. PERSPECTIVAS



Figura 150: Quarto infantil.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Figura 151: Quarto infantil.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

6. PERSPECTIVAS



Figura 152: Quarto para adolescentes.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Figura 153: Quarto para adolescentes.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

6. PERSPECTIVAS



Figura 154: Brinquedoteca da residência.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Figura 155: Brinquedoteca da residência.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

6. PERSPECTIVAS



Figura 156: Sala de ateliê.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Figura 157: Sala de ateliê.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

6. PERSPECTIVAS



Figura 158: Playground.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Figura 159: Playground.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.



Figura 160: Playground.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do trabalho teórico e o projeto arquitetônico realizado, foram essenciais para compreender as necessidades de um serviço de acolhimento infantil e de adolescentes, e considera-se um projeto necessário e funcional para a cidade de Cuiabá, visto que, mesmo havendo outros abrigos na cidade, eles possuem um déficit em relação a sua funcionalidade.

A finalidade do projeto é propor um abrigo que atenda as normativas do ECA, e ofereça um espaço adequado para as crianças crescerem e se desenvolverem, e também possibilitar a integração dos menores com a sociedade. O projeto buscou propor espaços que auxiliem no bem estar das crianças e que essas residências possam dar aos menores uma infância digna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A roda dos enjeitados. Fonte: https://www.banzeiros.com.br/2020/03/24/a-roda-dos-enjeitados-na-ilha-de-santa-catarina/. Acesso em 01 de novembro de 2022.

ABARCA, A. B. El Estrés Ambiental. In BURILLO, F. J.; ARAGONÉS, J. I. (org.). Introducción a La Psicología Ambiental. Madrid: Editora Alianza, 1991.

Abrigo infantil condomínio pedra pintada. Disponível em: https://boavista.rr.gov.br/canal-do-cidadao/projetos/abrigo-infantil-condominio-pedra-pintada. Acesso em 01 de novembro de 2022.

ADRIÃO. M. do C. S. Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: os desafios e o trabalho com a rede de proteção social. 2013. 22f. Dissertação.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15575: Edificações habitacionais - Desempenho. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6492: Representação de projetos de arquitetura. 1994

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9077: Saídas de emergência em edifícios. 2001.

BRASIL. Lei 8.069/90. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, de 2021.

BRASIL. Lei 8.069/90. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, de 2021

BRASIL. Lei Complementar Nº 105 - Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá (PDDE), 2007.

BRASIL. Lei Complementar Nº 389 - Lei de uso e ocupação do solo do município de Cuiabá, 2015.

BRASIL. Lei Complementar Nº 516 – Código de obras do município de Cuiabá, 2022.

BRASIL. Lei Complementar Nº 516 – Código de obras do município de Cuiabá, 2007.

BRASIL. Lei Complementar Nº 6.151 – Dispõe sobre o sistema único de assistência social do município de Cuiabá, e dá outras providências, 2016.

BRASIL. Lei Nº 8.242 - Lei de uso e ocupação do solo do município de Cuiabá, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária. Brasília: CONANDA/ CNAS, 2006.

BRASIL. Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, junho de 2009.

Brasil. Política Nacional de Assistência Social - PNAS, 2004.

Casa de acolhimento para menores. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/760562/casa-de-acolhimento-para-menores-cebra. Acesso em 01 de novembro de 2022.

Centro de bem-estar para crianças e adolescentes. Disponível em: Https://www.archdaily.com.br/br/765064/centro-de-bem-estar-para-criancas-e-adolescentes-marjan-hessamfar-and-joe-verons. Acesso em 01 de novembro de 2022.

Complexo casa lar vila divina providência. Disponível em: https://www.villadivinaprovidencia.com.br/complexo-casa-lar-villa-divina-providencia-e-inaugurado/. Acesso em 01 de novembro de 2022.

Complexo casa lar villa divina. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2020/10/complexo-casa-lar-villa-divina-providencia-e-inaugurado-nesta-quinta-feira-em-vacaria-14235282.html. Acesso em 01 de novembro de 2022.

Creche HN. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/902413/creche-hn-hibinosekkei-plus-youji-no-shiro. Acesso em 01 de novembro de 2022.

Dados climaticos. Disponível em: http://www.mme.gov.br/projeteee/dados-climaticos/. Acesso em 10 de maio de 2023.

Fazenda Canuara. Disponível em: Https://blog.archtrends.com/fazenda-canuana/. Acesso em 01 de novembro de 2022.

FISCHER, G.-N. Psicologia Social do Ambiente. Trad. Armando Pereira da Silva. Instituto Piaget, Lisboa: Editora SIG – Sociedade Industrial Gráfica Ltda, 1994.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, 1995.

Kellert, SR. Experimentando a natureza: desenvolvimento afetivo, cognitivo e avaliativo em crianças. Em PH Kahn, Jr. & SR Kellert (Eds.), Crianças e natureza: Investigações psicológicas, socioculturais e evolutivas. 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Lei n° 8.242 - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), 2009.

Mapa do estado de Mato Grosso. Disponível em: https://www.istockphoto.com/br/vetor/ilustra%C3%A7%C3%A3o-do-mapa-do-estado-de-mato-grosso-gm1133210264-300699951. Acesso em 10 de maio de 2023.

MARCÍLIO, M. L. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.

Moradias infantis canuara. Disponível em: https://rosenbaum.com.br/escritorio/projetos/moradias-infantis-canuana/. Acesso em 01 de novembro de 2022.

Nações unidas Brasil. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em 19 de novembro de 2022.

Notícias infância. Disponível em: https://www.mprs.mp.br/noticias/infancia/52010/. Acesso em 01 de novembro de 2022.

Nova estrutura e profissionais auxiliam crianças em vulnerabilidade. Disponível em: http://www.tjmt.jus.br/noticias/70790#.Y3ze13bMLic. Acesso em 20 de outubro de 2022.

Número de acolhidos subiu em Mato Grosso. Fonte: https://www.reportermt.com/geral/numeros-de-menores-acolhidos-subiu-25-em-mato-grosso/177280. Acesso em 01 de novembro de 2022.

ODS. Fonte: https://gtagenda2030.org.br/ods/. Acesso em 01 de novembro de 2022.

Órfãos da covid-19. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2235-orfaos-da-covid-19-mais-de-113-mil-menores-de-idade-perderam-os-pais-na-pandemia-denuncia-relatorio-do-cns-e-cndh. Acesso em 20 de outubro de 2022.

Perfil Socioeconômico de Cuiabá – Volume V Cuiabá – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU Setembro – 2012.

Plano estadual de Mato Grosso. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/politicas-publicas-orientadoras/Plano_Estadual_Mato_Grosso.pdf. Acesso em 10 de maio de 2023.

São Paulo, 1998. 331 p.RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. 96 p.

VECTORE, C.; CARVALHO, C. Um olhar sobre o abrigamento: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), vol. 12, n. 2, 2008. pp 441-449.